

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA
DA AMAZÔNIA – PPGCSPA

VALDECY BARROS

“CHAFURDARAM TUDO”: comunidade tradicional Demanda insone com o pouso do “Carcará do Gás” no processo de implantação das usinas termoelétricas em seu território em Capinzal do Norte – MA.

São Luís – MA
2023

VALDECY BARROS

“CHAFURDARAM TUDO”: comunidade tradicional Demanda insone com o pouso do “Carcará do Gás” no processo de implantação das usinas termoeletricas em seu território em Capinzal do Norte – MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientadora: Prof. Dra. Jurandir Santos de Novaes.

São Luís – MA
2023

Barros, Valdecy.

“Chafurdaram tudo”: comunidade tradicional Demanda insone com o pouso do “Carcará do Gás” no processo de implantação das usinas termoeletricas em seu território em Capinzal do Norte - MA/ Valdecy Barros. – São Luís, 2023.

111 f.

Dissertação de (Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Prof. Jurandir dos Santos Novaes

1. Megaempreendimentos. 2. Termoeletricas. 3. Comunidades tradicionais. 4. Efeitos sociais e ambientais. I. Título.

CDU: 911.372.2:316.42

VALDECY BARROS

“CHAFURDARAM TUDO”: comunidade tradicional Demanda insone com o pouso do “Carcará do Gás” no processo de implantação das usinas termoelétricas em seu território em Capinzal do Norte – MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jurandir Santos de Novaes (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Prof. Dr.^a Helciane Fátima de Abreu Araújo
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

*Aos povos e comunidades tradicionais do Brasil pela luta perene e formas cotidianas de
resistência aos megaprojetos inacabados, implantados e em implantação.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, lutadores sempre.

Aos meus irmãos e irmãs.

À minha companheira de longa jornada Cleia Aragão, por tudo; e aos meus filhos Carlos, Mariana e Maria, pela paciência.

À coordenação na pessoa da Profa. Arydimar Gaioso e a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia por todo o conhecimento compartilhado e as orientações que possibilitaram construir esse trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Jurandir Santos Novaes, pelo apoio e orientação que possibilitaram a construção e finalização deste trabalho.

À professora Dr.^a Helciane Fátima de Abreu Araújo e aos professores Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Dr. Benjamin Alvino de Mesquita pela leitura, orientação e sugestões necessárias para finalização deste trabalho, bem como pela disposição em compor esta banca de defesa.

À secretaria do PPGCSPA-UEMA, em nome de Nila Coutinho e Jéssica, pela competência, cuidado, carinho e zelo durante essa travessia.

Aos meus colegas, amigos e amigas de turma, pelo apoio, solidariedade, carinho e momentos de descontração durante essa trajetória permeada de incertezas. Afinal de contas, “ninguém solta a mão de ninguém!”.

Aos interlocutores das comunidades Demanda, Morada Nova e Nova Demanda pelas informações prestadas

À universidade pública e seus trabalhadores e trabalhadoras, em especial à UEMA, por possibilitar essa realização acadêmica e profissional.

“Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia”.

Guimarães Rosa

RESUMO

Este estudo apresenta resultados de pesquisa sobre como se configuram danos, efeitos sociais e ambientais sobre comunidades tradicionais a partir da implantação do megaempreendimento para exploração do gás natural, com a instalação das Usinas Termoelétricas Parnaíba, conformando o denominado “Complexo Parnaíba”, gerenciado atualmente pela empresa MPX/ENEVA e que foi implantado nos territórios de comunidades nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte, situados na região do Médio Mearim, no Estado do Maranhão. A partir de 2012 as primeiras termoelétricas foram instaladas dentro do território da comunidade tradicional denominada Demanda, que além de ser atingida pelos efeitos sociais e ambientais decorrentes da instalação do empreendimento, sofreu posteriormente um processo de deslocamento compulsório, que deu origem a outra comunidade que recebeu a denominação de Nova Demanda. Processo esse marcado por arbitrariedades, expropriação, espera e indefinição quanto ao futuro para aqueles que tiveram seu cotidiano, vidas e destinos alterados pela lógica e estratégia da empresa. O trabalho analisa também as estratégias de implantação dos megaprojetos na Amazônia brasileira a partir da conjunção de interesses estatais e privados, dentro da lógica capitalista da acumulação via espoliação do novo Imperialismo e os efeitos sobre povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chaves: Megaempreendimentos. Termoelétricas. Comunidades tradicionais. Efeitos sociais e ambientais. Médio Mearim. Maranhão. Capinzal do Norte.

ABSTRACT

This study presents research results on how damage, social and environmental effects on traditional communities are configured from the implementation of the mega-project for the exploration of natural gas, with the installation of the Parnaíba Thermoelectric Power Plants, forming the so-called “Parnaíba Complex”, currently managed by company MPX/ENEVA and which was implemented in the territories of communities in the municipalities of Santo Antônio dos Lopes and Capinzal do Norte, located in the Middle Mearim region, in the state of Maranhão. The first thermoelectric plants were installed within the territory of the traditional Demanda community, which, in addition to being affected by the social and environmental effects resulting from the installation of the project, subsequently underwent a process of compulsory displacement, which gave rise to the Nova Demanda community, marked by arbitrariness, expropriation and social uncertainty for those whose daily lives and destinies were altered by the company's logic and strategy. The work also analyzes the implementation strategies of megaprojects in the Brazilian Amazon from the conjunction of state and private interests, within the capitalist logic of accumulation via dispossession of the new Imperialism and the effects on traditional peoples and communities.

Keywords: Megaventures. Thermoelectric. Traditional communities. Social and environmental effects. Medium Mearim. Maranhão. North Grassland.

LISTA DE FIGURAS

	p.
Figura 01 – “Complexo Parnaíba”	42
Figuras 02 e 03 – PIB e PIB <i>per capita</i> de Capinzal em 2010.....	45
Figuras 04 e 05 – Placas da SUDENE indicando os incentivos e benefícios fiscais.....	47
Figura 06 – Jornal O IMPARCIAL- Matéria de capa divulga a ação da PGN-2015.....	56
Figura 07 – Tabela de efeitos sociais e ambientais que atingiram as comunidades com a implantação das Termoelétricas Parnaíba.....	61
Figura 08 e 09 - Estrada de acesso à Usina Termoelétrica Parnaíba I e placa indicando a entrada.....	61
Figuras 10 – Usina Termoelétrica Parnaíba I e Estação de Tratamento de gás natural.....	61
Figura 11 – Estação de Tratamento de gás natural em Santo Antônio dos Lopes.....	62
Figura 12 – Portão com cerca proibindo o acesso à antiga sede de Demanda.....	75
Figura 13 – Excerto do Termo de Adesão (2011) com os critérios para inserção no cadastramento para o reassentamento.....	77
Figura 14 – Vista aérea da Comunidade “Nova Demanda”	78
Figuras 15 e 16 – Placas indicando o acesso à Nova Demanda “A”e Nova Demanda “B”	79
Figura 17 – Casa na Nova Demanda núcleo “B”	80
Figuras 18 e 19 – Casas na Nova Demanda núcleo “A”	83
Figura 20 – Terreno onde Sr. Dário cultiva o maracujá.....	84

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu.....	33
Mapa 02 – Demanda, configuração espacial na década de 1970.....	69
Mapa 03 – Configuração espacial da área de influência do empreendimento.....	70

LISTA DE SIGLAS

ALCOA – Aluminium Company of America
AMTR – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ALUMAR – Alumínio do Maranhão
AMUQUEC – Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco de Capinzal do Norte
ANP – Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis
ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamento do estado do Maranhão
BASA – Banco da Amazônia
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COLONE - Companhia de Colonização do Nordeste
COSIMA – Companhia Siderúrgica do Maranhão
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ENEVA – Energia Nova
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MABE – Movimento de Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
MPF – Ministério Público Federal
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PGC – Programa Grande Carajás
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PGN – Parnaíba Gás Natural
PND - Plano Nacional Desenvolvimento
PPGCSPA - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEDIC - Secretarias de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UTE – Usina Termoelétrica

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. O TRABALHO DE CAMPO E A (RE) CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	22
1.1 A viagem de volta.....	22
1.2 A construção do objeto de pesquisa.....	23
1.3 Primeira ida a campo e o contato com as comunidades em Capinzal do Norte.....	26
1.4 Caminhos e objetivos da pesquisa.....	36
1.5 A pandemia da COVID-19 e os obstáculos à pesquisa.....	38
2. O MARANHÃO COMO LABORATÓRIO PERMANENTE DOS MEGAEMPREENDIMENTOS: A IMPLANTAÇÃO DO “COMPLEXO PARNAÍBA”.....	40
2.1 Gás natural em Capinzal do Norte.....	42
2.2 O denominado “Complexo Parnaíba” em colisão com comunidades tradicionais na região do Médio Mearim.....	46
2.3 O histórico de conflitos pela posse da terra na região do Médio Mearim.....	51
2.4 Entes públicos e o discurso do desenvolvimento do setor de gás.....	54
2.5 As comunidades tradicionais no Médio Mearim e a instalação das Usinas Termoeletricas Parnaíba.....	58
2.5.1 Efeitos sociais e ambientais sobre comunidades em Capinzal do Norte.....	60
2.5.2 A hora e a vez de Morada Nova	65
2.5.3 A constituição social e territorial da comunidade Demanda.....	68
2.5.4 Termo de Adesão ao Reassentamento “Voluntário” de Demanda.....	72
2.5.5 A “Nova Demanda” e o deslocamento ompulsório.....	78
3. A IMPLANTAÇÃO DE MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA E OS EFEITOS SOCIAIS SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	86
3.1 Megaprojetos na Amazônia brasileira e novo imperialismo.....	86
3.2 Acumulação por espoliação na implantação dos megaprojetos na Amazônia.....	87
3.3 Investimentos públicos na implantação dos megaempreendimentos.....	91
3.4 Povos e comunidades tradicionais sob efeitos dos megaprojetos.....	94
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100

REFERÊNCIAS.....	104
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa estuda os efeitos sociais e ambientais sobre comunidades tradicionais na região do Médio Mearim Maranhense¹ a partir da instalação de usinas termoelétricas em decorrência da descoberta e extração de gás natural, em 2010, nos municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes. Desde as primeiras pesquisas exploratórias em busca do gás, com centenas de perfurações de poços nos povoados, até a descoberta da fonte de energia em questão, várias comunidades tiveram seu cotidiano alterado pela entrada repentina de trabalhadores e máquinas das empresas nos seus quintais, destruindo antigos caminhos, derrubando árvores, palmeiras de babaçu, interditando o acesso a açudes e igarapés.

Até o presente, cinco termoelétricas estão operando regularmente e tem a previsão de mais uma para começar operar em 2024. Um gasoduto foi construído, partindo do município de Lima Campos até Santo Antônio dos Lopes, passando por dentro da comunidade quilombola Bom Jesus dos Pretos e provocando efeitos sociais e ambientais sobre esses agentes sociais. Toda a estrutura para beneficiamento do gás natural, denominada pelo empreendimento de “Complexo Parnaíba”, foi montada dentro do território das comunidades tradicionais, gerando uma série de danos e efeitos sociais para as mesmas.

O que ocorre a partir de 2012 com a instalação das primeiras usinas termoelétricas Parnaíba e a implantação definitiva do megaempreendimento para exploração de gás natural denominado de “Complexo Parnaíba”, em Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, Médio Mearim Maranhense, se insere em uma dinâmica dos “grandes projetos” desenvolvimentistas implantados na Amazônia a partir de 1970 e, mais recentemente, das políticas neodesenvolvimentistas introduzidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, a partir de 2007.

Dessa forma, a Amazônia segue historicamente sendo alvo de projetos de dominação e apropriação das suas riquezas naturais, dos seus saberes e dos povos que a compõem. Ações essas implementadas, sobretudo nas últimas décadas, por projetos ditos de desenvolvimento. Área situada na periferia do capitalismo, associa-se à presença direta ou

¹ O Médio Mearim Maranhense, segundo o IBGE, está incluída na mesorregião *Centro Maranhense*. O Médio Mearim abarca atualmente 21 municípios, ocupando uma área de 10.705.261 quilômetros quadrados. Sua população total foi estimada no Censo do IBGE (2010), em 679.988 habitantes e, ao longo das últimas décadas, foram desmembrados vários povoados dos municípios de Bacabal, Ipixuna e Pedreiras. Em 30 de dezembro de 1961, pelas Leis nº 2.079, 2.080, 2.081, e 2.084 da Assembleia Legislativa Estadual, passam à categoria de municípios os povoados Santo Antônio dos Lopes, Lima Campos, Poção de Pedras e Igarapé Grande, desmembrados de Pedreiras (COSTA, 2015).

indireta da ação do Estado e da presença do grande capital (MESQUITA, 2015). A partir dos anos 1970 assistiu-se a implantação de grandes projetos de infraestrutura e agroindustriais, pensados no âmbito do II Plano Nacional Desenvolvimento (PND) implementado pelo governo da ditadura empresarial-militar (1964-1984), fundamentado na teoria dos “polos de crescimento”, de François Perroux², e na ideia de “polos de desenvolvimento”, de W. W. Rostow³. Com fundamentos nessas teorias, planos regionais de desenvolvimento foram elaborados e implementados na região, tendo como corolário efeitos sociais, ambientais e políticos sobre povos e comunidades tradicionais situados nesse território.

Esses agentes sociais sofrem os efeitos de políticas ditas de desenvolvimento implementadas desde os anos 1970 e fundadas numa coalização e interesses privados com aval do Estado brasileiro, o maior investidor em obras de infraestrutura, tais como: construção de estradas de ferro, rodovias, linhas de energia elétrica e de telefonia. Tais investimentos contam ainda com subsídios de impostos estaduais (ALMEIDA, 2015).

A expansão do capital no campo, na Amazônia, se deu de forma autoritária, desconsiderando a diversidade cultural e ecológica deste espaço social, e sem controle sobre os impactos advindos do processo de devastação, segundo Otavio Velho (1972; 2013). Nesse sentido, são implementadas práticas predatórias e princípios que orientam as estratégias de diferentes agentes sociais e agências face aos recursos da natureza mobilizados apenas para uma produção em larga escala de *commodities*. Tais empresas, mesmo sabedoras da existência secular de povos e comunidades tradicionais na região, e do quão importante é a preservação dessas terras tradicionalmente ocupadas para a sobrevivência material e cultural desses agentes sociais, implementam políticas e práticas ambientais ilegais, ferindo e negando direitos, e não se preocupando com as repercussões destes atos.

No Brasil, a partir do golpe militar de 1964, o Governo Federal concebeu e implementou políticas de caráter modernizador que visavam consolidar o processo de industrialização do país e integrar todo o território nacional à economia capitalista. Grande parte das políticas de integração nacional foi destinada à Amazônia brasileira e realizadas a partir do planejamento e implantação de grandes projetos de desenvolvimento. Essas políticas tinham forte inspiração na noção de desenvolvimento concebida e generalizada após a II Grande Guerra pelos países hegemônicos do capitalismo ocidental, em especial pelos Estado Unidos (SANT’ANA JUNIOR, 2006).

² Professor do Collège de France e da Universidade de Paris.

³ Professor do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology).

A atualização da reflexão sobre a noção de desenvolvimento, mais particularmente desenvolvimento da Amazônia, parte de interpretações incorporadas pelo planejamento público que trabalha dentro da lógica dualista que separa tradicional/moderno e que associa a ideia de desenvolvimento a progresso econômico. O que de fato se coloca, é uma formulação e implementação de uma modalidade de desenvolvimento que seja capaz de reconhecer e dialogar com as percepções dos distintos agentes sociais responsáveis pela construção de diferentes modos de vida existentes na Amazônia e assim neutralizar os efeitos das “agroestratégias” (ALMEIDA, 2010).

A inserção do Maranhão no quadro do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, primeiro induzido Estado depois sob a batuta do mercado, não se deu de forma generalizada, o desenvolvimento das forças produtiva ainda é modesta, localizada e pontual e, portanto, pouco fez para mudar qualitativamente o padrão de vida de forma continuada e nem equilibradamente a maioria da população. Isso se constata analisando algumas variáveis importantes como aquela relacionada à dinâmica social, demográfica e a econômica, trata-se na verdade de um desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável (MESQUITA, 2011).

O crescimento econômico contemporâneo calçado nos grandes projetos não conseguiu reverter o quadro de atraso em que se encontra o estado a gerações. Embora sem dúvida mudanças importantes venham ocorrendo com a alteração da matriz produtiva da economia (MESQUITA, 2011).

O Maranhão a partir da década de 1980 é marcado pela implantação de grandes projetos de desenvolvimento (ARCANGELI, 1987). Entre eles podemos citar: o complexo metalúrgico-logístico VALE, Carajás, ALUMAR⁴, e também a Base Aérea de Alcântara. Engendrou-se aqui um capitalismo industrial, com desenvolvimento desigual e combinado, no qual se apresenta “o moderno” dos grandes projetos que chegam ao Estado e “o atrasado” predominante nas formas arcaicas de relações de trabalho existentes, as desigualdades sociais e a dependência econômica. Esses empreendimentos sempre apresentaram discurso de que vinham para contribuir e não para explorar. Exaltavam um futuro com “desenvolvimento” econômico para as regiões onde se instalavam. Prática repetida na atualidade também, quando da implantação da indústria de gás natural no Médio Mearim maranhense.

⁴ Projeto Grande Carajás (PGC), Projeto Ferro Carajás (CVRD) e a ALUMAR (ALCOA).

Esse megaprojeto pretende explorar a fonte de energia em questão por mais de 40 anos, segundo a ENEVA, e se estruturou através das Termoelétricas Parnaíba e do gasoduto Gavião Branco. Este último foi instalado dentro da comunidade quilombola Bom Jesus dos Pretos, que opôs resistência e enfrentamento ao empreendimento, analisado por Jéssica Barros da Silva, em dissertação de mestrado de 2016 defendida junto ao PPGCSPA/UEMA.

A lógica capitalista por trás da implantação desses megaempreendimentos na Amazônia é a do capitalismo financeiro com fundamento na doutrina econômica neoliberal dentro dos padrões do Novo Imperialismo e da acumulação via espoliação, questões que abordaremos de forma mais detalhada no terceiro capítulo deste trabalho.

Este estudo busca investigar os efeitos sociais e ambientais sobre comunidades tradicionais situadas em municípios da região do Médio Mearim maranhense, quais sejam, Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte, com um recorte de estudo nas comunidades Demanda, Nova Demanda e Morada Nova, a partir da implantação da indústria de gás natural, com a instalação das Usinas Termoelétricas Parnaíba, no ano de 2011.

Na construção deste estudo optou-se pelo termo “efeito”, e não “impacto”, ao tratarmos dos problemas sociais, ambientais e econômicos que acometeram as comunidades a partir da instalação das UTEs Parnaíba (Figuras: 10 e 11), como forma de contrapor o discurso eufêmico feito pelo empreendimento, que usa o termo “impacto” de forma vulgar para designar os “efeitos sociais” e “ambientais” decorrentes do megaempreendimento (SIGAUD, 1992).

Para Almeida (1996), tais léxicos são utilizados como noções operacionais e pretendem abrandar o sentido coercitivo, naturalizando procedimentos como a “intrusão” de “terras tradicionalmente ocupadas” que em muitas situações ocasionam o “deslocamento compulsório” (FARIAS JÚNIOR, 2019).

As primeiras pesquisas e campanhas exploratórias em torno do gás natural, em Capinzal do Norte, começam em outubro 2009, mas a descoberta ocorrerá apenas em 11 de agosto de 2010. As pesquisas iniciais foram conduzidas por empresas brasileiras: a OGX Maranhão e a MPX Energia, estas vinculadas ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista, criado na década de 1980.

Ao longo das pesquisas sísmicas em busca do gás natural, muitos poços foram perfurados nas comunidades e povoados próximos, mas não eram em todos que se encontrava o gás. Aqueles poços onde o gás era encontrado foram agrupados em campos de exploração, os quais receberam a denominação de *Gavião*, de uma determinada cor. Gavião é uma alusão à uma ave de rapina da região, que é muito agressiva. Uma espécie de “águia” do sertão. Um

Carcará. Com hábitos muito bem ilustrados na canção de João do Vale, cujo nome é o mesmo: “Carcará”. Em determinado verso da canção ele canta: “[...] Carcará, pega, mata e come” (VALE, 1964). O empreendimento não usou essa denominação de forma aleatória. Simbolicamente, representa a agressividade do mesmo quando chega e se instala na região (SILVA, 2016).

Ao longo da implantação desse conjunto de usinas as empresas foram se alternando à frente da exploração e produção do gás natural e, em certas ocasiões, mudando a própria razão social. Uma das últimas alterações nesse sentido foi a incorporação da MPX pela ENEVA, que é quem comanda na atualidade todo o processo de exploração e produção desta fonte de energia.

Nesse sentido, a estrutura montada para exploração, produção e transporte do gás natural, bem como o conjunto de usinas termelétricas instalada na região, foi denominada pela empresa que hoje executa essas atividades, ENEVA, de: “Complexo Parnaíba”. Com o autodenominado *Complexo*, está-se aqui diante de uma categoria do discurso do planejamento. De uma categoria econômica ligada ao planejamento e ao desenvolvimento econômico. Ilustra como o desenvolvimento capitalista se expande, se reveste de conjunturas que expressam um modo de operar em situações localizadas. A partir dos anos de 1950 a categoria econômica adotada no âmbito de planejamentos regionais era “Polo de Crescimento”. Depois, na virada do século XX para o XXI, adquiriu força a ideia de “Complexo”. Atualmente a ideia que predomina é a de “Corredores”. “Corredor Logístico”, “Corredor Ecológico”, “Corredor Ambiental” (ALMEIDA, 2019). Discursos ligados ao desenvolvimento econômico, que, com o tempo, mostraram-se datados.

Na atualidade, medidas desenvolvimentistas, que são também interpretadas como expressões do capitalismo na sua fase financeirizada e neoliberal, ganham força a partir de *megaprojetos* logísticos e de infraestrutura, cuja designação concerne a metáforas geométricas, tais como: “trapézio”, “quadrilátero ferrífero” e “arco *minero*”, além de “corredor (*corridor*)” e “complexo” (ALMEIDA, 2019). É o que o corre hoje na Panamazônica, em parte da África e da Índia. Teríamos, assim, segundo Almeida (2019), o seguinte quadro:

O “Corredor Carajás”, o “Trapézio Amazônico” colombiano, o “complexo Madeira” e o projeto do “Arco Norte” no Brasil, conjugados com os chamados “corredores ecológicos” e noções correlatas tais como: “Arco do Desmatamento”, “Polígono dos Castanhais” e “mosaicos” de proteção ambiental. No caso da Venezuela pode-se mencionar o “Arco Minerero”, ao sul do Rio Orinoco. Com respeito à África cabe ressaltar o denominado “corredor de Nacala”, em Moçambique, e o “*LAPSSET Corridor*”, referido geograficamente à Etiópia, ao Quênia, ao Sudão do Sul e a Uganda. No caso da Índia tem-se o *Delhi-Mumbai Industrial Corridor* (DMIC), que foi iniciado em 2008, com o propósito de reformular a ocupação territorial ao longo

de 1.500km entre a capital, Delhi, e o maior “polo econômico” do país, Mumbai (ALMEIDA, 2019, p. 18).

São metáforas geometrizaras universalizadas pela globalização neoliberal, com estratégias discursivas contemporâneas do novo imperialismo e em perfeita consonância com a atual fase do capitalismo, que envolve também a acumulação por espoliação, a apropriação de conhecimento e a financeirização da questão ambiental.

Quando a empresa que opera o empreendimento na região denomina toda a estrutura e infraestrutura montada para exploração e produção do gás natural de “Complexo Parnaíba”, utilizando um léxico do discurso do planejamento econômico – “Complexo” –, o faz no sentido de conectar esse megaempreendimento com uma das etapas do capitalismo na atualidade: a da financeirização da questão ambiental. Assim, teríamos mercados financeiros conectados com esses empreendimentos que são da natureza dos “complexos”. “A natureza como campo de batalha”, como afirma Keucheyan (2016, p.18). É essa a lógica que está por trás do chamado “Complexo Parnaíba”.

Nessa fase atual do capitalismo destaca-se o denominado “capital imaterial” (GORZ, 2005), qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência”. Essa nova etapa do capitalismo prevê a coexistência de vários modos de produção, e a matéria-prima produtora de riqueza é o conhecimento. Por isso falar-se em *knowledge society* (sociedade do conhecimento) e *knowledge economy* (economia do conhecimento), uma economia cognitiva (GORZ, 2005). Nessa etapa do capitalismo, o capital fixo material é cada vez mais rapidamente substituído por um capital dito imaterial, que se torna a força política central na produção do lucro (GORZ, 2005).

Atualmente, segundo a empresa ENEVA⁵, o denominado “Complexo Parnaíba” opera com cinco Usinas Termelétricas (UTES): Parnaíba I, II, III, IV e V; e uma em desenvolvimento: Parnaíba VI, com previsão de começar operar em 2024. Possui onze campos de exploração de gás declarados comerciais. Há seis em produção (Gavião Real, Gavião Branco, Gavião Vermelho, Gavião Azul, Gavião Caboclo e Gavião Preto) e cinco em desenvolvimento (Gavião Branco Norte, Gavião Belo, Gavião Tesoura, Gavião Carijó e

⁵ Atualmente, a companhia possui nove campos declarados comerciais: cinco deles em produção (Gavião Real, Gavião Vermelho, Gavião Branco, Gavião Caboclo e Gavião Azul) e quatro em desenvolvimento (Gavião Preto, Gavião Branco Norte, Gavião Tesoura e Gavião Carijó). A companhia possui, ainda, sete Planos de Avaliação de Descoberta (PADs), sete blocos exploratórios adquiridos na 13ª Rodada de Licitações da ANP, em 2015, cinco blocos adquiridos na 14ª Rodada de Licitações da ANP, em 2017, e seis blocos adquiridos no primeiro ciclo da Oferta Permanente da ANP em 2019 (Disponível em <https://www.eneva.com.br/nossos-negocios/exploracao-e-producao/>. Acesso em 08 fev. 2020).

Gavião Mateiro). Estes campos de exploração estão distribuídos nas cidades de Capinzal do Norte, Santo Antônio dos Lopes, Lima Campos, Pedreiras e Trizidela do Vale, todas localizadas na região do Médio Mearim.

Com a implantação da indústria de gás na região a realidade social das comunidades tradicionais foi alterada. Comunidades e povoados, de *quebradeiras de coco babaçu*⁶, *pequenos agricultores, trabalhadores rurais, posseiros*, tiveram suas vidas afetadas por efeitos sociais e ambientais. Dentre eles, pode-se citar: ruídos das unidades geradoras, fumaça do gás, destruição das estradas e caminhos tradicionais, perda das áreas de lavouras e aquelas onde os homens trabalhavam como diaristas, impactos sobre os recursos hídricos e a perda do palmeiral ao qual as quebradeiras de coco tinham livre acesso (PAULA ANDRADE, 2017).

A compra das propriedades rurais para implantação da estrutura necessária para produção do gás natural, afetou de imediato um grupo social importante da região: as quebradeiras de coco babaçu das comunidades Demanda e Morada Nova. Nasquelas propriedades existiam grandes babaçuais nos quais as quebradeiras de coco babaçu acessavam e exerciam seu modo de vida, colocando em prática saberes ancestrais, mas depois tiveram o acesso aos mesmos negado pelo empreendimento, resultando numa diminuição drástica da atividade econômica e social desenvolvidas pelas mulheres quebradeiras de coco, colocando em risco, inclusive, a sobrevivência de suas unidades familiares.

A empresa, após a compra das propriedades⁷, quando não derrubou as palmeiras em algumas, cercou-as em outras, impedindo assim, o livre acesso aos babaçuais. Afetados também foram os moradores que viviam da agricultura, da pesca e do *roço da juquirá* nas chamadas *quintas*⁸.

Considerando os propósitos da pesquisa e o curto espaço de tempo para o desenvolvimento do trabalho de campo, a sistematização dos dados coletados correlacionados com a proposta reflexiva sobre a situação analisada, estruturei o trabalho em três capítulos, estando assim respectivamente distribuídos: no primeiro capítulo, **O TRABALHO DE CAMPO E A (RE) CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA**, apresento as questões que levaram a elaboração e redefinição do objeto de pesquisa, bem como o trabalho de campo,

⁶ Essas trabalhadoras agroextrativistas passaram de uma situação social de atomização para aquela de uma existência coletiva, fundada em formas organizativas intrínsecas. A identidade coletiva quebradeira de coco babaçu objetivada em movimento social – o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – MA, PI, TO, PA (ALMEIDA, 2019).

⁷ Propriedades rurais pertencentes a grandes fazendeiros locais.

⁸ “[...]significa extirpar as plantas invasoras que nascem nessas áreas de pastagem, limpando-as, para que o capim possa crescer e oferecer alimento ao gado dos proprietários das terras” (PAULA ANDRADE et al, 2014, p.19).

os referências teóricas metodológicas que embasam a pesquisa e os possíveis caminhos e intenção da pesquisa.

No segundo capítulo, **O MARANHÃO COMO LABORATÓRIO PERMANENTE DOS MEGAEMPREENDIMENTOS: A IMPLANTAÇÃO DO “COMPLEXO PARNAÍBA”**, abordo a ideia de “Complexo” como um léxico do planejamento econômico dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, utilizado até o início do século XXI; os efeitos sociais e ambientais da implantação de megaempreendimentos na Amazônia, tal como o Maranhão, laboratório de megaprojetos a partir da década de 1970, e a instalação das Usinas Termoelétricas Parnaíba na região do Médio Mearim, como consequência da descoberta e exploração de gás natural a partir de 2010, e os efeitos sociais sobre comunidades tradicionais, com implicações sobre seus territórios e recursos. Destacando a atual situação das comunidades Morada Nova, Demanda e Nova Demanda.

Nesse sentido, ao conjunto de usinas em funcionamento hoje na região, juntamente com toda a estrutura que foi montada para viabilizar a extração, beneficiamento e transporte do gás natural, é o que chamam de “Complexo Parnaíba”. Denominação essa, feita pela própria empresa que explora e gerencia o recurso natural.

No terceiro capítulo, **A IMPLANTAÇÃO DE MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA E OS EFEITOS SOCIAIS SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**, analiso a implantação de megaprojetos na Amazônia e os efeitos sociais e ambientais sobre povos e comunidades tradicionais, engendrado em decorrência da confluência de interesses estatais e privados, dentro da lógica do capitalismo contemporâneo da “acumulação via espoliação, despossessão”, típica do “novo imperialismo” (HARVEY, 2017, p. 121).

CAPÍTULO 1: O TRABALHO DE CAMPO E A (RE) CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

1.1 A viagem de volta

A razão principal que me levou a elaborar um projeto de pesquisa e submetê-lo ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) está relacionada aos processos evidenciados na região após a instalação da indústria de gás natural. Quando as empresas do grupo Eike Batista decidem pela exploração do gás natural na região em 2010 e lá começaram implantar o megaempreendimento⁹, fui motivado a tentar compreender as transformações espaciais, sociais, ambientais e econômicas, ocorridas nesse espaço social, principalmente nas comunidades tradicionais atingidas.

Nasci em um povoado pobre, social e economicamente falando, (características do Maranhão na década de 1970, e que persistem na atualidade) que hoje pertence ao município de Capinzal do Norte. Meus pais, contudo, não nasceram ali. Ambos são migrantes nordestinos que fugiram dos flagelos da seca e das condições socioeconômicas adversas nos seus respectivos Estados, Ceará e Piauí, e que na região do Médio Mearim chegaram no final dos anos de 1950. No início da década de 1980, em decorrência das mazelas sociais e econômicas que assolavam a região, minha família teve que mudar para outra parte do Estado e, assim, veio recomeçar a vida na Mesorregião da Baixada Ocidental Maranhense.

Muito tempo depois, ao tomar conhecimento da descoberta de uma grande reserva de gás natural na região, empreendo uma viagem de volta à Capinzal do Norte, passados 30 anos. Lá encontrava-se em andamento a instalação de um megaempreendimento para extração e beneficiamento do gás natural. Quando de lá parti, a cidade, como unidade político administrativa, ainda não existia. Era apenas um núcleo urbano, que centralizava as principais atividades comerciais dos muitos povoados existentes à época. As atividades econômicas principais consistiam na comercialização dos produtos oriundos do meio rural, criações de animais e gêneros plantados nas roças, que tinham seus excedentes vendidos para os comércios locais, quitandas e bodegas, entre eles o coco babaçu, produto extrativo obtido pelo trabalho das mulheres quebradeiras de coco; e as feiras realizadas aos domingos, onde se vendia de tudo,

⁹ Denominam-se aqui megaempreendimentos projetos mineralógicos, agroindustriais e de infraestrutura que causam grandes efeitos socioeconômico, ambientais e culturais nos modos de existência e relações de povos e comunidades tradicionais afetados, gerando transformações na organização e mobilização desses povos ocasionando conflitos em sua maioria violentos em diversos níveis (ARAÚJO *et al.*, 2020)

com a presença certa muitas pessoas provenientes da zona rural, que vinham comprar mantimentos para subsistência e outros produtos de uso diário no meio rural.

Nesse retorno, do Capinzal dos anos de 1980, essencialmente rural, extrativista, produtor de arroz, feijão, milho, e outros gêneros, inclusive o coco babaçu, defronto-me na atualidade com uma cidade já constituída – elevada a condição de município em 1994 com a denominação de Capinzal do Norte, tendo sido desmembrado das cidades de Codó, Lima Campos e Santo Antônio dos Lopes –, e marcada pelo início da implantação de um megaempreendimento do setor da indústria de gás natural.

Do muito que se falou e prometeu à população local - governo estadual, prefeituras, a empresa gestora do empreendimento -, e das expectativas geradas em torno da implantação desse megaprojeto, pouco se concretizou. Observei isso em conversas informais com moradores do município, quando voltei à Capinzal em três momentos diferentes, depois que já tinham sido instaladas as primeiras usinas termoeletricas, e antes de ter elaborado o projeto de pesquisa para submissão ao mestrado. Percebeu-se que, das possibilidades de melhorias sociais e econômicas da população, aventadas com a implantação do empreendimento, restou uma grande frustração.

1.2 A construção do objeto de pesquisa

Tendo conhecimento da instalação das usinas termoeletricas na região, comecei a levantar hipóteses, e me fazer perguntas sobre mais esse megaempreendimento implantado no Maranhão. Formular problemas, o primeiro passo da investigação científica. Eles não nascem de forma espontânea, é preciso saber formulá-los, diria Bachelard (2011). Portanto, é essa atitude em relação ao problema que caracteriza o verdadeiro espírito científico. Prossegue Bachelard: **“Para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído”** . (BACHELARD, 2011, p. 18). (sem grifo no original)

O objeto de estudo desta pesquisa são os efeitos sociais e ambientais sobre comunidades tradicionais localizadas nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte¹⁰, a partir da instalação das Usinas Termoeletricas Parnaíba, com um recorte sobre a

¹⁰ Municípios localizados na região do Médio Mearim maranhense.

comunidade Demanda, localizada entre os dois municípios citados, e o seu processo de expropriação que redundou no surgimento da comunidade “Nova Demanda”.

Entretanto, não era esse o objeto de pesquisa no princípio. Tinha inicialmente a ideia de discutir o desenvolvimento anunciado pelo empreendimento para o município, e os impactos socioespaciais e ambientais provocados pelas atividades da extração e beneficiamento do gás natural em Capinzal do Norte. Com as primeiras leituras e pesquisas de campo, fomos adentrando gradativamente no universo da pesquisa, que, de alguma forma, perpassava pela ideia de discutir um determinado “desenvolvimento” para a região onde se instalou a indústria de produção de gás natural. Contudo, desde a apresentação do projeto de pesquisa para seleção do mestrado, fomos alertados sobre essa noção de desenvolvimento, tão propalada pelos megaempreendimentos econômicos.

Identificam-se estudos que apresentam diferentes abordagens sobre os efeitos da implantação de empreendimentos na denominada região do Médio Mearim maranhense (ALMEIDA; MOURÃO, 1976; ALMEIDA; NETO; MARTINS, 2005; ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1996; ARAUJO, 2013; 2015; COSTA, 2015; 2018; MARTINS, 2012; MESQUITA, 2011; PAIVA, 2018; PAULA ANDRADE, 2017; SILVA, 2016). É necessário dizer que este trabalho é inspirado e caudatário também da consolidada tradição de estudos socioantropológicos que apontam efeitos sociais, ambientais e econômicos, decorrentes da instalação da indústria de gás natural envolvendo diferentes agentes sociais que apresentam modos diferenciados de apropriação socioeconômica e cultural do mundo material nesta região do Maranhão

Dessa forma, a partir das disciplinas cursadas no mestrado, das leituras, da revisão de literatura sobre o tema, debates, observações feitas pelos professores do programa, seminários e orientação, sucessivas rupturas com o pré-dado se estabeleceram e marcaram o desenvolvimento deste do trabalho. Com o intuito de superar aquela “observação primeira” (BACHELARD, 2011) como obstáculo constituído e incrustado no pensamento não questionado, atentei para as informações prestadas pelos meus interlocutores quando empreendi a prática etnográfica por meio da observação direta no trabalho de campo. Dentre os recursos e procedimentos utilizados nesse primeiro momento, destaco a realização de entrevistas semiestruturadas e diálogos travados informalmente com os agentes sociais, além da pesquisa documental em fontes secundárias, órgãos estatais e documentos da ENEVA, acompanhados da revisão bibliográfica.

Na elaboração inicial do projeto de pesquisa, tinha a ideia de fazer uma abordagem com um viés mais econômico e geográfico. Discutir as questões envolvendo os grandes projetos, ditos de “desenvolvimento”, no Maranhão. A hipótese inicial da pesquisa era analisar os impactos socioespaciais, econômicos e ambientais, na extração e produção do gás natural na cidade de Capinzal do Norte, especificamente; e não nas comunidades tradicionais, e os efeitos que essas sofriam com a implantação do “Complexo Parnaíba”. Entretanto, com o decorrer do mestrado e as leituras realizadas a partir das disciplinas e minicursos, foi possível acionar com mais clareza determinadas categorias e, a partir delas, foram surgindo as primeiras dúvidas e obstáculos à realização da pesquisa científica.

Inicialmente surge um questionamento em torno da ideia de desenvolvimento para a região, com melhorias sociais para povos e comunidades locais a partir da implantação do grande empreendimento. Contudo, a questão que se insurgia era que tipo “desenvolvimento”? Para quem de fato é o “desenvolvimento”? Naquele período eu tinha algumas leituras e, de certa forma, uma opinião ingênua, sobre a questão. Mas como nos ensina Bachelard (2011), ao tratar das primeiras impressões sobre determinado assunto, temos de ser vigilante com a opinião. Prossegue ele:

A opinião *pensa* mal; não *pensa*: *traduz* necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado (BACHELARD, 2011, p. 18).

Assim, aos poucos fui avaliando as possibilidades de mudança em relação ao objeto de estudo. Percebeu-se ao longo das pesquisas de campo, que os efeitos sociais e ambientais ocorreram em comunidades tradicionais, entre estas, comunidades quilombolas; e povoados localizados na zona rural do município nos quais vivem povos e comunidades tradicionais. Em vista disso, alterou-se o tema da pesquisa e, de certa forma também, seu objeto. Nesse sentido, Bachelard afirma que “o conhecimento científico do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é o ‘o que se poderia achar’, mas é sempre o que se deveria ter pensado”. (BACHELARD, 2011, p. 17).

Foi de alguma maneira o que aconteceu com o projeto inicial da pesquisa, fruto de um conhecimento anterior, mas com certas lacunas teóricas e impregnado de um ingênuo senso comum. Nesse sentido, nos alerta Bachelard sobre ato de conhecer, ao afirmar que este “dá-se *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização” (BACHELARD, 2011, p. 17).

A construção do objeto de estudo não é algo fácil. Requer tempo e paciência na sua elaboração. Mostra-se confuso na sua fase inicial. Bourdieu (2004) destaca dessa forma essa etapa:

[...] a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por, o que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas (BOURDIEU, 2004, p.26- 27).

A ruptura com visões pré-estabelecidas, objetivistas e *substancialistas* devem ser objeto de uma constante *vigilância epistemológica* por parte de quem adentra um campo específico do saber. Daí a importância do entendimento de que “todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento” (BACHELARD, 2011, p. 10).

Dessa forma, a partir do desenvolvimento da pesquisa em fontes secundárias, como leituras de matérias que foram publicadas em jornais na imprensa estadual e nacional sobre o empreendimento, relatórios e notícias publicadas no sítio da empresa, pesquisas bibliográficas sobre os efeitos sociais e ambientais em comunidades tradicionais decorrentes da instalação do denominado “Complexo Parnaíba”, a pesquisa tomou um novo rumo, com a reconstrução do seu objeto de estudo, e consequente formulação de um novo tema.

1.3 Primeira ida a campo e o contato com as comunidades em Capinzal do Norte

Neste estudo, trata-se de apreender, a partir do ponto de vista dos agentes sociais presentes nessas comunidades – quebradeiras de coco, quilombolas, trabalhadores rurais, agricultores, posseiros –, os danos e efeitos sociais, ambientais e econômicos ocasionados pela implantação das Usinas Termoelétricas Parnaíba.

Para iniciar o trabalho de campo na área delimitada para pesquisa, estive em Capinzal do Norte entre os dias 06 e 09 de março 2020. Lá mantive contatos com agentes sociais das comunidades observadas durante a pesquisa. Tínhamos pela frente mais um desafio e uma etapa da pesquisa de campo, e ao mesmo tempo uma dúvida do que seriam esses primeiros passos dentro das trilhas de uma aventura antropológica.

No primeiro dia em que cheguei à cidade, 06/03/2020, já no final da tarde, depois de 8h de viagem, partindo de São Luís, e muita chuva nas estradas, mantive contato com um

casal de trabalhadores rurais aposentados que moravam na cidade, através dos quais fui apresentado ao senhor Marcos de Paula, também trabalhador rural, e morador de um dos povoados sob efeitos do empreendimento, que seria, nos dias seguintes, um dos meus interlocutores nas comunidades.

No trabalho do antropólogo, “a negociação da pesquisa e/ou do objeto é parte constitutiva do procedimento: primeiro no campo e depois no escritório quando o trabalho é redigido, ainda que no segundo momento trate-se de um diálogo simulado” (OLIVEIRA, 2004, p. 34-35). Dessa forma, não basta estar na “aldeia”, na “comunidade” ou no “bairro” se os agentes sociais não estão dispostos a “negociar” – entenda-se o processo dialógico entre o pesquisador e os agentes sociais, no qual ambos estão suficientemente esclarecidos sobre suas respectivas posições quanto aos trabalhos de pesquisa.

A “nova cartografia social” se insinua, concomitantemente, como um recurso à etnografia ao propiciar trabalhos de campo mais prolongados e possibilidades de reflexão sobre uma “nova descrição” não mais presa ao *setting*, à abordagem “ecologista” dos anos 20 do século passado ou ao “modelo geográfico descritivo”, que teria levado aos chamados “estudos de comunidade” e à repetição e à acentuada monotonia de “estudos monográficos” usualmente tidos como “localizados em demasia” e como “pré-científicos” (ALMEIDA, 2013).

Na realização de seu trabalho, portanto, o antropólogo lança mão da observação direta e participante (quando passa a compartilhar, durante algum tempo, o cotidiano de seus interlocutores); da realização de entrevistas e conversas informais; da tomada de depoimentos gravados, fotos e registros em vídeo; da elaboração de mapas e croquis; da recuperação de genealogias (PAULA ANDRADE, 2017). Na realização da pesquisa etnográfica utilizamos algumas dessas técnicas de pesquisa citadas acima.

Tais procedimentos, inerentes ao trabalho de campo etnográfico são fundamentais para apreender a realidade econômica dos grupos estudados, das relações de parentesco, de seus sistemas religiosos e de crenças e de outros aspectos de sua organização social. Estudos e pesquisas antropológicas, sobretudo no âmbito da antropologia social, têm esses procedimentos como alicerce. O trabalho de campo não é uma simples coleta de material bruto, não separando teoria e prática de pesquisa e privilegiando realidades localizadas e processos reais de formação de territórios e de descrição de conflitos sociais (ALMEIDA, 2013).

Na “nova descrição” o trabalho de campo é indissociável dos conceitos teóricos, e de uma pesquisa etnográfica construída a partir de prolongadas e repetidas permanências na região em que ocorre a investigação. Técnicas de observação direta, registros completos de cada

atividade concreta, cerimônia ou norma de conduta, refletem uma prática de pesquisa singular, cuja descrição, ao contrário de outras ciências, não implica em extrair da situação social pesquisada uma regra geral, embora possa aventar a possibilidade de universais atrelados ao entendimento das especificidades (ALMEIDA, 2013).

A pesquisa etnográfica a partir de trabalho de campo marca, assim, uma das especificidades da antropologia, fornecendo meios para romper com interpretações já estabelecidas. Como ressalta Almeida,

A descrição etnográfica dispõe-se, assim, de maneira crítica face às “grandes interpretações”, produzidas pela argumentação melancólica dos que perderam o poder metodológico de explicar e persistem na monotonia e na repetição infinda de esquemas interpretativos genéricos, subjacentes à sua própria consagração. As mudanças nos próprios sistemas de refletir são reforçadas pelo extraordinário potencial do trabalho etnográfico (ALMEIDA, 2013, p. 11)

No trabalho de campo estivemos no território da comunidade Demanda, na qual quebradeiras de coco, trabalhadores rurais, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários foram expropriados pelo “Complexo Parnaíba”; e nas comunidades Nova Demanda e Morada Nova, entrevistando e conversando informalmente com alguns moradores, depois fomos à Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu de Capinzal (AMUQUEC) e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capinzal do Norte (STTR), onde conversamos com membros da sua direção, e fizemos determinadas anotações.

Por intermédio do senhor Marcos de Paula, meu primeiro interlocutor, foi possível ter acesso às comunidades. Em uma primeira aproximação, fomos estabelecendo uma relação de confiança com as famílias. Os moradores ficam com receio de falar por não saberem quem somos e qual a nossa intenção ali. Conversando e explicando a razão da pesquisa, vamos adquirindo uma certa credibilidade com as famílias e assim, dentro de graus de confiança, elas vão aos poucos relatando os problemas enfrentados com a implantação do denominado “Complexo Parnaíba”. De alguma maneira os interlocutores percebem que a pesquisa é um “espaço social relativamente seguro” (SCOTT, 2013) para as declarações de queixas, de protestos e de revolta ainda não expressos.

Apesar do trabalho de campo possibilitar um *espaço social seguro* como apontado anteriormente, nem todos os meus interlocutores se sentiam à vontade para falar sobre tais assuntos, pois muitos temas estavam no nível dos conteúdos do “discurso oculto” (SCOTT, 2013). Este conceito é concebido como um domínio político em que se procura impor, num ambiente fortemente adverso, certas

formas de conduta e resistência nas relações com os grupos dominantes, como uma condição de resistência.

Dessa forma, é preciso ter em mente que o estabelecimento do relacionamento com os interlocutores de pesquisa é, em grande parte, uma questão de contornar as dificuldades, construindo acessos às representações do grupo, por meio de espaços e momentos de aceitação (BERREMAN, 1990).

No primeiro dia de campo, pela manhã, seguimos pela BR-135 por uns 5 km, e depois adentramos na antiga área da comunidade Demanda, que foi deslocada compulsoriamente em 2016. No seu território, em 2011, foi instalada a primeira Usina Termoelétrica Parnaíba. Fomos até o limite da cerca colocada pela empresa que gerencia atualmente o empreendimento. Conversamos inicialmente com alguns moradores que não foram incluídos no programa de “reassentamento voluntário” da empresa. Posteriormente fomos à Nova Demanda onde conversamos informalmente e entrevistamos alguns moradores reassentados, ouvindo relatos da situação atual em que vive a comunidade, e os problemas enfrentados por ela no presente. No segundo dia, dando continuidade à pesquisa de campo, conversamos e entrevistamos moradores de Morada Nova, comunidade situada também à margem da BR-135, atingida pelos mesmos danos e efeitos socioambientais que afetaram Demanda, e que, por sua vez, não teve nenhum tipo de compensação por parte do empreendimento.

Pela pesquisa bibliográfica realizada e depois com o desenvolvimento da pesquisa de campo na área de estudo, designado como “cenário” por Berreman (1990), os “obstáculos epistemológicos” (BACHELARD, 2011) e as primeiras noções e impressões foram sendo superadas. Assim, foi possível inferir que muitas comunidades foram atingidas pela implantação do megaempreendimento da indústria do gás em Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes. Por conta do recorte de pesquisa, nos atentamos para Demanda, Nova Demanda e Morada Nova. Comunidades que reivindicam para si e se reconhecem como comunidades tradicionais, acionando elementos que legitimam tal reivindicação. Destacando assim, as formas históricas e culturais específicas de apossamento da terra e de apropriação de recursos naturais.

Segundo Paula Andrade (2017), ainda que muitos pequenos proprietários, posseiros e arrendatários não acionem referentes identitários de fundamentos étnicos, que possam ser apontados como critérios objetivos para fins de reconhecimento jurídico, a forma pela qual se relacionam com determinados ambientes naturais, ainda que se encontrem em áreas de

propriedade de terceiros, os singulariza como um tipo organizacional (BARTH, 2000), a partir da construção de uma identidade resultante da relação estabelecida com a natureza, segundo a forma pela qual usam e manejam os seus recursos ambientais.

Na realização da pesquisa de campo nas comunidades observadas percebemos essa relação dos agentes sociais com o uso e manejos dos recursos naturais, destacando a ação de um grupo social que atua há décadas na região em regime de trabalho familiar, no extrativismo do babaçu: as mulheres trabalhadoras agroextrativistas que se autodenominam e são reconhecidas pública e formalmente como **quebradeiras de coco babaçu**. Que ao longo dos últimos anos vêm enfrentando uma série de pressões que tanto afetam a produção, quanto ameaçam a reprodução física e social dessas trabalhadoras e de suas unidades familiares (ALMEIDA, 2005).

Para Almeida (2007) povos e comunidades tradicionais passam também por um reconhecimento jurídico-formal, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional brasileiro de 1988, que vem sendo incrementado por meio de medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais nacionais e de instrumentos elaborados por agências multilaterais, como ONU, UNESCO e OIT.

Nesse sentido, o Decreto n. 6.040/2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estabelece no artigo 3º, I:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Dessa forma, são grupos sociais culturalmente diferenciados que se reconhecem e são reconhecidos como distintos de outros grupos, e que vivem sob regimentos próprios, podendo ter formas particulares, normas de organização social e de uso de recursos naturais.

O significado de “tradicional” aqui utilizado, conforme Almeida (2008) não pode mais ser lido segundo uma linearidade histórica ou sob a ótica do passado ou ainda como “remanescência” da “comunidade primitiva” ou da “comunidade doméstica” ou como resíduo de um suposto estágio de “evolução da sociedade”. Para o autor, o tradicional antes de aparecer como história aparece como direito e simultaneamente como forma de autodefinição, evidenciando identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Assim, antes de serem interpretadas como “comunidades tradicionais” e “espontâneas” ou como referências de

“solidariedade mecânica” as chamadas “comunidades tradicionais” aparecem hoje num processo de construção do “tradicional” a partir de conflitos e reivindicações face ao Estado. Dessa forma, além de ser do tempo presente o “tradicional” é social e politicamente construído, finaliza Almeida (2008).

Nesse sentido, de acordo com diferentes critérios de construção podemos perceber que os chamados “povos tradicionais” tanto compreendem os denominados “povos indígenas”, quanto quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, coletores e artesãs do arumã, do tucum e outras identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais ou se estruturando em diferentes planos organizativos para se contrapor à ação do poder do Estado. Estes povos não são necessariamente definidos pela origem, como advogam muitas interpretações formalistas. Nesta nova modalidade interpretativa o “tradicional” encontra-se vinculado a reivindicações e mobilizações contemporâneas e afasta a preocupação com a “origem” que aparece por detrás de certas formulações oficiosas (ALMEIDA, 2008).

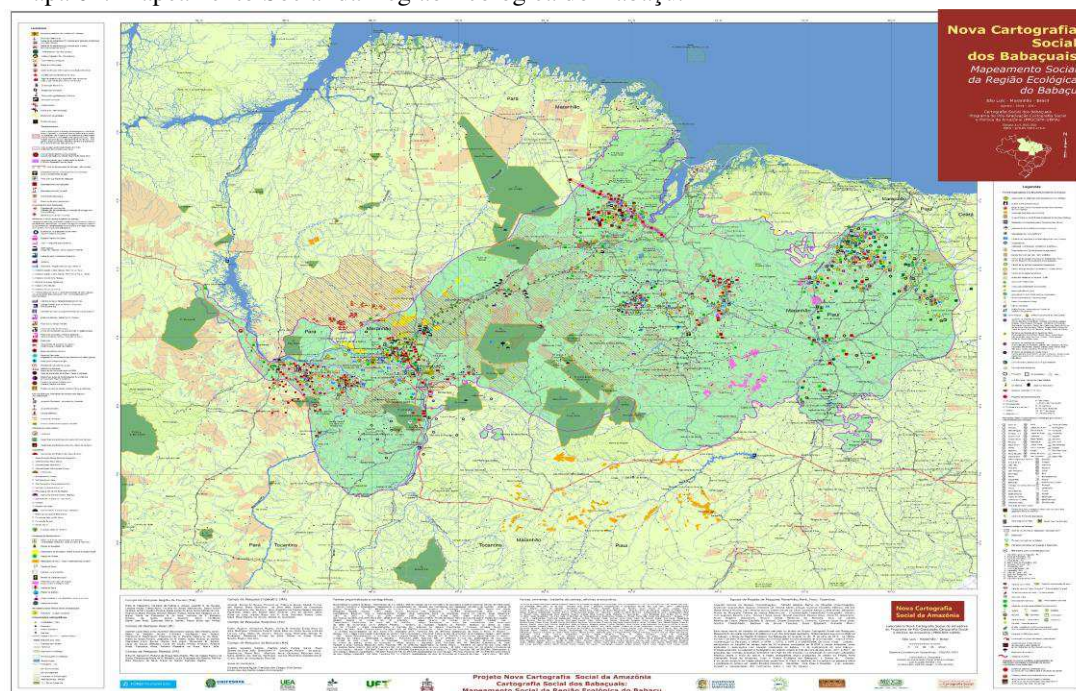
Em Capinzal do Norte, quando fomos a campo, nos deparamos com comunidades que sofreram e ainda sofrem, efeitos sociais e ambientais do denominado “Complexo Parnaíba” (PAULA ANDRADE, 2017, p. 16). A comunidade Demanda, que sofreu um deslocamento compulsório em 2016, mas que a empresa, utilizando uma estratégia discursiva eufêmica, chama de “assentamento voluntário” - situada entre os municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, onde viviam e trabalhavam quebradeiras de coco babaçu e outros agentes sociais autodenominados posseiros, arrendatários, pequenos proprietários -, teve seu cotidiano alterado pelo empreendimento, já que as primeiras Usinas Termoelétricas (UTES) se instalaram no centro do seu território, bem próximo às residências dos moradores. Outra comunidade afetada foi Morada Nova, que faz limite com o antigo território de Demanda e entre ambas sempre houve uma relação social, com a utilização dos recursos naturais pelos moradores e a quebra de coco coletiva realizada pelas quebradeiras; denominada de *adjunto*, feita em sistema de rodízios entre as comunidades para levantarem recursos para uma quebradeira escolhida entre elas. A referida comunidade ainda sofre com os efeitos sociais e ambientais do empreendimento, conforme relato dos moradores, sem nenhum tipo de compensação, como as ofertadas à comunidade Demanda.

Por fim, a comunidade denominada de “Nova Demanda”, nome esse atribuído pela própria empresa (ENEVA), que surgiu em decorrência do deslocamento compulsório das famílias de Demanda em 2016, e que na atualidade depara-se com muitos problemas na área

onde foi implantado denominado “reassentamento voluntário”, conforme relato de alguns moradores.

Na região onde o megaempreendimento se instalou, qual seja, na microrregião do Médio Mearim Maranhense, conforme regionalização estadual feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm vastos babaçuais que estão dentro da chamada “Região Ecológica do Babaçu” (ALMEIDA, 2019), conforme mapa¹¹ (Mapa 01) elaborado a partir do trabalho de pesquisa realizado no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA 2015 a 2019), dentro do Projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu”, que se inscreve nas atividades desenvolvidas no contexto do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – PPGCSPA/UEMA(ALMEIDA, 2019).

Mapa 01: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu.



Fonte: PNCSA. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/mapas/>. Acesso em: 10/04/2021.

Os mapas situacionais, como o mapa em questão, remetem a ocorrências concretas de conflito em regiões já delimitadas com relativa precisão e objetivaram delimitar territorialidades específicas, propiciando condições para uma descrição mais pormenorizada dos elementos considerados pelos agentes sociais em pauta para figurar na base cartográfica (ALMEIDA, 2005). São produzidos pelas comunidades e desta forma pode-se preservar todos

¹¹ Mapa: “Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu”. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/mapas/>. Acesso em: 10/04/2021.

os detalhes que são observados somente por quem vive na terra, como forma de demarcação das terras pertencentes às comunidades.

Nesta região, conhecida como Médio Mearim, foi possível observar em relação ao processo de devastação dos babaçuais, as seguintes situações: derrubadas de palmeirais, produção de carvão do coco babaçu, baterias de fornos de babaçu, compra do coco inteiro, fornos móveis, compra da casca, envenenamento da pindova e arrendamento do coco. Em relação às violências e outras ações abusivas praticadas contra as quebradeiras de coco babaçu registramos, dentre outras: ameaças de morte, ameaças de violência sexual, obrigação de fornecer a casca do coco, aliciamento para trabalhar sem observância dos direitos trabalhistas, impedimento e restrições ao livre deslocamento nos babaçuais com violação do direito de ir e vir.

A região do Mearim é classificada pelo IBGE como “região dos cocais”, em virtude de se constituir na maior área de babaçuais do Estado do Maranhão. Sua extensão corresponde a 2.970.000 hectares, sendo a área efetivamente coberta com babaçu correspondente a 1.841.450 ha.

Esta região encontra-se impactada, considerando o avanço do processo de devastação promovido por pecuaristas e por indústrias de ferro gusa, de óleo vegetal, sabão, cerâmicas e mais recentemente pela indústria do gás natural. É comum, ao percorrer essa região, observar um amontoado de coco babaçu na porta das casas.

O uso indiscriminado da casca do coco para a produção de carvão se deve à sua utilização em larga escala para abastecer as siderúrgicas Pacífico de Paula e Companhia Siderúrgica do Maranhão (COSIMA), com sede em Bacabal e Santa Inês, respectivamente; e se relaciona com as formas de uso por empresas que confrontam às práticas das quebradeiras que usam o recurso natural, mas lutam pela conservação dos babaçuais. A COSIMA, por exemplo, é abastecida com cascas do babaçu dos municípios de Lago dos Rodrigues, Igarapé Grande, Cariri e Bernardo do Mearim. No Mearim há baterias de fornos terceirizadas pela COSIMA nos municípios de Lago da Pedra, Governador Archer, Presidente Dutra, Coroatá, Chapadinha e Monção.

Na região do Médio Mearim entre os grupos sociais que sofreram com os efeitos sociais e ambientais da implantação das Usinas Termoelétricas Parnaíba, estão as mulheres agroextrativistas que se autodenominam **quebradeiras de coco babaçu**. Agentes sociais com atuação nesse espaço social, as quebradeiras de coco detêm um “capital imaterial” ou “capital conhecimento” (GORZ, 2005) em relação à sua cultura, às suas tradições e às suas práticas

econômicas com a natureza e, especificamente, com a quebra do coco babaçu e a preservação dos babaçuais. Para Mesquita (2008), na conformação da “economia do babaçu” uma categoria de pequeno produtor familiar (as mulheres agroextrativistas do Maranhão ou quebradeiras de coco babaçu) vão desempenhar um papel fundamental

[...] pela preservação do meio ambiente, a favor da reforma agrária e no combate à exclusão social da qual é vítima. Demonstrando ainda que o trágico quadro de pobreza em que estão inseridas essas mulheres se relaciona à devastação do seu principal meio de subsistência, o coco babaçu, e da política governamental implementada ao longo de décadas (MESQUITA, 2008, p. 53).

Assim, essas mulheres trabalhadoras agroextrativistas que sobrevivem da coleta e da quebra do coco babaçu, tiveram seu modo de vida e das suas unidades familiares comprometido, a partir da implantação do megaempreendimento na região, porque a identidade dessas mulheres se constrói na relação que estabelecem com esse recurso, justificada por diferentes fatores, sejam eles econômicos (por garantir por gerações sucessivas a manutenção material das famílias), simbólicos (por perceberem as palmeiras como mães que sustentam seus filhos) (PAULA ANDRADE, 1999; FIGUEIREDO, 2005) e afetivos (por nutrirem sentimentos pelas palmeiras que lhes proporcionam bem estar, tranquilidade e segurança) (TUAN, 1980).

No estudo que mapeou “Região Ecológica do Babaçu”, foi identificado que grandes áreas de babaçuais foram devastadas, com mais de 16 mil palmeiras derrubadas para a prospecção de gás, colocando em risco assim, a própria existência desses agentes sociais e suas unidades familiares.

A devastação dos babaçuais nessa região do Estado já havia sido constatada anteriormente por meio de pesquisas realizadas entre os anos 2001 e 2005, que resultaram na publicação do livro *Guerra Ecológica nos Babaçuais*, de Almeida, Martins e Shiraishi Neto (2005). Nesse estudo os autores apresentam uma cartografia social do processo de devastação da região ecológica dos babaçuais, mapeando as tensões e os conflitos sociais, configurados no processo de destruição desse ecossistema (ARAUJO, 2013).

Quando o megaempreendimento das UTEs Parnaíba se instala na região por meio das empresas MPX/ENEVA, desde o início, as ações e discursos dirigidos pelo corpo de funcionários das empresas foi dentro de uma estratégia discursiva que sempre apregoava uma *boa vizinhança*, segundo informaram as famílias dos moradores das comunidades, com a promessa de muitas benesses socioeconômicas para todos.

Na comunidade Demanda, localizada entre Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, na qual foi implantada a UTE Parnaíba I, conforme relato dos moradores, os

funcionários da empresa MPX/ENEVA que iam até eles falar do empreendimento, com um discurso de convencimento da viabilidade do projeto se apresentavam sempre bem-vestidos, eram educados e prometiam muitas coisas. Nesse sentido, relatou uma moradora:

(...) no começo ela, a MPX, no começo foi boa, a delicadeza foi boa demais! Aí tratava a gente muito bem. No começo foi bom demais! Maior delicadeza! Eu não sabia nem de onde iam pegar aquele povo tudo delicado, acho que não era nem da terra... (F. T. C., Demanda, 01/04/2014) (COSTA, 2018, p. 118).

Dona F. T. C., uma das não incluídas no cadastro de compensação às quebradeiras, destaca o item da *delicadeza* não apenas para classificar o comportamento que ela entende como de bom trato, de boa educação dos funcionários, mas está acionando na memória da relação com a empresa um elemento marcante que media o estabelecimento da confiança e lança as bases para assegurar a continuidade da relação em face de um possível desequilíbrio posterior (COSTA, 2018).

Assim continuaram, até conseguirem a assinatura do **termo de adesão** das famílias de Demanda para o Programa de Reassentamento. Depois disso, o tratamento dispensado à comunidade mudou completamente, afirmaram os moradores.

O Programa de Reassentamento “Voluntário”, denominado assim pela empresa, não teve nada de voluntário porque as famílias foram obrigadas a sair da comunidade. Foram expropriadas. Sofreram um deslocamento compulsório. Esse deslocamento é compreendido como “o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou transferir-se de suas casas e/ou de suas terras” (MAGALHÃES, 2007, p. 11).

1.4 Caminhos e objetivos da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivos discutir os danos, efeitos e transformações sociais e ambientais sobre comunidades tradicionais e seus territórios, no âmbito da implantação indústria de gás natural no Maranhão, numa região específica, qual seja: o Médio Mearim maranhense. Especificamente em comunidades situadas nos limites dos municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes.

Na atualidade, dentro da Amazônia Legal, no rastro do discurso do “desenvolvimento” capitalista, são muitos os megaprojetos de infraestrutura e agroindustriais, instalados, em fase de instalação ou até mesmo, inconclusos, que colidem com povos e comunidades tradicionais nesse espaço social.

Esses megaempreendimentos que atravessaram o estado do Maranhão desde de 1980, seja de capital privado ou grandes obras de infraestrutura, financiadas pelo poder público, todos deixaram um rescaldo de efeitos socioambientais e políticos sobre o território de povos e comunidades tradicionais, quando da sua implantação.

Em “Carajás: a Guerra dos Mapas”, livro resultante de estudos realizados por vários pesquisadores, entre eles o professor Alfredo Wagner, produzido no âmbito do denominado seminário consulta para subsidiar as discussões do “Seminário-Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?”, de 1993; discute-se os efeitos da implantação do Programa Grande Carajás (PGC) sobre povos e comunidades tradicionais na denominada “região de Carajás” (ALMEIDA, 1995, p. 34).

Nesse momento surge a contradição básica entre *região* instituída e territórios específicos constituídos coletivamente (ALMEIDA, 1995). A chamada “região de Carajás”, “instituída por um ato de força, fundada no ordenamento territorial dos aparatos do Estado, afasta a busca de uma definição própria. Consiste, em verdade, numa delimitação geograficamente arbitrária” (ALMEIDA, 1995, p. 34). Tem inspiração econômica e é “balizada juridicamente para assegurar a exploração dos recursos minerais estratégicos, subordinando às suas diretrizes os demais processos produtivos” (ALMEIDA, 1995, p. 18). Por outro lado, discute-se uma ideia de região ou território, como espaço social, que vai além de condicionantes naturais, incorporando todo um modo de vida de comunidades e povos tradicionais, calcada esta, numa antropologia e sociologia reflexiva (BOURDIEU, 2004). Dessa forma, a “*região* instituída” colide com segmentos camponeses, povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos.

No Médio Mearim maranhense, região onde se instalou a indústria de extração de gás natural para produção de energia elétrica, há uma discussão em torno da definição de “região”, para além da sua concepção geográfica. Esta, inicialmente instituída de forma arbitrária, a partir de elementos naturais, com fundamentos em atos de “Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 39); e uma outra concepção, inicialmente dentro de uma perspectiva construída a partir da sociologia reflexiva de Bourdieu (2004), mas não só com ele, há aqui também outros autores que refletiram sobre esse conceito (ALMEIDA, 1995; OLIVEIRA, 1981; VELHO, [1972]; 2013).

Área do Estado com a presença de muitos migrantes nordestinos, a região do Médio Mearim tem sua estrutura agrária formada inicialmente pela desestruturação das fazendas de algodão (MARTINS, 2012); e, em um outro momento, pelo deslocamento de *frentes de*

*expansão*¹² que partiram principalmente dos estados do Ceará e Piauí, na primeira metade do século XX, e ocuparam as terras livres com base no trabalho familiar (ALMEIDA; MOURÃO, 2016 [1976]).

Segundo os planejadores da SUDENE, o Vale do Mearim seria a solução para parte dos problemas gerados pelas secas constantes no sertão nordestino. A chamada Pré-Amazônia maranhense era vista, equivocadamente, como um “espaço vazio”.

Nesse período foram pensados projetos de colonização no âmbito federal, regional e estadual, como forma de controle da terra e da população. No Maranhão foram implantados alguns, entre eles, um projeto do governo federal, na cidade de Barra do Corda, o Projeto Integrado de Colonização de Barra do Corda (PIC-BC); outro de caráter regional, elaborado pela SUDENE e efetivado pela Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), no município de Zé Doca, na região do Alto Turi, e uma terceira área de expansão (ALMEIDA; MOURÃO, 2016 [1976]).

Outra ação estatal determinante para a modificação da estrutura agrária maranhense foi a promulgação em 1969 da Lei Estadual de Terras, conhecida como “Lei Sarney de Terras”. Este instrumento jurídico possibilitou o fechamento das fronteiras agrícolas e facilitou a inserção de empresas agropecuárias no Estado. Complementada pelo Decreto nº 4.028, de 28 de novembro de 1969, essa lei dispõe sobre as terras devolutas e sobre a política fundiária do Estado, colocando terras públicas no mercado e permitindo a venda de grandes extensões, superiores a 3.000 hectares, para sociedades anônimas (ARAUJO, 2013); e incentivando a entrada de grandes projetos ditos “desenvolvimentistas” no Estado.

1.5 A pandemia da COVID-19 e os obstáculos à pesquisa

É imperioso destacar as consequências da pandemia para a realização do trabalho científico. As pesquisas científicas de maneira geral foram impossibilitadas, e com a antropológica não foi diferente, já que em muitos casos a pesquisa etnográfica, em particular o trabalho de campo, não pôde ser realizado, em meio aos desafios da pandemia da COVID-19. Em relação à pesquisa de campo que empreendemos nas comunidades, só foi possível realizar

¹² Consulte-se a propósito: VELHO, Otavio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 3.ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p. – (Coleção Antropologia da Amazônia).

uma etapa no início de março de 2020, logo sem seguida foi decretado o estado de emergência sanitária no Brasil, impossibilitando o retorno às comunidades.

Nós estamos vivendo em tempos de coronavírus. Os elementos mais simples e corriqueiros da nossa vida cotidiana se tornaram, de uma hora para outra, problemas a serem enfrentados. Quando o ordinário se torna extraordinário, apontar possíveis desdobramentos dos eventos atuais se torna uma tarefa difícil.

A experiência de campo é fundamental na pesquisa etnográfica. É a partir dessa experiência vivida que o pesquisador acessa o outro e constrói, com a etnografia, sua própria teoria. Dividir as dificuldades, as estratégias e as descobertas em campo não apenas fazem parte do método, como é também um modo para irmos aperfeiçoando as técnicas e assim nos tornarmos melhores pesquisadores.

A pesquisa social passa por significativas mudanças para se adequar às novas limitações impostas pelo distanciamento social. O modo como pensamos método e metodologia vai mudar radicalmente daqui para a frente e isso terá impacto no campo como um todo. A experiência etnográfica é marcada exatamente por esse sentimento de se estar à deriva. Entrar no campo exige do pesquisador um contato extensivo com seus interlocutores e a suspensão de seus modos de pensar, seus hábitos e de sua moralidade para ser capaz de acessar outros mundos de sentido. Viver como o Outro demanda pensar o social a partir de referências outras que não a do pesquisador.

No Maranhão o estado de calamidade¹³ foi decretado a partir de 19 de março de 2020, duas semanas depois que tínhamos feito o primeiro trabalho de campo em Capinzal do Norte. Na sequência dos acontecimentos a pandemia recrudescer e, a despeito de nenhuma medida legal e sanitária ter sido tomada pelos governos federal e estadual para proteger povos e comunidades tradicionais, estes elaboraram suas próprias estratégias para tentarem se resguardar e evitar a contaminação pelo vírus. Assim, não retornar às comunidades para consecução de outras etapas da pesquisa de campo foi uma maneira de proteção pessoal e também para as comunidades, não levando até elas a possibilidade de contágio pelo vírus da COVID-19.

¹³ Decreto Nº 35.672, de 19 de março de 2020. Declara situação de calamidade no Estado do Maranhão em virtude do aumento do número de infecções pelo vírus H1N1, da existência de casos suspeitos de contaminação pela COVID-19.

CAPÍTULO 2: O MARANHÃO COMO LABORATÓRIO PERMANENTE DOS MEGAEMPREENDIMENTOS: A IMPLANTAÇÃO DO “COMPLEXO PARNAÍBA”

O termo “Complexo” é um léxico do planejamento econômico dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, bastante utilizado até o início do século XXI. No passado, a partir de 1950, as categorias utilizadas foram “polo de crescimento”, com fundamento na teoria de François Perroux, que subsidiou “planos de desenvolvimento regional” na América do Sul; e, em momento posterior, com base nas teorias de Walt Rostow, prevaleceram os chamados “estágios de desenvolvimento econômico”, ou “etapas de desenvolvimento”. Estratégias estas que fundamentaram a política econômica implantada pelos generais que comandaram a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1984.

Para Almeida (2019), essa constelação de termos e expressões que compõe um léxico peculiar do discurso do desenvolvimento capitalista que envolve os megaempreendimentos na Amazônia, precisa ser devidamente desvendada. O termo “complexo”¹⁴, utilizado em determinado momento para designar um certo megaempreendimento, hoje é atualizado por termos como: “corredores logísticos”, “corredores ecológicos” e “corredores biológicos”.

Na atualidade, medidas desenvolvimentistas, interpretadas também como expressões de um “novo colonialismo”, nos termos de Almeida: “ganham força a partir de megaprojetos logísticos e de infraestrutura, cuja designação concerne a metáforas geométricas, tais como: ‘trapézio’, ‘quadrilátero fértil’, e ‘arco *mineiro*’, além de ‘corredor (*corridor*) e ‘complexo’ (ALMEIDA, 2019, p. 18).

Os ditos projetos de desenvolvimento ou megaempreendimentos não contribuem para a diminuição das disparidades e desigualdades existentes entre as regiões do país. Ao contrário, as regiões onde estes projetos são implantados sofrem, de modo geral, com a “desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33).

Assim, os megaprojetos podem ser caracterizados como modo de produção do espaço, uma vez que, conforme Vainer e Araújo (1992), eles concretizam o processo de

¹⁴ Vide Almeida, A.W. B. de (org.) – **Conflitos sociais no “Complexo Madeira”**. Manaus. UEA Edições/PNCSA. 2009.

apropriação tanto de recursos naturais quanto humanos, em distintos espaços do território, obedecendo a uma lógica estritamente econômica:

Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam. (VAINER, 2008, p. 44 – 45)

Percebe-se, então, que os efeitos sociais sobre esses agentes sociais são muitos, e poucas vezes esses efeitos são minimizados por alguma medida de compensação social ou ambiental. Entretanto, é importante destacar que esses efeitos não ocorrem apenas no momento da construção, eles são sentidos no tempo e no espaço, e às vezes podem causar problemas que irão seguir esses agentes sociais durante anos. Além disso, tratam-se de comunidades que têm sua cultura, memórias, anseios e direitos sempre desrespeitados pelas empresas. Assim, quando ocorre um deslocamento compulsório, fato que sempre se repete na implantação de megaempreendimentos, o efeito nas comunidades é incalculável, uma vez que, o modo de vida desses agentes sociais não poderá ser reconstruído em outro local, e não há nada que recompense as perdas de lembranças que os atingidos sofreram. Conforme Vainer:

Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais), por exemplo, a dispersão de um grupo familiar extenso, ou a inundação de lugares com importância simbólica, religiosa, para um determinado grupo social. (VAINER, 2008, p. 45)

Assim, o território passa a ganhar novos usos e novos significados. Os modos de vida são transformados, os projetos de vida daquelas pessoas são destruídos e os laços afetivos que os ligam a terra são arrancados, de forma que eles não conseguem impedir.

Com a instalação das Usinas Termelétricas Parnaíba, o que hoje a empresa denomina de “Complexo Parnaíba” (Figura: 03), é toda a logística e estrutura montada pelo empreendimento, voltada à produção de energia elétrica a gás natural, que impactam *comunidades tradicionais* na região. Conforme Paula Andrade (2017), a definição do “Complexo” foi atribuída pela própria empresa, como o faz no seu sítio na internet:

A ENEVA opera o Complexo Parnaíba, um dos maiores complexos de geração de energia termelétrica a gás natural do Brasil, localizado em Santo Antônio dos Lopes, no Maranhão. Integram o complexo as usinas termelétricas Parnaíba I, Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV. Atualmente, já estão em operação as usinas Parnaíba I (676 MW), Parnaíba III (176 MW) e Parnaíba IV (56 MW), fornecendo energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). (Disponível em <http://www.eneva.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/usinas-em-operacao/Paginas/ute-parnaiba.aspx#sthash.cuoYXnG0.dpuf>) Acesso: 25/06/2021.

Figura 01 - “Complexo Parnaíba”.



Fonte: <http://www.eneva.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/usinas-em-operacao/Paginas/ute-parnaiba.aspx#sthash.cuoYXnG0.dpuf> Acesso: 25/06/2021.

Dessa forma, o denominado “Complexo Parnaíba” é formado, atualmente, porque existem projetos de ampliação em andamento, por cinco Usinas Termoelétricas (UTES). A primeira usina instalada chamou-se Termoelétrica Parnaíba. Na sequência de instalação das demais usinas, atribuiu-se a mesma denominação e uma numeração crescente a cada nova instalação. Dessa maneira, como os efeitos sociais e ambientais às comunidades são os mesmos, e, de alguma forma, cumulativos e agravados ao longo do tempo, desde a instalação da primeira UTE Parnaíba I; até a mais recente, a UTE Parnaíba V, acertada é a ideia de tratá-las em seu conjunto, como um só empreendimento.

2.1 Gás natural em Capinzal do Norte

A procura por gás na região do Médio Mearim começa em 2009. Depois de quase um ano de pesquisas exploratórias e sísmicas, com levantamentos de identificação, prospecção e perfuração de vários poços, descobriu-se gás natural em Capinzal do Norte no ano de 2010, e, posteriormente, em outras cidades limites ou próximas. De imediato, as empresas ligadas ao empreendimento começaram a montar a infraestrutura para viabilizar a produção do gás natural. A empresa encarregada de fazer as perfurações à época era Parnaíba Gás Natural (PGN), que depois mudou sua razão social para MPX, sendo esta incorporada posteriormente pela ENEVA. Essas respectivas empresas eram encarregadas de fazer as perfurações, extração e beneficiamento do gás, mas para tanto precisavam de empresas menores, as terceirizadas, para

preparar o terreno, montar a infraestrutura. E assim o fizeram. Foram adentrando as comunidades e povoados das cidades hoje abrangidas pelo empreendimento.

No seu sítio na internet a empresa é assim descrita, bem como suas atividades:

A ENEVA é uma companhia brasileira de geração e comercialização energia elétrica, com negócios complementares em exploração e produção de gás natural. A empresa opera empreendimentos que somam 1.780 MW de capacidade instalada e constrói usinas que adicionarão mais 1.100 MW, posicionando-a entre as maiores companhias privadas geradoras de energia no Brasil. A ENEVA também possui participação em blocos terrestres de gás natural na Bacia do Parnaíba, os quais têm contratos de fornecimento de até 8 milhões de metros cúbicos diários de gás para usinas termelétricas da companhia. Através de empreendimentos arrojados, que primam por inovação e competitividade, a ENEVA integra produção de energia com baixo impacto ambiental. A empresa utilizará, em todas as suas unidades, as mais modernas alternativas disponíveis. Dentre elas, a tecnologia da Queima Limpa do Carvão ou Clean Coal Technology. Os projetos da ENEVA cumprem não só com todas as regras de licenciamento dos Governos Federal, Estadual e Municipal, como também requisitos ambientais mais estritos exigidos pelos financiadores dos empreendimentos, como BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BNB (Banco do Nordeste). Além disso, a ENEVA destinará parcela significativa de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento para tecnologias de sequestro de carbono (ENEVA, 2020). Disponível em: <http://www.eneva.com.br/pt/quem-somos/Paginas/estrutura-da-empresa.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Conforme relatos de moradores de determinadas comunidades da região¹⁵, levantados por pesquisadores que anteriormente estudaram o início da implantação do denominado “Complexo Parnaíba”, as máquinas chegavam sem avisar e iam invadindo e *bagunçando* quintais, veredas, cortando árvores, sem contato prévio ou permissão dos proprietários (PAULA ANDRADE, 2017). Relatos que se assemelham, em certa medida, aos contidos no romance *O reino deste mundo*, de Alejo Carpentier, que aborda sua experiência no Haiti em 1943, quando ele narra em um capítulo denominado *Os agrimensores*, a chegada destes, e a situação vivida pelos vitoriosos escravizados, agora na condição camponesa, os quais viam nos agrimensores que mediam as terras a reencarnação da figura autoritária dos colonizadores franceses (ALMEIDA, 2013):

Certa manhã, porém, apareceram os agrimensores. É necessário ter visto os agrimensores em plena atividade para compreender melhor o espanto que pode causar a presença desses seres que parecem insetos trabalhando. Os agrimensores que tinham descido na Planície, vindos da longínqua Port-au Prince, além das serras cobertas de nuvens, eram homens calados, de pele muito clara, vestidos —era preciso reconhecer — de maneira bastante comum, e que desenrolavam longas fitas sobre o solo, fíncavam estacas, carregavam chumbadas, olhavam através de certos tubos e por qualquer motivo se eriçavam de réguas e esquadros. Quando Ti Noel percebeu que esses personagens iam e vinham através de seus domínios, falou-lhes com energia.

¹⁵ Povoados como Pau Ferrado, Gurujuba, Baixão do Raposo, Escondido, Ranchada, Tamarino, Creoli, Lagoinha, Sítio Novo, Centro do Meio, Baixão dos Mesquita, Taboca, Insono, Centrinho e Liberato foram alcançados pelas atividades de prospecção de gás e de perfuração de poços (PAULA ANDRADE, 2017).

Mas os agrimensores não lhe fizeram caso. Andavam de cá para lá, insolentemente, medindo tudo e anotando coisas em seus livros cinzentos com grossos lápis de carpinteiro. O velho verificou com terror que falavam o idioma dos franceses, aquela língua já esquecida [...]. Ti Noel os intimou a retirarem-se, gritando de tal maneira que um dos agrimensores terminou por agarrá-lo pelo cangote [...] No dia seguinte, porém, andando pela Planície em busca de alguma coisa para comer, observou que os agrimensores estavam em toda parte e que uns mulatos a cavalo, usando camisas de colarinho aberto, cintos de seda e botas militares, dirigiam a demarcação e os trabalhos de imensas lavouras, executados por centenas de negros sob guarda constante. Muitos camponeses, montados em seus burricos, carregando galinhas e porcos, abandonavam suas choupanas, entre os gritos e as lágrimas das mulheres, para refugiarem-se nas montanhas. Ti Noel soube por um fugitivo que as tarefas agrícolas eram agora obrigatórias e que o chicote estava na mão dos Mulatos Republicanos, os novos donos da Planície do Norte (CARPENTIER, 2007, p. 73).

Conforme Almeida (2013), a situação vivida por povos e comunidade tradicionais face à expansão de grandes empreendimentos agroindustriais, na Amazônia, sobretudo nesta quadra histórica, revela que:

Esta representação literária do agrimensor ressalta um conhecido preceito de que mede a terra quem tem poder para fazer viger seus limites. Em outras palavras, estes textos literários, as resenhas e os comentários evidenciam um problema do presente que pode ser assim resumido: os atos de medição traduzem uma relação de poder (ALMEIDA, 2013, p. 162).

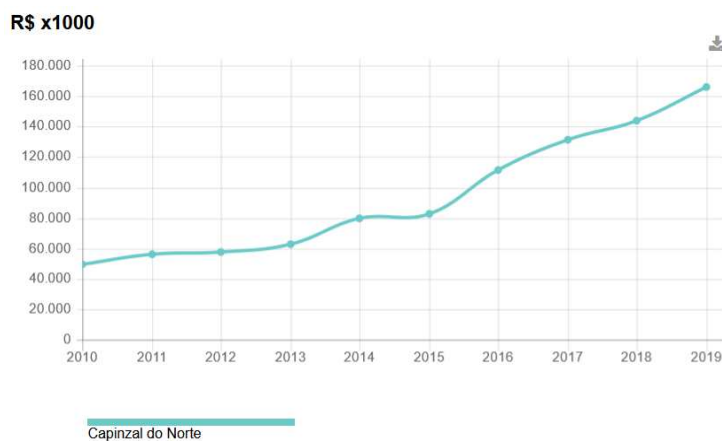
Assim, nos povoados e comunidades sob efeitos das atividades empresariais de prospecção e perfuração de poços para extração de gás natural, tempos depois de terem “*chafurdado* tudo”, na fala de uma moradora, retornam os representantes da empresa para pagar aos agentes sociais (quebradeiras de coco, quilombolas, posseiros, trabalhadores rurais) que tiveram suas áreas reviradas, quantias em dinheiro, como forma de indenização pelos danos materiais causados, relatam os moradores.

Na atualidade, a ENEVA, empresa que administra o “Complexo”, continua atuando na região, fazendo prospecções e perfurando poços; adentrando o território das comunidades e adotando a mesma prática anteriormente descrita qual seja: as máquinas chegam e vão *bagunçando* tudo. Nesse sentido, é o relato de dona Maria da Glória de Carvalho de Oliveira, Insono, 09/04/2014: “[as empresas] chegava sem aviso, já com as máquinas, chafurdaram, destioraram [deterioraram, destruíram] nossos caminhos, de Santo Antônio pra cá derrubaram muita cerca” (PAULA ANDRADE, p. 40).

Elevado à categoria de município com a denominação de Capinzal do Norte, em 1994, sendo desmembrado dos municípios de Codó, Santo Antônio Lopes e Lima Campos, em 2010, data do último censo do IBGE, e quando o empreendimento começa a ser implantado, Capinzal tinha uma população de 10.698 pessoas, um PIB de R\$ 49.546.000 (quarenta e nove

milhões, quinhentos e quarenta e seis reais) e PIB *per capita* de R\$ 4.631,00 (quatro mil seiscentos e trinta e um reais).

Figura 02 – PIB de Capinzal em 2010

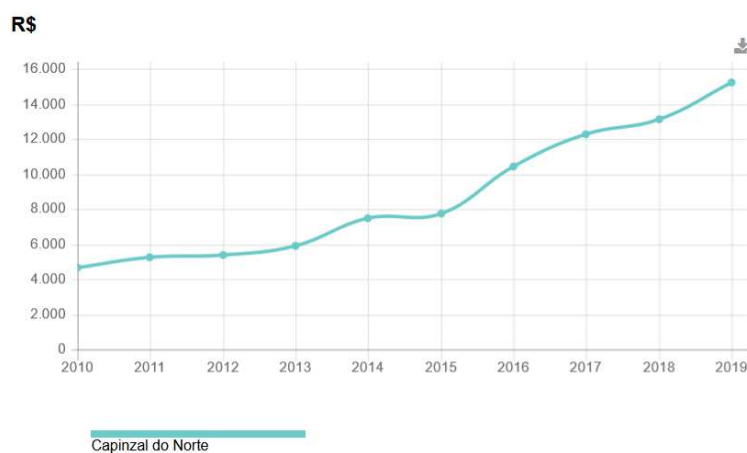


Fonte: IBGE (2019).

Passados dez anos do início da implantação do denominado “Complexo Parnaíba”, o PIB *per capita* de Capinzal em 2019 era R\$ 15.183,45 (quinze mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos) e PIB de R\$ de 166.015.880,00 (cento e sessenta e seis milhões, quinze mil e oitocentos e oitenta reais). Nesse período o PIB *per capita* quase quadruplica.

Figura 03 – PIB *per capita* de Capinzal em 2010

PIB per capita / **Série revisada** (Unidade: R\$)



Fonte: IBGE (2019).

Segundo o IBGE, em 2020, o salário médio mensal era de 2.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 30ª de 217 e 49ª de 217, respectivamente.

Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1177^a de 5570 e 4421^a de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 54% da população nessas condições, o que o colocava na posição 111^a de 217 dentre as cidades do estado e na posição 628^a de 5570 dentre as cidades do Brasil

Apresenta 8.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 104^a de 217, 96^a de 217 e 55^a de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4493 de 5570, 3304 de 5570 e 3813 de 5570, respectivamente, conforme dados do IBGE.

2.2 O denominado “Complexo Parnaíba” em colisão com comunidades tradicionais na região do Médio Mearim

A implantação de megaprojetos na Amazônia brasileira ocorreu, e ainda ocorre, num contexto de conflitos sociais. Região marcada pela presença do grande capital em decorrência de uma política de desenvolvimento regional que, a partir de 1970, avança na pretendida integração comercial e produtiva, processo que se aprofunda e consolida com os mega investimentos do Programa Grande de Carajás (1980/1990) e do PAC (2007), acarretando grandes transformações na região, que de acordo com Mesquita (2015, p. 23): “essa ação deliberada do grande capital trouxe consequências desastrosas em termos de sobrevivência atual de perspectiva futura”. Sobretudo para determinadas unidades sociais da região, como povos e comunidades tradicionais¹⁶.

Mas este processo não ocorre sem resistência. Dessa forma é que povos, comunidades, grupos e agentes sociais irão protagonizar grandes mobilizações em defesa dos seus direitos e interesses específicos. Por isso, segundo Almeida (2013), é que são constituídas:

[...] *unidades de mobilização*, cujas práticas diferenciadas e laços de solidariedade política se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva traduzida pela indissociação entre os conflitos e a consciência de suas fronteiras usurpadas retratadas fidedignamente pelo mapeamento oficial (ALMEIDA, 2013, p. 158).

¹⁶ Uso os termos *povos e comunidades tradicionais* no sentido atribuído por Almeida (2004).

Para Acselrad (2017, p. 26), em paralelo ao conhecido mapeamento estatal, surge um mapeamento não feito pelo Estado: “sujeitos não estatais emergem no campo da produção de mapas, engendrando o que poderíamos chamar de um sub-campo da cartografia não estatal, no interior do qual a chamada cartografia social é parte”.

Nesse sentido, boa parte das experiências da cartografia social, nas palavras do autor:

[...] está associada à afirmação de identidades, de culturas materiais, espirituais, territoriais e jurídicas específicas frente às formas dominantes. Há um feixe de direitos associados a um feixe de formas culturais que os povos e comunidades tradicionais querem fazer visíveis e reconhecidos na esfera pública. (ACSELRAD 2017, p. 26-27).

No Maranhão, a partir da década de 1970, tem-se a implantação de grandes empreendimentos econômicos, vinculados aos setores do agronegócio, aeroespacial, energético, da mineração e siderurgia, sejam eles privados ou estatais.

Esses megaprojetos ditos de “desenvolvimento” implementados pelo setor privado recebem investimentos públicos. Isso fica evidente nas placas colocadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, (Figuras 01 e 02), que mostram a participação desta superintendência no fomento das UTEs Parnaíba I, II, III e IV, com subsídios e benefícios fiscais.

Figuras 04 e 05 - Placas da SUDENE indicando os incentivos e benefícios fiscais.



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Megaempreendimentos na região amazônica geralmente demandam grandes extensões de terras para suas instalações. Essas áreas são adquiridas com a expropriação de camponeses, povos e comunidades tradicionais, a partir da ingerência de novos agentes sociais, ora vinculados a setores empresariais, ora com a conivência do Estado brasileiro por meio dos seus distintos aparatos (COSTA, 2018).

No âmbito das políticas governamentais que visam um “desenvolvimento e dinamização” da economia a partir de investimentos públicos e, sobretudo, privados, estabeleceu-se um consenso entre os planejadores da necessidade de tais investimentos para o êxito econômico desses empreendimentos (SILVA, 2016). Nesse sentido, Bronz (2016) afirma:

As razões dos governos para apoiar o discurso empresarial em torno das escolhas locacionais dos empreendimentos são explícitas: além da arrecadação de tributos, os grandes empreendimentos mobilizam outros setores econômicos e incrementar a circulação de capitais no interior de suas unidades administrativas. (BRONZ, 2016, p. 156)

Para Acevedo Marin e Novaes (2015) povos e comunidades tradicionais, ao longo do tempo, “desenvolvem formas de existência social que revelam os diferentes usos do território que configura a indissociabilidade da dimensão física e social do espaço”. Nesse sentido, as ações políticas protagonizadas por esses povos vão engendrar mobilizações sociais em busca de direitos territoriais e étnicos na Amazônia brasileira.

No Maranhão, segundo Carneiro (2013), esferas governamentais federais e estaduais vêm atuando, desde o período de 1970/80, de forma decisiva na conformação do espaço econômico maranhense por meio de distintos mecanismos: via implantação de empreendimentos diretos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e por meio de mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas. Nos anos 1980/90 se instalaram os chamados “grandes projetos”, como o Programa Ferro Carajás¹⁷, que levaram à implantação da infraestrutura necessária à exploração mineral, florestal, pecuária, agrícola e industrial (COSTA, 2018).

Tanto na Panamazônica¹⁸ como em parte da África e da Ásia¹⁹, povos e comunidades tradicionais vêm sofrendo os efeitos sociais da implantação desses “corredores logísticos”, implantados dentro de uma lógica das políticas de globalização, consubstanciada

¹⁷ O Programa Grande Carajás (PGC), concebido como um projeto de exploração mineral, empreendido pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce. O PGC foi institucionalizado por meio do Decreto de Lei nº 1813, de 24 de novembro de 1980, durante a presidência de João Figueiredo, que destinava uma área de 900.000 km, entre os estados do Pará, Tocantins, e Maranhão, para a extração de minério à empresas nacionais e multinacionais. Para a consolidação de tal projeto, foi implantada uma rede de infraestrutura, que incluiu a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, localizado no Porto do Itaqui, em São Luís, Maranhão.

¹⁸ O “Corredor Carajás”, o “Trapézio Amazônico” colombiano, o “Complexo Madeira” e o projeto do “Arco Norte” no Brasil, conjugados com os chamados “corredores ecológicos” e noções correlatas como: “Arco do Desmatamento”, “Polígono dos Castanhais” e “mosaicos” de proteção ambiental. Na Venezuela pode-se mencionar o “Arco Mineiro”, ao sul do Rio Orinoco (ALMEIDA, 2019).

¹⁹ Na África ressalta-se o denominado “corredor de Nacala”, em Moçambique, e o “LAPSSET Corridor”, referido geograficamente à Etiópia, ao Quênia, ao Sudão do Sul e a Uganda. No caso da Índia, tem-se o *Delhi-Mumbai Industrial Corridor (DIMC)*, reformulando a ocupação territorial entre a capital, Delhi, e o maior “polo econômico” do país, Mumbai (*Idem*, 2019).

em uma nova etapa do capitalismo, onde impera a “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2014), e uma estratégia discursiva neocolonial nesses territórios.

Por meio do empreendimento denominado “Complexo Parnaíba”, a empresa MPX/ENEVA modificou o espaço rural local, ao transformar uma propriedade voltada à pecuária tradicional, com mais de 900 hectares, em terreno para instalação de suas usinas termelétricas (COSTA, 2018). A propriedade abrigava dentro dos seus limites uma grande reserva de babaçual suprimida pela empresa. Outros recursos importantes foram degradados, extintos e/ou interditados, como: açudes e caminhos tradicionais, antes acessados livremente pelas famílias, sem impedimento do fazendeiro; e imprescindíveis para o grupo na sua reprodução econômica e social (COSTA, 2018).

Aquele acesso se estabeleceu historicamente a partir das tensões geradas entre o processo de ocupação de terras disponíveis por populações camponesas e, por outro lado, pecuaristas que iam aumentando as suas propriedades com as terras já cultivadas pelos camponeses nas regiões do Mearim e Pindaré durante 1950/1960. As tensões sociais seriam diminuídas mediante o acesso à terra àqueles que a perderam (ALMEIDA e MOURÃO, 2016 [1976]). Nesses termos, podemos dizer que o empreendimento realiza uma segunda expropriação camponesa sobre àquelas famílias dessas comunidades porque atinge os meios de produção econômica e reprodução social do grupo; ressignificados e reconstruídos na relação de dominação com o fazendeiro tradicional, afetando essas relações sociais historicamente construídas (PALMEIRA, 1989).

Esse espaço rural também é reconfigurado a partir da chegada de muitos nordestinos no início dos anos de 1950, expulsos pelo flagelo da seca e das condições socioeconômicas que imperavam na região, que vivia sob o domínio do latifúndio e do mandonismo político das famílias ricas locais. Assim, chegam ao Médio Mearim Maranhense nesse período, frentes agrícolas compostas de famílias em deslocamento, oriundas sobretudo, do Ceará e Piauí, passando a ocupar as terras públicas (MARTINS, 2012).

Em 2009 foram realizados os primeiros levantamentos e estudos nas áreas onde seriam feitas perfurações de poços para prospecção do gás natural, principalmente em Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Pedreiras, onde comunidades tradicionais seriam impactadas com as atividades de produção de gás natural. Nesse ano se inicia o contato da empresa com as famílias de Demanda, através de reuniões coletivas e visitas residenciais de funcionários e técnicos de consultoras específicos (psicólogos, advogados, assistentes sociais,

etc.) para fins dos estudos de efeitos sociais e ambientais, a partir da instalação da Usina Termelétrica Parnaíba I, dada sua proximidade ao território da comunidade (COSTA, 2018).

Em maio de 2011 a SEMA/MA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado – concede Licença de Instalação para a construção da Usina Termelétrica Parnaíba e analisa novos EIA/RIMA relativos a UTE Parnaíba II, para novo Licenciamento Ambiental²⁰. Em agosto do mesmo ano, as empresas Duro Felguera²¹ e Initec²² foram selecionadas para a implantação da UTE Parnaíba. Em setembro, a OGX aumenta o seu domínio e passa a deter oito blocos exploratórios na Bacia Parnaíba.

Segundo informações disponibilizadas no site da empresa MPX/ENEVA, em janeiro de 2012 a MPX e OGX recebem Licença de Instalação para produção de gás no Maranhão. Nesse mês, a MPX recebe a primeira turbina para a usina termelétrica e, em fevereiro, MPX e OGX dão início à fase de construção da Unidade de Tratamento de Gás e outras instalações de superfície e poços para os blocos exploratórios da Bacia, tendo recebido o primeiro gerador da UTE Parnaíba. Em setembro a OGX obtém Licença de Operação para início da produção de gás.

Em 2013, entretanto, as empresas MPX e OGX deixaram de cumprir os cronogramas e acordos estabelecidos no mercado, gerando uma crise em seus negócios, o que fez com que o empresário começasse a se desfazer do controle de suas companhias. Segundo site da atual acionista do empreendimento²³: A MPX Energia anuncia que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de setembro de 2013, foi aprovada a alteração na denominação da companhia para ENEVA S.A.

O controle acionário, em termos percentuais, ficaria dividido dessa maneira: Eike Batista com participação de 23,9%, a empresa Free Float, 38, 2% e a alemã E.ON com 37,9%. Em 7 de novembro de 2013, com a presença de inúmeras autoridades locais e representantes da empresa²⁴, é inaugurado o “Complexo Parnaíba”, tendo uma capacidade para produção de 845 MW de potência.

²⁰ Processo Administrativo SEMA nº 458/2011 (ICP, fls.000021).

²¹ Companhia espanhola, com sede em Gijón, nas Antúrias, Espanha, especializada na execução de projetos para os setores energético, industrial e de petróleo e gás. Ver site da companhia <<http://www.dfdurofelguera.com>>. Acesso em 20.abr.2020.

²² Empresa de engenharia espanhola do grupo ACS. Atua no setor da construção de instalações de geração elétrica. Ver site da empresa <<http://www.initec-energia.es>>. Acesso em 20.abr.2020.

²³ Disponível em: <<http://www.eneva.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/MPX-altera-nomepara-ENEVA.aspx>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

²⁴ O prefeito de Santo Antônio dos Lopes, Eunélio Macedo; a governadora Roseana Sarney; o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que representou a presidenta Dilma Rousseff; a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti e os senadores José Sarney e João Alberto. Além

2.3 O histórico de conflitos pela posse da terra na região do Médio Mearim

A região do Médio Mearim Maranhense, localizada na parte central do Estado do Maranhão, tem a sua formação ligada inicialmente à desagregação de fazenda de algodão que predominaram nos séculos XVIII E XIX e, posteriormente, ao deslocamento de frentes de expansão que partiram principalmente dos Estados do Ceará e Piauí, na primeira metade do século XX, e ocuparam as terras livres com base no trabalho familiar (ALMEIDA, 1976). Esta região é formada também por comunidades negras oriundas do fim da escravidão. Ao se estabelecerem em determinados lugares, esses grupos foram construindo casas e trabalhando na agricultura de base familiar – cultivando a mandioca, o arroz, o feijão e o milho, em domínios doados, comprados ou ocupados efetivamente, com ou sem autorização de terceiros –, bem como vivendo da quebra do coco babaçu (ANTUNES, 2006). A partir da década de 1970, com os incentivos creditícios e fiscais dados pelo governo ao que entendiam como setor primário, ou seja, à pecuária, as terras supostamente disponíveis passaram para as mãos dos grileiros (MARTINS, 2012).

Os interesses de grandes proprietários, grileiros e pecuaristas passaram a entrar em choque com aqueles que se dedicavam à agricultura. O objetivo daqueles era investir na criação de gado e monoculturas exportadoras. Nesse sentido, o governo do Estado disponibilizava incentivos e crédito que atraíram para a região grupos empresariais, assim como pequenos e médios fazendeiros do sul e centro-oeste do Brasil. É denominado “movimento de fechamento (...) da fronteira agrícola do Maranhão e (...) o esgotamento do modelo de exploração e ocupação de terras nos moldes da frente de expansão camponesa” (Pessoa *et al*, 2006, p. 20).

Esse novo modelo agrícola, se assenta, segundo Antunes (2006) em três características básicas: 1) a formação de grandes propriedades por meio da distribuição pelo Estado de grandes extensões de terras devolutas, com a conseqüente expulsão dos seus ocupantes (posseiros e comunidades tradicionais); 2) a forte presença do Estado na concessão de incentivos fiscais e creditícios para a instalação de fazendas e 3) e a exploração da terra voltada para a agricultura de exportação e para a pecuária. Assim, passa-se, nesse período, de um modelo baseado no agroextrativismo para um modelo baseado na pecuária e *commodities* de exportação. Esse modelo agrícola vai submeter as

destes, os representantes da empresa, como o presidente do Conselho de Administração da ENEVA, Jorgen Kildahl e o Diretor-Presidente, Eduardo Karrer.

famílias ao pagamento do *foro*²⁵ e dificultar o acesso ao coco babaçu, piorando as condições de vida para os camponeses, pautada no controle do seu trabalho por grandes fazendeiros.

Trata-se de um período usualmente designado como *tempo do coco preso* em que se assistiu ao cercamento das áreas desmatadas, onde predominavam as palmeiras de babaçu esparsas. Esse cercamento impedia a livre coleta do babaçu. As áreas de onde o babaçu era retirado livremente foram cercadas e as mulheres ficavam impedidas de retirar coco babaçu. Essa limitação ao acesso, por sua vez, reforçava a propriedade privada. (MARTINS, 2012).

Nesse contexto foram se delineando estratégias de resistência dos moradores das comunidades, bem como os mecanismos de dominação dos grandes latifundiários, configurando assim um modo de se fazer “reforma agrária” no estado do Maranhão, circunscrevendo também a atuação do Estado.

No Maranhão não houve o momento em que o estado, após identificar e preparar áreas, tenha ali alocado, fixado, assentado trabalhadores. O Estado sempre foi moroso na implantação da reforma agrária e de uma política de regularização fundiária capaz de corrigir distorções históricas, frequentemente denunciadas pelos órgãos de representação dos segmentos sociais que vivem no campo. Dessa forma, os assentamentos são, muito ao contrário, resultado da ação das próprias famílias de posseiros, pequenos arrendatários, foreiros, que, em muitos casos, lutaram para permanecer na terra tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1996).

Na conformação dessa política de “reforma agrária” do Estado estão imbricadas estratégias de dominação específicas, caracterizada no geral pelo uso da violência contra camponeses. A maior parte das terras do Maranhão contava com grande quantidade de posseiros, muitos dos quais já viviam na terra há várias gerações. Logo, para expulsar os camponeses de suas terras foram organizadas milícias armadas, sendo que a maioria delas contava com apoio das polícias estaduais, com a intenção de promover uma “limpeza das terras”. Isso levou à morte centenas de camponeses durante sangrentos conflitos na luta pela terra no Maranhão (ASSELIN, 1982). Essa violência se expressava na região em estudo pela queima das casas nos locais de conflitos, pela prisão de trabalhadores, e pelo assassinato de lideranças locais. O relato de Maria Alaídes, liderança das quebradeiras de coco babaçu na

²⁵ O pagamento do foro consistia no repasse da produção, principalmente de arroz ao pretense proprietário. No período descrito acima esse preço era considerado elevado, inclusive porque se constituía em um dos sustentáculos econômicos dos pretensos proprietários da terra.

região do Médio Mearim, nos possibilita perceber em que termos se deu a conquista de territórios na década de 1980.

Na luta pela terra a gente ficava como testa de ferro, os homens escondidos e a polícia no meio. Todo dia a polícia no meio da rua com aquela caçamba blindada, com arma em punho. E aí era tiroteio todo dia. (..) Eu estou falando do durante de um acontecimento que não foi diferente de outros lugares, todos eles foram nesse rumo. No São Manuel derrubou casa, em Centro do Aguiar queimou casa, na comunidade Pau Santo matou idoso. Prenderam jovens, sequestrou trabalhador, tudo isso aconteceu.

O recrudescimento dos conflitos por terra no Estado do Maranhão ocorre de 1980 a 1988. Segundo dados da CPT, nesse período, ocorreram 115 conflitos desse caráter no estado, que em decorrência disso mereceu em 1987 o título de campeão mundial de conflitos agrários (MARTINS, 1984) incidindo na ocorrência de 11 assassinatos em apenas um ano, além disso, casas e igrejas foram destruídas e trabalhadores presos. Tal cenário decorria da intensa concentração fundiária que permeava o Estado do Maranhão e que foi incentivada e legitimada por mecanismos legais como a Lei 2.979 de 17/07/1969, conhecida como Lei Sarney de Terras, que fomentou a privatização de terras públicas e a expansão agropecuária (OLIVEIRA, 2007). Esta lei incentivou a construção de um mercado formal de terras ao determinar que as terras devolutas ocupadas, em grande parte, por camponeses fossem vendidas. Conseqüentemente, deste então, como afirma Sant'Ana Junior (2007, p. 2) “processos brutais de concentração e/ou cercamento de terras, de deslocamento compulsório de trabalhadores rurais e camponeses, de restrição ao acesso a recursos naturais foram sendo implementados”.

[...] à luz das lutas sociais do período, os números de desapropriações, mesmo não abrangendo todas as situações críticas do conflito e tensão social, guardam certa correlação com as mobilizações camponesas pela terra no Maranhão, ou seja, as áreas desapropriadas serão aquelas previamente ocupadas por segmentos camponeses, vindo a ação estatal de desapropriação a posteriori, no ‘rastilho da pólvora’ (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1996, p.39-40).

Segundo Paiva (2018), a década de 80 é marcada pela expansão do latifúndio, direcionado pelo governo do Estado do Maranhão, e também pelo fato de ter ocorrido em um momento político em que os direitos socioambientais de muitas comunidades tradicionais não eram reconhecidos. Acrescenta-se a essa questão, o fato de que muitos dos direitos hoje acionados pelas comunidades tradicionais, naquele período não eram preconizados na lei, tendo

em vista que só com a Constituição de 1988 foi trazida a percepção da diversidade cultural e do pluralismo jurídico (ALMEIDA, 2008).

Os conflitos por terra na década de 1980 configuraram novos espaços internos e externos às comunidades envolvidas. Nesse momento, a partir dos enfrentamentos feitos e, conseqüentemente, da união de comunidades antes atomizadas, foram se construindo identidades coletivas que, sobretudo, a partir do início dos anos 1990, se objetivaram em movimentos sociais. Como expressão desse processo, podemos citar o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Associação em Áreas de Assentamento do estado do Maranhão (ASSEMA) e a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR).

Conclui-se, assim, que no período dos conflitos agrários na região do Médio Mearim Maranhense havia um *modus operandi* executado pelos latifundiários e o Estado, cujos efeitos de dominação resultavam em violências físicas e simbólicas, na maioria das vezes, utilizadas como mecanismos de dominação e expropriação contra as comunidades tradicionais.

2.4 Entes públicos e o discurso do desenvolvimento do setor de gás

A implantação de megaempreendimentos ligados ao setor de energia a gás, como as Usinas Termoelétricas Parnaíba, o gasoduto Gavião Branco e a refinaria Premium, compreendem projetos de desenvolvimento investidos no Maranhão desde 2010 para o alcance do crescimento econômico. Esses empreendimentos foram previstos pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio- SEDIC, e pela Secretaria de Planejamento- SEPLAN, como uma estratégia de abertura para a iniciativa privada (SILVA, 2016).

Para os planejadores de políticas governamentais o êxito na implementação de determinadas políticas econômicas provem de investimentos não apenas de caráter público, mas também privados, a serem postos como metas para o alcance do *desenvolvimento e dinamização* da economia. Débora Bronz (2016) afirma:

As razões dos governos para apoiar (e em certas situações, até endossar) o discurso empresarial em torno das escolhas locacionais dos empreendimentos são explícitas: além da arrecadação de tributos, os grandes empreendimentos mobilizam outros setores econômicos e incrementar a circulação de capitais no interior de suas unidades administrativas (BRONZ, 2016, p. 156).

Os *planos estaduais de desenvolvimento* são plurianuais, e a depender da extensão do projeto orçamentado, este pode abranger mais de um plano, como dos investimentos feitos

para o setor de gás no Maranhão, uma vez que eles integram um empreendimento bem maior, relacionado à geração de energia elétrica pela termoelétrica UTE Parnaíba (SILVA, 2016).

Informação obtida por meio de uma divulgação feita pela Secretaria de Desenvolvimento da Indústria e Comércio – SEDINC - em 2012; durante a conferência: “*Grandes Investimentos Privados e Públicos do Maranhão e os Desafios do Desenvolvimento para os Próximos 30 anos*”. Nesta foram apresentados os projetos que buscam incentivar a instalação de atividades industriais no Maranhão por meio de incentivos fiscais e de programas como o “Programa de Desenvolvimento de Fornecedores - PDF”²⁶ e o “Programa de Incentivo às Atividades Industriais no Maranhão” - PROMARANHÃO²⁷.

Dentro deste planejamento econômico, foi citado como um dos principais investimentos privados do setor de Minas e Energia do Estado, a construção da Termoelétrica Parnaíba e os levantamentos em torno de *prospecções e pesquisas sísmicas de gás natural*, em vistas a uma maior *estabilidade e disponibilidade do sistema elétrico*²⁸. Nesse sentido, no âmbito da implementação da indústria de gás no Estado, outros empreendimentos já estavam em operação desde o ano de 2013. Estes adquiriram, apenas no ano de 2012, investimentos de 6 bilhões em obras, e 700 milhões de reais em pesquisas na Bacia do Parnaíba (SEDINC 2012, p.32).

Conforme informações disponibilizadas pela empresa Parnaíba Gás Natural em sua página na internet, foi identificado nessa bacia sedimentar²⁹ no ano de 2010 a existência de 15 poços em 7 blocos, distribuídos territorialmente na região do Médio Mearim. É importante mencionar que a ênfase dada ao quadro natural, onde se encontram localizados os campos de formação rochosa com presença desse combustível fóssil na bacia do Parnaíba, também se constituiu em um dos argumentos da empresa para expandir sua atuação na área.

²⁶ O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Maranhão (PDF-MA) - implantado em Dez/1999 tem por missão aumentar a participação das empresas locais nos fornecimentos de bens e serviços para as grandes empresas instaladas e que venham a se instalar no Estado. Dados disponíveis na Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC.

²⁷ Programa de Incentivo às Atividades Industriais no Maranhão- PROMARANHÃO- fornece incentivos do ICMS para a indústria e agroindústria, dispensa do pagamento de 75% do saldo devedor do ICMS. Dados disponíveis na Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC.

²⁸ Discurso apresentado pela Secretária de Estado do Desenvolvimento, Indústria Comércio- SEDINC, sobre os investimentos efetuados pelo governo do Estado para o setor de energia.

²⁹ Segundo a CPRM (adaptado), bacias sedimentares são depressões da superfície terrestre presentes no relevo, formadas por abatimentos, onde são ou foram depositados sedimentos carreados ao longo do tempo, sendo preenchida por estes. Esses sedimentos (partículas ou materiais em suspensão) podem ser de origem marinha, de origem biológica, ou oriundo de erosão.

Para Silva (2016) na medida em que a presença do gás passa a ser interpretado apenas pela visão divulgada pela empresa, onde é posta a “grandiosidade das descobertas”³⁰, “a capacidade de produção” na casa de milhares por dia, a “confiança dos empresários”, “o sucesso dos primeiros resultados”, segundo a percepção da empresa, ratificada pelo discurso do governo estadual. A dita importância do empreendimento para desenvolvimento do setor de gás do Estado, encontra reforço também por meio dos veículos de comunicação em massa, a saber: jornais locais e estaduais, revistas, sites, notas, entrevistas, além da expectativa que se vai construindo em torno da instalação do empreendimento.

Ao abordar o papel da mídia e sua representação, Bourdieu (2008) afirma que:

A mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejuízos e tende, por isso, a redobrá-los. Além disso, é preciso levar em conta o fato de que a televisão exerce um efeito de dominação muito forte dentro do próprio campo jornalístico porque sua ampla difusão - sobretudo no que diz respeito aos jornais televisados - confere-lhe um peso particularmente forte na constituição da representação dominante dos acontecimentos. (BOURDIEU, 2008, p. 66).

Assim, em jornais de circulação (Figura 06) bem como em notas emitidas no site da empresa Parnaíba Gás Natural e do governo do Estado do Maranhão é possível identificar essa importância que a gestão estadual atribui para o desenvolvimento das obras do gasoduto. Em uma dessas notas, foi afirmado pelo setor de comunicação, por exemplo, que a parceria com o empreendimento se tratava de um “investimento para o próprio Estado”³¹, pois este via o gasoduto, que será instalado na região do Médio Mearim, como um “benefício em arrecadação tributária e geração de emprego” (SEPLAN, 2012).

³⁰ Os termos aqui colocados entre aspas fazem referência ao discurso da empresa divulgados localmente por seus técnicos, e através dos veículos de comunicação em massa, como jornais impressos e televisão.

³¹ Informação divulgada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento - SEPLAN.

Figura 06 - Jornal O IMPARCIAL- Matéria de capa divulga a ação da PGN-2015.



Fonte: Silva (2016)

Assim, o que se questiona é a quem de fato é atribuído o *nosso*, detentor do *desenvolvimento* argumentado com as atividades do gás, ou se com relação à figura de linguagem *todo o gás* ao qual se relaciona o Estado, quem de fato se apropriaria do *nosso*, visto que é estrategicamente ressaltado pela empresa a valoração econômica dessa atividade. Ao se interpretar essa fala, é possível identificar o modo como se estabelecem os processos de apropriação do espaço, diante da institucionalização privada de empresas dentro do mesmo, na medida em que essas empresas oferecem meios para exploração de recursos de vultosa expressão econômica dentro de regiões no Estado (SILVA, 2016).

A atuação de empresas junto ao Estado é bem delimitada, diante da efetivação de projetos de desenvolvimento. Essas ações, embora privadas, guardam relações com o poder público através dos *planejamentos* em nome do *crescimento econômico*. Nesse sentido, destaca-se o pensamento dentro da FIEMA:

As inadiáveis transformações serão profundas e estruturais, mas de forma gradual e contínua em todos os segmentos do setor produtivo industrial maranhense, fruto de trabalho e cooperação entre governo, empresários e trabalhadores (FIEMA, 2009, p.10)

Dessa forma, como pode ser interpretado pela citação, o discurso de mercado é também de certo modo, discurso de Estado, uma vez que é estabelecido um relacionamento de cooperação entre as políticas governamentais e a abertura para o capital privado. Como ocorreu com relação a parceria entre o governo do Maranhão e as empresas do setor de gás natural.

O Governo do Estado vê essa ação com muito otimismo, seja porque ajudará a matriz energética, brasileira, seja porque alimenta nosso objetivo de, mais adiante, dispormos de gás para, inclusive nós termos um gasoduto que aumente a

industrialização no nosso estado. (Entrevista realizada pelo Jornal impresso “O imparcial”, com o governador Flávio Dino em abril de 2015).

Em posição contrária à de Francisco de Oliveira (1999) que avalia todo esse processo de privatização do espaço público, da dissolução da esfera pública, de destruição de direitos, como anulação do Estado, aqui se observa uma coesão de ambos os posicionamentos, por meio das políticas governamentais de incentivo a iniciativa privada através dos planos de desenvolvimento, que de certo modo, potencializam a vida de empreendimentos para o Estado. No que se refere ao empreendimento de geração de energia a gás aqui em estudo, conforme Silva (2016), percebe-se uma relação dessas políticas estatais junto a empresa Parnaíba Gás Natural, por meio da importância atribuída as atividades de exploração do gás para o pretense desenvolvimento do Maranhão.

Os investimentos realizados pela empresa que redundaram na descoberta de gás natural, assim como os planos que intermediam esse diálogo, acabam representando esses instrumentos organizativos que de certo modo também se materializam enquanto dispositivos de poder que o Estado possui, como assinala Foucault (2021, p. 284): “o poder deve ser analisado como algo que circula que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede”.

2.5 As comunidades tradicionais em Capinzal do Norte e a instalação das Usinas Termoelétricas Parnaíba

Na região dos *Cocais*, Microrregião do Médio Mearim Maranhense, onde o “Complexo Paraíba” foi implantado, sobretudo nas cidades de Capinzal do Norte, Santo Antônio dos Lopes, Pedreira e Lima Campos – conforme a pesquisa que realizamos para elaboração deste trabalho, de outras pesquisas realizadas na região e dos resultados de perícia antropológica³² realizada na área, anteriormente, a pedido do Ministério Público Federal

³² Largamente discutido e problematizado, o papel da perícia antropológica inclui desde patrimônio cultural, questões fundiárias, direitos humanos, justiça, saúde e medicina, passando por políticas públicas, território, nação, etnicidade, violência, conflitos e religião, até movimentos sociais, preconceito racial, gênero, infância, adolescência e pesquisa de campo. Inúmeros grupos de trabalho passaram a considerar a questão dos laudos, ainda que indiretamente, como um desdobramento inevitável das pesquisas e como parte do processo de aprofundamento e especialização em alguns temas de relevância social e política (LEITE, 2005).

(MPF), quando da implantação do empreendimento –, há muitos povoados e comunidades tradicionais que foram atingidas direta ou indiretamente pelas atividades de prospecção, perfuração de poços e transporte do gás natural até a unidade de tratamento em Santo Antônio dos Lopes. Nesse sentido, nos assevera Paula Andrade (2017):

Durante os trabalhos de campo visitamos outras áreas além daquelas dos quilombolas, nas quais realizamos várias observações. Em primeiro lugar, ressaltamos que vários moradores de *Pau Ferrado, Gurujuba, Baixão do Raposo, Escondido, Ranchada, Tamarino, Creoli, Lagoinha, Sítio Novo, Centro do Meio, Baixão do Mesquita, Insono, Centrinho, Olho d'Água e Liberato* apontaram o que chamam de *desmantelo das varedinhas* [caminhos tradicionais] causado pelo empreendedor no começo de suas atividades com vistas à implantação e funcionamento das UTEs [...] (PAULA ANDRADE, 2017, p. 243).

Percebemos na nossa pesquisa o que laudo antropológico realizado no âmbito de perícia antropológica solicitada pelo MPF, já tinha constatado: comunidades tradicionais foram impactadas e sofreram efeitos sociais e ambientais a partir da instalação das Usinas Termoelétricas Parnaíba, inclusive com deslocamentos compulsórios.

É necessário destacar os laudos antropológicos como instrumentos importantes na luta, inclusive jurídica, pela salvaguarda de direitos de povos e comunidades tradicionais, no contexto de conflitos socioambientais, enfretamentos e resistências à implantação de megaprojetos. Eles passaram a subsidiar, entre outras questões, ações jurídicas e administrativas que envolvem reconhecimentos de territórios de comunidades tradicionais, de sociedades indígenas e de impactos socioambientais e de grandes projetos de desenvolvimento. Assim, operadores do Direito e administradores públicos, passaram a recorrer às pesquisas antropológicas e a solicitar pareceres, inaugurando uma fase de estreito relacionamento entre Antropologia e Direito.

Em Capinzal do Norte, na comunidade Demanda, a perícia foi realizada em decorrência de mobilizações e “formas cotidianas da resistência camponesa” (SCOTT, 2002), feitas por aquela comunidade, inclusive judicializando a questão no âmbito estadual e federal, quando começaram a sofrer os danos e efeitos sociais e ambientais, a partir da instalação das UTEs Parnaíba.

A comunidade teve seu modo de vida modificado com a implantação do empreendimento, e começou a se mobilizar para resistir, enfrentar, proteger e reivindicar seus direitos. Nesse sentido, foi desencadeada uma série de ações, entre elas: ocupação de estradas por onde passavam os maquinários da empresa MPX, no início; ações individuais e coletivas, autodenominadas de “Greve na estrada” pelos moradores; que consistia em ocupação de determinados trechos da estrada, com a finalidade de pressionar a empresa quanto aos

problemas vividos pela comunidade Demanda; ocupação temporária de um *Ponto de Atendimento*³³ implantado dentro da comunidade, com retenção de funcionários da empresa, ação que ficou conhecida como “Greve das mulheres” ou “Sequestro do contêiner”, porque foi realizada pelas *quebradeiras de coco* (COSTA, 2015).

Muito dos danos e efeitos sociais e ambientais ocasionados às comunidades estão relacionados à instalação de gasodutos, implantação de adutoras de água e de duto de efluentes, conforme dados e informações de pesquisas realizadas anteriormente na região (COSTA, 2015; 2018; PAIVA, 2018; PAULA ANDRADE, 2017; SILVA, 2016).

Essas atividades provocaram transtornos às comunidades dessas localidades, seja pelo barulho produzido, seja pela poeira gerada pela movimentação no transporte de equipamentos, seja pelo fluxo de veículos pesados em vias tradicionalmente utilizadas pelas famílias, e inadequadas, portanto, ao trânsito dessas máquinas de grande porte. O resultado disso foi o comprometimento e até mesmo, em alguns casos, a interdição dessas vias, as quais, devido às más condições, dificultava a circulação das pessoas, seja à pé, de bicicleta ou mesmo de motocicleta (PAULA ANDRADE, 2017).

Entre essas comunidades afetadas pelo empreendimento, três delas são comunidades quilombolas: Bom Jesus dos Pretos, São Francisco e Supapinho. Estão localizadas no município de Lima Campos. Nessas três comunidades, além dos danos sofridos e relatados anteriormente, sofreram também efeitos socioambientais específicos com a instalação do gasoduto Gavião Branco, entre 2010 e 2016; sobretudo a comunidade *Bom Jesus dos Pretos*, que foi analisada por uma pesquisa desenvolvida por Jéssica Maria Barros da Silva no âmbito do PPGSCPA/UEMA, que resultou na dissertação de mestrado defendida em 2017 intitulada: “*DAS ESTRATÉGIAS AOS DANOS: Estudo dos efeitos socioambientais da instalação do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos*”.

No estudo desenvolvido por Silva (2016) é apresentada uma situação social vivenciada pela comunidade Bom Jesus dos Pretos, sede do território quilombola do mesmo nome, situada na área de danos do Gasoduto Gavião Branco, e os efeitos sociais e ambientais que impactaram a comunidade. Tais efeitos desencadeados a partir das atividades desenvolvidas pela empresa Parnaíba Gás Natural que, à época, começou o processo de exploração de gás natural na região.

³³ Uma estrutura fixa instalada pela empresa em um contêiner, que funcionava como espaço de recepção às famílias para que ali fossem tratados assuntos como reclamações, comunicações oficiais, requisições, entre outros.

2.5.1 Efeitos sociais e ambientais sobre comunidades em Capinzal do Norte.

No processo de implantação e funcionamento das UTEs Parnaíba (Figuras: 08, 09 e 10) na região do Médio Mearim Maranhense, povoados³⁴ e comunidades sofreram efeitos sociais, ambientais, econômicos e socioculturais. Dentre essas comunidades, devido ao recorte da pesquisa, destacamos Demanda e Morada Nova, em Capinzal do Norte, por conta dos efeitos sociais e ambientais provocados pelo empreendimento. Na primeira comunidade, os efeitos sociais e ambientais resultantes da implantação do empreendimento, forçaram seu deslocamento. Já em Morada Nova, em decorrência da proximidade e das relações sociais e econômicas estabelecidas com a comunidade de Demanda, foram percebidos também os efeitos negativos da instalação da termoeletricas.

Figura 07 - Quadro de efeitos sociais e ambientais que atingiram as comunidades com a implantação das Termoeletricas Parnaíba (2014).

1	Perda do palmeiral ao qual as quebraadeiras tinham livre acesso;
2	Perda das áreas de lavoura e aquelas onde os homens trabalhavam como diaristas;
3	Efeitos sobre recursos hídricos, com o assoreamento parcial ou completo, a poluição e mesmo o desaparecimento de fontes de água;
4	Interdição e uso controlado de caminhos tradicionais e perda de privacidade nos quintais;
5	Poluição sonora – o ruído das turbinas;
6	Poluição do ar – odor do gás,
7	Benfeitorias não indenizadas ao patrimônio das famílias.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do trabalho de campo nas comunidades Nova Demanda e Morada Nova, e fontes secundárias (2022).

Figura 08 e 09 - Estrada de acesso à Usina Termoeletrica Parnaíba I e placa indicando a entrada.



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Figura 10 - Usina Termoeletrica Parnaíba I e Estação de Tratamento de gás natural.

³⁴ Povoados que foram afetados durante a prospecção de gás e perfuração de poços: Pau Ferrado, Gurujuba, Baixão do Raposo, Escondido, Ranchada, Tamarino, Creoli, Lagoinha, Sitio Novo, Centro do Meio, Baixão dos Mesquitas, Taboca, Insono, Centrinho e Liberato (PAULA ANDRADE, 2017).



Fonte: Site da ENEVA/MA. <https://eneva.com.br/nossos-negocios/geracao-de-energia/> Acesso: 25/06/2021.

Figura 11 - Estação de Tratamento de gás natural em Santo Antônio dos Lopes.



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Com a instalação da Usina Termoeétrica Parnaíba I no início de 2011, a comunidade Demanda, localizada entre os limites dos municípios Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, sofreu um deslocamento compulsório. Foi reassentada depois de um longo processo de espera, resistência e enfrentamentos, a partir de fevereiro de 2016. Foi disposta em dois núcleos de assentamentos ao longo da BR-135, próximo a Santo Antônio dos Lopes.

Para implantação do “Complexo Parnaíba” e instalação das primeiras UTEs, a MPX/ENEVA 2009 comprou uma área de mais de 900ha de terra, na qual estava localizada a comunidade Demanda e que, de maneira geral, correspondia aos limites da Fazenda Maravilha, de propriedade do sr. Conhecido como Mousinho (Raimundo Quinco de Lima Filho, ex-prefeito de Santo Antônio dos Lopes). Em outro momento a fazenda foi propriedade do seu irmão, o sr. Quinquerone (Antônio Quincas Lima).

Entre muitos problemas sofridos pelas comunidades tradicionais com a implantação do “Complexo Parnaíba”, relacionados diretamente com os efeitos sociais e ambientais sobre essas comunidades, é importante destacar, o “dano pela política”. Nesse sentido, Rancièrè (2018) afirma que os poderosos são aqueles que têm o poder da fala, por isso se apresentam

como os detentores do poder. Do outro lado surgem os que não têm o poder da fala. Povos e comunidades tradicionais que, para os poderosos, não seriam sujeitos políticos e de direitos, e sim, sujeitos do “não lugar, da não política” (RANCIÈRE, 2014). Assim, sob o ponto de vista formal do poder político, de fazerem parte de agremiações políticas, de terem representantes políticos, de ter poder econômico; não teriam o poder, nem mecanismos para acessá-los.

Com a implantação do megaprojeto na região as comunidades tradicionais foram ignoradas em seus direitos. Silenciadas. Os poderosos tinham, além do poder da fala, o capital. Já, as comunidades, foram desconhecidas. Tratadas como os “sem-parte”. Os “sem-direitos”. Diante do dano sofrido, as comunidades se organizam em torno de um objetivo comum: resistir e enfrentar os “ricos açambarcadores da propriedade comum” (RANCIÈRE, 2018, p. 23).

Mesmo variando a relação jurídica que estabelecem com a terra, sendo uns pequenos proprietários e outros, posseiros e/ou arrendatários pagando pelo direito de cultivar em terras de proprietários, as práticas agroextrativistas voltadas ao aproveitamento do babaçu é comum a toda essa região de abrangência do empreendimento (PAULA ANDRADE, 2017).

Em ambas as comunidades referidas acima, com a implantação das UTEs, vastos palmeirais foram suprimidos, eliminando um recurso imprescindível à economia das quebradeiras de coco babaçu, e ao mesmo tempo impossibilitou o exercício de outras atividades em que as famílias auferiam renda, como ao vender sua força de trabalho limpando as pastagens de fazendeiros, conhecidas como *quintas*, através da alternativa de trabalho denominada *roçar juquirá*. Conforme mapeamento realizado por equipe de pesquisadores do PPGCSPA/UEMA no período de 2014 a 2016, na denominada “Região Ecológica do Babaçu”, que abrange a área pesquisada, foram mais de 16 mil palmeiras derrubadas nas atividades de prospecção e extração do gás natural. Foi eliminada também a possibilidade de desenvolverem as atividades agrícolas que realizavam nesse espaço.

Nesse sentido, afirma Paula Andrade (2017) depois da realização da perícia antropológica:

Antes, essas famílias funcionavam como agentes da conservação ambiental. Hoje, sofrem as agruras e as contradições da instalação e funcionamento de um empreendimento que se apresenta como propulsor de desenvolvimento local e responsável pela melhoria da qualidade de vida das famílias. No povoado Demanda esses efeitos têm ocasionado justamente o contrário: pioraram consideravelmente as condições de vida e trabalho das famílias, primeiro, pela supressão dos recursos ambientais indispensáveis à sua organização econômica; segundo, pela falta de oportunidades de trabalho no próprio empreendimento (PAULA ANDRADE, 2017, p. 70).

Quando realizamos o primeiro trabalho de campo, em conversas informais (com o sr. Samuel Moraes Sousa, o sr. José Rodrigues Sousa, sr. Juarez Vieira, na antiga área da comunidade Demanda) e realização de entrevistas com moradores dessas comunidades (com a sra. Suzete Ribeiro, o sr. Jailson de Oliveira Sousa, o sr. José Flavio Ribeiro, na comunidade Nova Demanda), esses relataram os problemas provocados pelo barulho, que chamam *zoada*, das unidades geradoras de energia; se queixam de problemas respiratórios, como falta de ar, e atribuem esse problema à fumaça oriunda das termoelétricas. Alegam que antes da instalação das termoelétricas, portanto, sem presença de fumaça alguma, ninguém reclamava de problemas desse tipo. As famílias queixam-se muito também do odor do gás, que nos seus termos definem como *catinga*. Por inalarem esse odor que consideram desagradável, também associam esse fator aos problemas respiratórios.

De acordo com Berreman (1990), a descrição etnográfica, baseada nos depoimentos, se constitui numa interpretação singular, baseada em versões, não devendo ser absolutizada. Além disso, aparece, por vezes, impregnada de detalhes acrescentados de recursos que contribuem para que o entrevistado consiga impressionar o entrevistador, controlando suas impressões a ponto de relatar aquilo que pressupõe que o entrevistador deseja ouvir.

Quando estive nas comunidades realizando o trabalho de campo, as primeiras conversas informais e entrevistas com os interlocutores, foram marcadas por uma certa desconfiança em relação à pesquisa que realizávamos. Em um primeiro momento falaram muito pouco e não queriam ser entrevistados. Depois das dificuldades iniciais e passado por um momento de aceitação, alguns concordaram em conceder a entrevista, outros apenas desejaram conversar informalmente. Dessa forma, os interlocutores aos poucos foram ficando mais à vontade com a nossa presença e, assim, adquirindo uma certa segurança para falar dos problemas enfrentados por eles a partir da instalação das primeiras usinas termoelétricas.

Nesse sentido, no que diz respeito aos efeitos da implantação e funcionamento do “Complexo Parnaíba”, a partir da instalação das UTEs, Demanda e Morada Nova, em Capinzal do Norte, se apresentam como as localidades com mais efeitos sociais ambientais em um primeiro momento, como apontam estudos realizados na área anteriormente (MARTINS, 2012; MESQUITA, 2011; PAIVA, 2018; PAULA ANDRADE, 2017; SILVA, 2016).

Conforme laudo resultante da perícia antropológica realizada em 2014 sobre os impactos das usinas termoelétricas do “Complexo Parnaíba” para “populações tradicionais”

(PAULA ANDRADE, *et al*, 2014), a pedido do Ministério Público Federal³⁵, foi possível constatar vários efeitos sociais e ambientais³⁶ sobre às comunidades Demanda e Morada Nova.

Quando realizamos o trabalho de campo pela primeira vez nessas comunidades, no início de março de 2020, alguns moradores relataram efeitos sociais e ambientais, constados anteriormente pela perícia antropológica, enfrentados por eles a partir da implantação do empreendimento. Dessa forma, no que respeita aos efeitos sociais e ambientais causados às comunidades, destaca-se a realidade de Morada Nova, que continua inalterada; já que não recebeu nenhum tipo de reparação social ou ambiental por parte do empreendedor, e sofre os mesmos efeitos sociais e ambientais que atingiram a Demanda.

2.5.2 A hora e a vez de Morada Nova

A comunidade Morada Nova, composta atualmente por mais de sessenta famílias, a exemplo de Demanda, também foi formada em decorrência do deslocamento de frentes de expansão que partiram principalmente dos Estados do Ceará e Piauí, na primeira metade do século XX, e ocuparam as terras livres com base no trabalho familiar (MARTINS, 2012). Eram famílias fugindo das sucessivas secas e das adversas condições sociais e econômicas do Nordeste latifundiário, que enfrentava também naquele momento, uma crise na *plantation*³⁷ açucareira, iniciada em 1929.

No trabalho de campo na comunidade Morada Nova mantivemos uma conversa inaugural com alguns moradores e entrevistamos outros, entre estes, a senhora Margarete Rodrigues Mota, que nos relatou no seu depoimento alguns dos problemas enfrentados pela

³⁵ Foi instaurado Inquérito Civil Público Nº 1.19.000.000400/2011-59, para apurar a regularidade do licenciamento ambiental dos empreendimentos associados à exploração de gás natural, bem como à produção de energia elétrica a partir da implantação das UTEs Parnaíba I e II, além das demais estruturas correlacionadas.

³⁶ Entre eles, a perícia destacou: a) A perda do palmeiral ao qual as quebradeiras tinham livre acesso; b) A perda das áreas de lavoura e aquelas onde os homens trabalhavam como diaristas; c) Os impactos sobre os recursos hídricos; d) Interrupção de caminhos tradicionais e perda de privacidade nos quintais e) Poluição sonora e do ar – o odor do gás e o ruído das turbinas; f) Benfeitorias não indenizadas e outros danos ao patrimônio das famílias de Demanda (PAULA ANDRADE, 2017).

³⁷ Este termo concerne a grandes unidades de exploração monocultoras apoiadas em formas de imobilização da força de trabalho, ou seja, trabalho escravo (peonagem da dívida) ou análogo à escravidão: “em imensas extensões de terra, cuja produção encontra-se atrelada a uma economia agrário-exportador. Historicamente estas grandes explorações estavam ligadas ao cultivo de cana de açúcar, algodão, cacau e café e também à criação de gado. Consoante ao léxico recente dos agronegócios (...)” (ALMEIDA, 2017, p. 10)

comunidade a partir da instalação do “Complexo Parnaíba”, especificamente com a implantação das UTEs na comunidade limítrofe – a Demanda. Segue o relato:

Aqui na Morada Nova *a gente não sofreu dano diretamente, mas por outro lado, fomos atingido indiretamente sim*. Principalmente em questão das águas. Poços, que aqui pra nós não é poço artesiano, né. É o famoso cacimbão, chamado. Poços que não secavam, depois disso [implantação das UTEs] passou a secar. As águas começaram a diminuir. Aves que antes a gente via, deixou de existir. E... o tempo, também mudou o clima. Muito mais quente do que antes. E... sujeiras diferenciadas, que antes da Usina não tinha que agora tem [...] as cadeiras fica tipo assim... liga, que você sabe que já é da poluição. Pois é, fomos afetados dessa forma. [...]lá pra parte da Usina, né. Derrubaram, né; desmataram. Acabou os palmeirais, mas... devido a área de coco, só o pessoal que saiu de lá e não pode tá entrando, mas assim mesmo, sem poder, o povo ainda cata... não como antes, mas ainda cata. Tem menos. Ficou bem menos (Margarete Rodrigues Mota, Morada Nova, 08/03/2020).

No relato apresentado a nós pela senhora Margarete, fica claro a percepção que a mesma tem dos efeitos sofridos pela comunidade, a partir da implantação das UTEs Parnaíba, quando relata o problema de acesso à água nos poços, que eles chamam de *cacimba ou cacimbão*, que começaram a secar. O desaparecimento de aves comuns na comunidade, a mudança no clima com o aumento da temperatura e uma poluição atmosférica que vai propagando uma série de resíduos que vão se fixando *nas coisas*, nos móveis das residências.

Percebe-se assim, de início, que estes problemas sociais e ambientais que atingem a comunidade, é uma verdade e uma marca atroz resultante da instalação de megaempreendimento na Amazônia brasileira. Com o “Complexo Parnaíba” não é diferente.

A Sra. Margarete relata também o fim dos chamados *adjuntos*, que era uma prática comum entre as *quebradeiras de coco babaçu* de várias comunidades, mas realizada, sobretudo, entre Demanda e Morada Nova. Consistia na realização de trabalho em grupo de quebra do coco, de modo a aumentar a renda de cada uma. Em um dado período as *quebradeiras de coco* de uma determinada comunidade se reuniam e iam quebrar coco em outra, para uma *quebradeira* escolhida. Depois de alguns dias esse movimento se repetia, agora inversamente, na outra comunidade. Prossegue a Sra. Margarete seu depoimento:

É porque como foram removidos, o pessoal da Demanda foi removido de lá, aí acabou; eles não tiveram mais o acesso que eles tinham ao coco de lá, né. Aí por isso acabou... essa troca de adjuntos - o pessoal daqui [Morada Nova] ir pra lá, e o de lá [Demanda] vim pra cá. Porque eles não tiveram acesso e ficou mais difícil o coco pra eles. O coco pra lá ficou praticamente extinto (Margarete Rodrigues Mota, Morada Nova, 08/03/2020).

A interlocutora falou também sobre outros problemas que assolam a comunidade, como o odor do gás, a fumaça produzida pelas usinas termoelétricas, o barulho – que os moradores chamam de *zoada* –, das turbinas das usinas, e a falta de emprego para os moradores da comunidade. Assim relata:

[...] o cheiro, o cheiro mesmo eu... particularmente, nunca senti não. Agora você ver o fumaçal, você ouve o barulho, que é forte. Incomoda. Incomoda à noite ... só porque depois que a gente fica adaptado, releva. Sabe que num dá jeito. [...] mais pro centro; colocaram algumas pessoas da Morada Nova [a empresa empregou alguns moradores no início] ... acho que devido também o estudo deles ser pouco, né; não tiveram tanto acesso. Encontraram dificuldade? Encontraram dificuldade. E... era muito procura, e não sei qual é o sistema deles por lá; aí tiveram dificuldade, mas algumas pessoas chegaram a se empregar. Por tempos curto, mas... [...] é, nas terceirizadas [empresas prestadoras de serviços para MPX/ENEVA no início da implantação do “Complexo Parnaíba”] (Margarete Rodrigues Mota, Morada Nova, 08/03/2020).

Outros efeitos sociais e ambientais que afetaram a comunidade a partir da implantação das usinas termoelétricas movidas a gás natural, foram relatados pela interlocutora. Assim, o que se depreende do seu relato é que, quando empreendimentos desse porte chegam a uma determinada região, naturalmente, se apresentam como “salvadores do lugar”. Portadores hábeis de um discurso e uma retórica “desenvolvimentista”, prometem “mundos e fundos”, entre os quais, o “desenvolvimento” da economia local e a geração de muitos empregos para a população local. Em Morada Nova, como em outras comunidades, a história se repete: de efetivo o empreendimento deixou mesmo só muitas promessas não realizadas e a retórica de um discurso que pregava o “progresso” e o “desenvolvimento” local.

Continuando seu relato, a Sra. Margarete também falou dos boatos que correm na região sobre a possível construção de um novo gasoduto que passaria por dentro na comunidade. A ENEVA tem empreendido novas pesquisas na área, tendo comprado, inclusive, uma grande propriedade no local. Na parte mais alta, nos “fundos” da Morada Nova, como nos relatou a moradora.

Essa é uma situação que gera insegurança nas famílias da comunidade porque os projetos de ampliação da indústria de gás na região continuam, e amanhã ou depois, segundo os moradores, podem vir a sofrer um processo de deslocamento compulsório tal qual ocorreu em Demanda. Vivem, assim, em um tempo de espera e imprevisibilidade do que ocorrerá com suas vidas no futuro.

Em Morada Nova também conversamos informalmente com o Sr. Antônio Rodrigues Mota, que depois de uma primeira aproximação, aventamos a possibilidade de nos conceder uma entrevista, este recusou, nos respondendo de maneira risonha, com a frase: “*deixa quieto*”. Entretanto, depois de estabelecermos uma “relação de entrevista”, que segundo Bourdieu (2012), é também uma “relação social”, aceitou conversar, e nos relatou algumas informações e fatos ocorridos na comunidade depois da implantação do “Complexo Parnaíba”.

Ele inicia seu relato afirmando que a chegada das empresas na região foi “bom para alguns”. Que no começo conseguiram algum tipo de trabalho, mas por pouco tempo. Ele mesmo

trabalhou apenas três meses numa empresa terceirizada. Está há a mais de seis anos sem ser *fichado*³⁸, depois de ter tentado “se fichar” várias vezes. Alega não ter conseguido por ser morador de Morada Nova. Que os encarregados das empresas trazem muitos ajudantes *de fora*. Reclama que hoje “falta serviço pra quase todo mundo”. Afirma que os serviços que realizavam nas fazendas, em determinados períodos do ano, não existem mais porque aquelas foram vendidas para o empreendimento. Tirando assim, uma das poucas possibilidades de trabalho, para muitos, na comunidade.

Faz parte da estratégia discursiva dos representantes dos megaempreendimentos quando se instalam em determinada região, prometerem às comunidades locais um certo “desenvolvimento”, a partir da transformação da economia local, com a circulação de capital e geração de muitos empregos. Segundo relatos do Sr. Antônio Rodrigues, isso não ocorreu nas comunidades sob efeitos do empreendimento. Só promessas que nunca não se concretizaram. Para o Sr. Antônio, o que houve foi uma mudança nas relações sociais e econômicas nas comunidades, mas em outro sentido.

Ele nos relatou que, num primeiro momento, com os empregos temporários que surgiram, houve um incremento na renda de muitos trabalhadores. Isso provocou uma euforia no padrão de consumo, e muitos se endividaram comprando em várias parcelas: eletrodomésticos, motocicletas e outras coisas, que não faziam parte dos seus cotidianos. Com o fim dos empregos temporários, ficaram endividados. Relatou também o aumento da violência, coma ocorrência de roubos de motos, sobretudo; ele mesmo teve a sua roubada. Disse que aumentou o número de acidentes fatais ao longo da BR-135, próximo às comunidades, devido à grande circulação de veículos pertencentes às empresas do empreendimento. Terrenos e aluguéis encareceram também, afirmou ele.

2.5.3 A constituição social e territorial da comunidade Demanda

Com a desestruturação da monocultura de exportação do algodão e do arroz, em fins do século XIX e meados do século XX, configura-se a formação de um campesinato maranhense gerado pela libertação dos escravos e pelos camponeses que vinham do Nordeste (Pernambuco, Piauí e Ceará), expulsos pela crise da *plantation* açucareira de 1929 e pelas

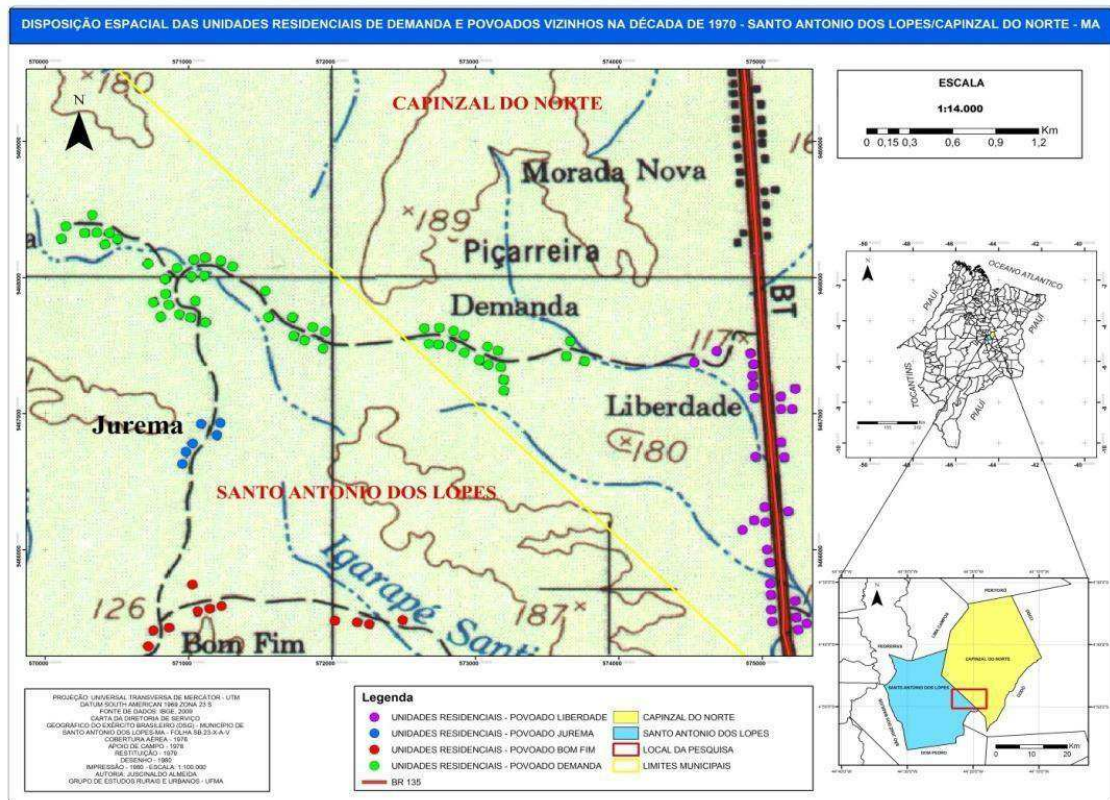
³⁸ *Fichado* aqui significa conseguir um prego na “firma”. Se “fichar”. Termo muito comum entre os trabalhadores da construção civil.

sucessivas secas. A partir dos anos 1930, essa região desponta com um dos principais focos de migração de nordestinos para o Maranhão, que chegavam com algum capital e adquiriam pequenas extensões de terra ou orientavam-se para atividades ligadas à produção de arroz, mandioca, milho e feijão (COSTA, 2015).

A formação da comunidade Demanda remonta à chegada famílias em deslocamento dentro das frentes de expansão agrícolas, sobretudo cearenses e piauienses, que lá se estabeleceram no início do século XX, fugindo da seca e das precárias condições socioeconômicas naqueles Estados.

Demanda está localizada entre Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte, municípios classificados pelo IBGE como pertencentes à microrregião do *Médio Mearim*. Nessa região, concentra-se uma das maiores ocorrências de palmeiras de babaçu (*Orbignya phalerata*) do estado do Maranhão, formação florestal secundária existente em vários estados brasileiros, como Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí, Tocantins e sudeste do Pará. Até os anos 50 do século XX, onde hoje o babaçu é predominante, registrava-se cobertura florestal primária e as palmeiras apresentavam-se dispersas entre as demais árvores, como vegetação dominada (ANDRADE, 1970). Segundo Manuel Correa de Andrade (1986), esta região central do Maranhão tem sua formação socioeconômica vinculada ao contexto de criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que impulsionava a economia maranhense para outras regiões do nordeste brasileiro.

Mapa 02 - Demanda, configuração espacial na década de 1970

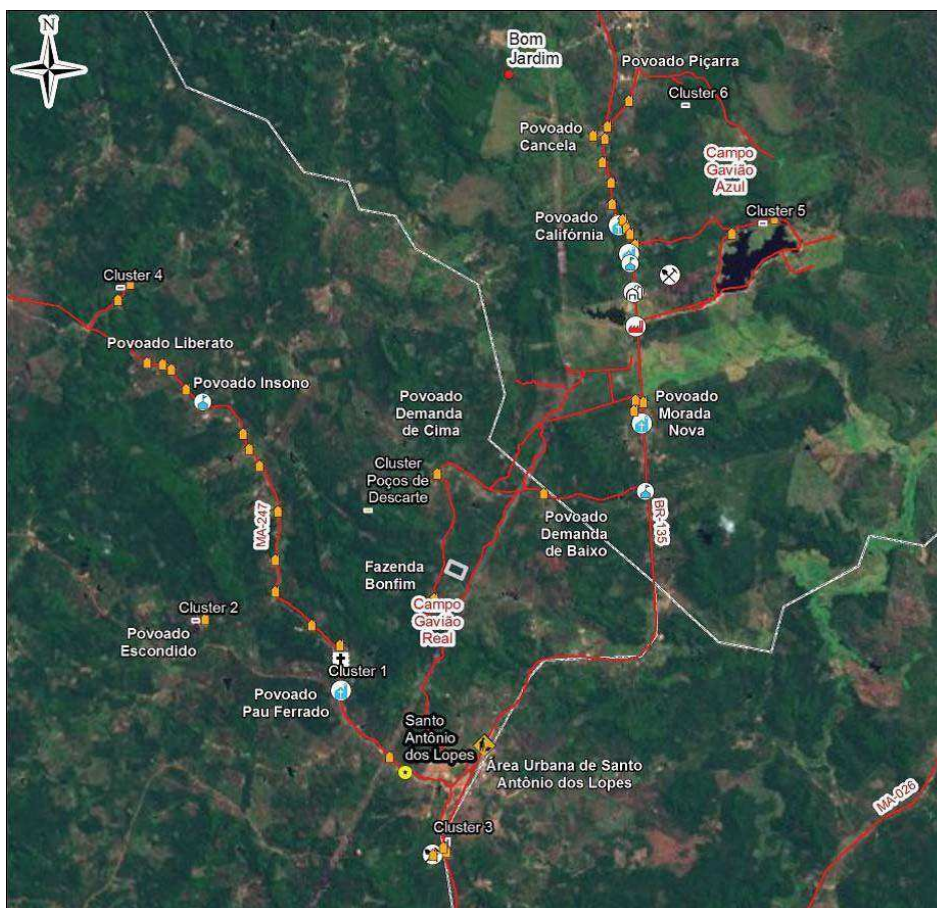


Fonte: Elaborado por Juscinaldo Almeida (2017) a partir da plotagem de pontos GPS em carta DSG.

Com a chegada de muitas famílias na região, Demandá foi se constituindo como espaço social e territorial. Um processo de territorialização se intensificou ao longo do tempo. Na atualidade, esta comunidade e muitas outras no Médio Mearim Maranhense, são atravessadas pelo megaempreendimento da indústria da exploração do gás natural, que por lá começou a ser implantado a partir de 2010.

Desde as primeiras pesquisas e campanhas exploratórias em busca do gás natural na região do Médio Mearim, até a sua descoberta em 2010, muitas comunidades sofreram os efeitos dessas explorações iniciais do empreendimento. No limite entre os municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, a comunidade Demanda viu de perto a instalação das primeiras termoeletricas dentro do seu território, em 2011.

Mapa 03 - Configuração espacial da área de influência do empreendimento



Fonte: Paiva (2018).

Unidade social formada por famílias em deslocamento de Estados da Região Nordeste (CE e PI), Demanda sofreu um processo de deslocamento compulsório quando as usinas termoeletricas foram instaladas dentro da área da comunidade. Depois de 5 anos de espera e muitos conflitos e enfrentamentos com a empresa que comanda o denominado “Complexo Parnaíba”, esta comunidade foi reassentada, por etapas, a partir de fevereiro de 2016, em dois núcleos ao longo da BR 135, próximos a sede do município de Santo Antônio dos Lopes, sendo renomeada pelo empreendimento de Nova Demanda. Nesse processo a comunidade teve todo um passado de relações sociais e vínculos afetivos desestruturados. Os núcleos nos quais a comunidade foi assentada não respeitaram, entre outras coisas, os antigos

laços de vizinhança e parentesco. Vizinhos e parentes que havia décadas residiam próximos, foram separados aleatoriamente.

A comunidade Demanda teve toda sua estrutura social modificada, dando origem inclusive a uma nova comunidade – Nova Demanda –, quando foi obrigada a abandonar seu território para que nele as UTEs pudessem ser instaladas. A empresa MPX/ENEVA comprou uma área de 900 ha onde moravam há quase um século as famílias de Demanda. Terras compradas, cercadas e comunidade proibida de explorar os recursos naturais que, em parte, lhe garantia a subsistência havia décadas. Longe de ter sido um processo tranquilo, a comunidade opôs “formas cotidianas de resistência” (SCOTT, 2002), quando realizou atos de enfrentamento à instalação das UTEs.

O processo de devastação dos babaçuais a partir da implantação de empreendimentos industriais na *região ecológica do babaçu*, tem colocado em risco a existência de uma identidade coletiva expressa pela autodenominação **quebradeiras de coco babaçu** (ALMEIDA *et al* 2005). Objetivado em movimento social, a existência das quebradeiras de coco se concretiza a partir da resistência e luta pelo direito de explorar os babaçuais livremente. Com a implantação do megaempreendimento para exploração de gás natural na região, muitas propriedades rurais onde se encontrou a referida fonte de energia foram e continuam sendo compradas; e como corolário desta situação, os babaçuais existentes dentro das mesmas estão sendo destruídos.

O mapa “01”, na página 29, expressa situações sociais na denominada *região ecológica dos babaçuais* em que a combinação de formas organizativas, de lutas e babaçuais sob diferentes configurações derivadas de estratégias empresariais e do Estado que os ameaçam. Contudo, com incidência em 27 milhões de hectares em 4 estados (MA, PI, CE e TO), destacadamente no Maranhão e na região do Mearim, denotam que as comunidades passam a ter impedimento de acesso. Assim, seja por conta dos cercamentos das terras realizados pelas empresas, seja pela derrubada dos palmeirais para implantação das UTEs, as quebradeiras de coco ficaram sem acesso a esse recurso natural e se viram obrigadas a fazer um deslocamento cotidiano de muitos quilômetros além da comunidade, para conseguirem acessar os babaçuais nas áreas de exploração de gás para coletar coco para quebrar. Essa é uma das características ligadas à implantação desse empreendimento: ameaça à reprodução social e econômica das quebradeiras de coco ao alterar a estrutura social pré-existente, o sistema de produção e as relações de produção (ARAÚJO *et al* 2020).

Dentro da conjuntura das novas formas político-organizativas que surgiram depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, e respaldadas pela pluralidade afirmada no texto constitucional, vimos surgir o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), unificando organizações regionais das quebradeiras de coco dos Estados do MA, PI, TO e PA. Almeida (2019) afirma que as mulheres extrativistas passaram de uma situação social de atomização para aquela de uma existência coletiva, fundada em formas organizativas intrínsecas. A identidade coletiva quebradeiras de coco babaçu objetivada em movimento social, definiu os contornos das novas mobilizações políticas, sobretudo, face aos atos de Estado (BOURDIEU, 2012).

Atualmente, conforme Almeida (2008), algumas lutas dos camponeses vêm ganhando contornos cada vez mais complexos, amplos e refinados quanto às formas de mobilização. No contexto dos chamados grandes projetos, os diferentes grupos camponeses, segundo o autor, têm se aproximado e estabelecido alianças com outros grupos, para além dos mediadores tradicionais, a partir da constituição de **unidades de mobilização**, consolidando movimentos importantes de enfrentamento social contra novas arenas de disputa e reivindicações. O autor explica que:

(...) unidades de mobilização refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias – ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios. São estas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Atingidos pela Base de Foguetes de Alcântara (MABE), dentre outros (ALMEIDA, 2008, p.32).

2.5.4 Termo de Adesão ao Reassentamento “Voluntário” de Demanda

As famílias da Demanda, diante da pressão exercida pelo empreendimento, foram obrigadas a assinar um documento chamado de “Termo de Adesão ao Reassentamento Voluntário de Demanda”³⁹, proposto pela empresa. Esta, no início, tinha uma prática e um discurso completamente diferentes. Afirmava sempre que as famílias não seriam remanejadas.

³⁹ O excerto do Termo de Adesão será apresentado em um tópico mais a frente, que tratará de forma mais detalhada do processo de deslocamento compulsório da Comunidade Demanda e a formação da Nova Demanda.

Depois que conseguiu as assinaturas, mudou radicalmente de comportamento em relação ao tratamento que dispensava à comunidade, segundo relatos de alguns moradores.

O reassentamento proposto pela empresa, embora tenha a designação de “voluntário”, não foi entendido assim por muitos trabalhadores, que afirmaram que não queriam sair, só saíam por que estavam sendo obrigado (COSTA, 2015). Resta muito claro aí a estratégia da empresa com a adoção do termo “voluntário”, para qualificar o seu Programa de Reassentamento; tentando esconder assim, o viés autoritário e compulsório da ação. Para a empresa esse programa é uma ação espontânea e voluntária dos trabalhadores. Para as famílias que sofreram o deslocamento à época, o programa teve um caráter de obrigatoriedade, pois com a instalação das UTEs a vida tornou-se inviável no lugar. Dessa forma, o que aconteceu de fato foi um **deslocamento compulsório** da comunidade.

De acordo com Almeida (1996), deslocamento compulsório é:

O conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Nesse mesmo sentido, Magalhães (2007) nos afirma que deslocamento compulsório pode ser compreendido como:

O processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõe de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa (MAGALHÃES, 2007, p. 14).

De outra forma, o termo *reassentamento* aparece sempre no contexto da implantação de *grandes projetos de desenvolvimento*, ligado ao termo *involuntário*, que pressupõe a condição de deslocamento obrigatório, imposto pelos grandes empreendimentos às populações a serem reassentadas (COSTA, 2017).

Durante o processo de implantação do “Complexo Parnaíba” a empresa MPX/ENEVA, responsável pelo empreendimento, transmitiu à comunidade Demanda uma ligação natural e lógica, que não há, entre os termos *reassentamento* e *voluntário*. O Programa de Reassentamento da comunidade, denominado de “voluntário”, está inserido nos marcos da política de “compensação socioambiental” (RIMA – USINA TERMELÉTRICA PARNAÍBA II, 2009, p. 11) traçada pela empresa; que se apresenta como provedora espontânea de melhorias

para as famílias de Demanda, mas, ao fim, exime-se dos problemas sociais e ambientais acarretados à comunidade a partir do *deslocamento compulsório*.

O deslocamento compulsório, segundo Magalhães (2007), é sempre marcado por sérias implicações sociais e por uma dimensão sempre negligenciada: o sofrimento e a dor dos expropriados:

[...] os relatos sobre o deslocamento compulsório evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. Desta perspectiva, creio ser possível afirmar que, com a intervenção sobre o espaço físico [...] atinge-se violentamente as relações sociais, desestruturando-as. É esta desestruturação que conforma o substrato do lamento e da dor (MAGALHÃES, 2007, p. 194).

Encontra-se aqui também a omissão da violência por parte da empresa, presente na compulsoriedade do deslocamento que é, então, naturalizado como nos aponta Almeida (2007):

Tem-se, portanto, um léxico peculiar composto de eufemismos – que abrandam o sentido coercitivo das medidas de deslocamento e que buscam, em última análise, torná-las um procedimento naturalizado, tais como ‘transferência’ – e de termos de sentido direto, sem perífrases (ALMEIDA, 1996, p. 33).

No EIA UTE Parnaíba II, nota-se que a empresa se propôs voluntariamente a realizar um Plano de Reassentamento, uma vez que, segundo ela, as famílias não se encontravam dentro da propriedade do “Complexo Parnaíba”.

Assim, o que ocorreu em Demanda segue o mesmo roteiro e drama de outras histórias de comunidades e povos tradicionais, atingidos no âmbito da implantação de grandes projetos ditos de desenvolvimento, sejam eles na Amazônia ou em outras regiões do Brasil.

Quando fiz a primeira viagem para realização do trabalho de campo nas comunidades, iniciamos este na área onde residiam anteriormente as famílias da comunidade Demanda. A entrada para a comunidade fica à beira da BR-135, entre os municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes. Adentramos alguns quilômetros para o interior da propriedade e nos deparamos com uma cerca e um grande portão (Fig. 08), envolto com uma corrente afixada por um cadeado. Esta cerca e o portão limitam o acesso à antiga sede de Demanda.

Segundo relato dos moradores da comunidade, assim que a MPX/ENEVA comprou a propriedade da denominada Fazenda Maravilha para iniciar o processo de instalação da UTE Parnaíba I, cercou o perímetro da propriedade. De início, tencionou construir em determinado trecho da estrada principal do povoado, que liga à BR-135, nas proximidades do povoado

chamado de *Alto Alegre*, uma portaria de acesso às suas áreas para controlar o livre trânsito dos moradores por dentro da propriedade da empresa.

Dessa forma o empreendimento, além de exercer um controle social sobre os moradores da comunidade, controlando idas e vindas dos mesmos, com cercamentos da propriedade e colocando portões, desrespeitava um direito fundamental do cidadão de ir e vir; e ao mesmo tempo, de forma arbitrária e ilegal, interditava um caminho utilizado pela comunidade. Caminho este que não passava por dentro da propriedade da empresa.

Figura 12 - Portão com cerca proibindo o acesso à antiga sede de Demanda.



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Assim, o estabelecimento de uma portaria, com guaritas e portão, caso se concretizasse, representaria uma grave supressão de um direito da comunidade.

Nos termos de Bourdieu (2004), esse evento deve ser entendido como o produto de uma imposição e divisão arbitrária, realizada pela empresa sobre o espaço da comunidade. Nesse sentido, a intenção da empresa é manter sob vigilância e controle os moradores de Demanda, bem como seus parentes e outras pessoas que por ali transitassem.

Determinados “projetos arquitetônicos”, de acordo com Foucault (2021, p. 318), são mecanismos e dispositivos disciplinares que permitem vigilância e controle social. A situação empírica estudada pelo autor é outra: modelos arquitetônicos de prisões, asilos, manicômios. Nesse estudo Michel Foucault (2021) reflete sobre tais construções físicas que desempenham funções sociais a partir da existência do *panóptico*. Termo esse que se refere ao modelo de ou dispositivo pelo qual se concebe uma construção espacial com a possibilidade de visualizar e controlar o comportamento de indivíduos (COSTA, 2018).

Assim sendo, depois que a comunidade sofreu o deslocamento compulsório, a empresa proibiu o acesso às terras onde as famílias anteriormente trabalhavam e sobreviviam. Apoiado em Foucault (2021), depreende-se que a empresa concretizou um controle social através de mecanismos disciplinares, que permitem a vigilância e o domínio dos indivíduos. Nesse sentido, cerca, portão, correntes e cadeados podem ser pensados como aspectos objetivados de dominação.

No caso da comunidade Demanda, a ênfase sobre o conteúdo do Termo de Adesão e suas promessas de reparação do nível de “subdesenvolvimento”, contribuiu para uma aderência rápida das famílias. O conteúdo desse termo indicava que a empresa entregaria às famílias *beneficiárias* do Programa de Reassentamento um lote com 3 hectares – tamanho mínimo exigido pelo INCRA para fracionamento de lotes de reassentamento –, acrescido da área de reserva legal; com unidades habitacionais com área padrão de 100 m², além de varanda e que contará ainda, com três dormitórios, saneamento básico, abastecimento de água potável encanada, energia elétrica, banheiro interno, espaço para lavagem de roupas e com o seguinte mobiliário: móveis para os quartos e sala, cozinha com fogão, geladeira e armários de casas, com todos os cômodos mobiliados, além de equipamentos sociais, como escola, duas igrejas, campo de futebol, área para comércio (COSTA, 2018).

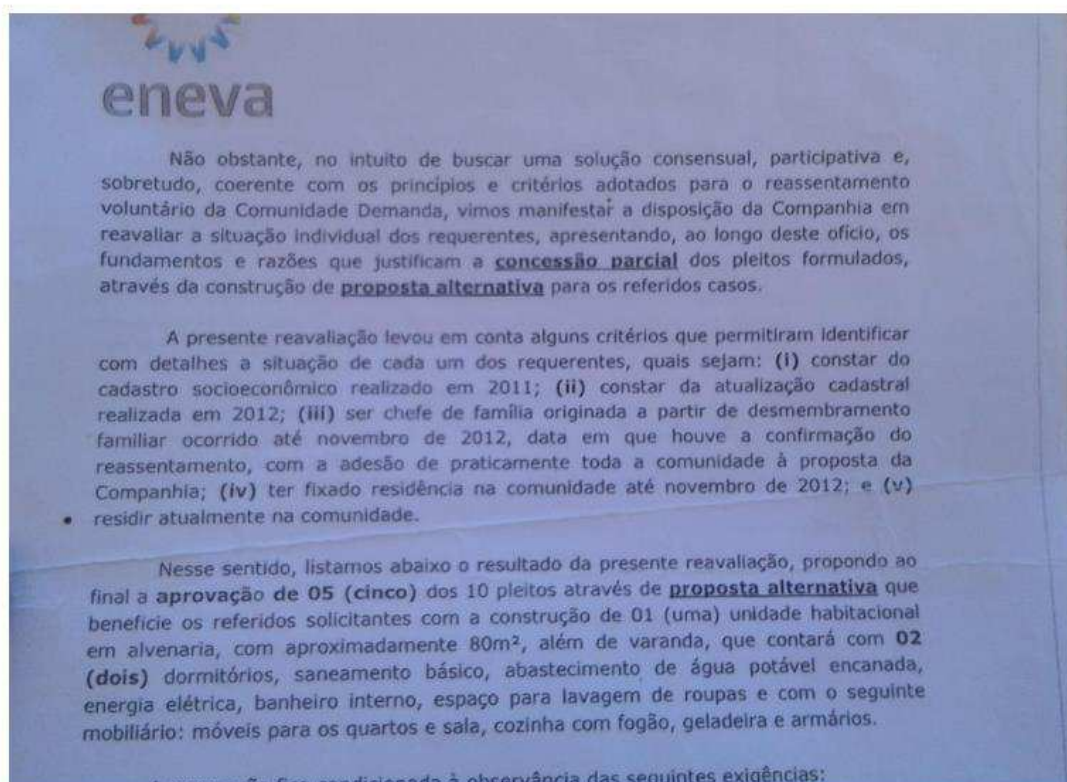
A empresa se comprometeu, ainda, no Termo de Adesão, a apoiar a retomada das atividades agroextrativistas na chamada área anfitriã, aportando insumos, um trator para a Associação de Moradores de Demanda, apoio técnico de engenheiro agrônomo e auxílio à produção no valor de um salário mínimo federal por família cadastrada pelo prazo de 18 meses.

A partir do momento em que as famílias assinaram o termo, as questões passaram a ser: a) o cadastro para fins de retirada das famílias e assentamento no novo local; b) o cronograma de construção das casas do novo local e a retirada das famílias; c) as compensações prometidas pelo empreendedor pelo atraso nesse cronograma, conforme aponta Paula Andrade (LAUDO ANTROPOLÓGICO, 2014).

Conforme já apontado, inicialmente o empreendedor usou como critério censitário as edificações que classificou como moradias, existentes no momento do cadastramento (julho 2011 e julho 2012), tivessem elas moradores dentro ou não. Nesse sentido, em termos gerais, o discurso acionado pelo empreendimento expressa a visão dominante do território como recurso. Essa espécie de utilitarismo explorador da natureza (CARVALHO, 2001) se torna explícito por meio da sua estratégia territorial

patrimonialista (VAINER; ARAUJO, 1992) a qual reduz a complexidade e a diversidade das formas locais de imaginação do território a um conjunto homogêneo de propriedades ou imóveis a serem removidos.

Figura 13 - Excerto do Termo de Adesão (2011) com os critérios para inserção no cadastramento para o reassentamento.



Fonte: Paiva (2018).

Com o denominado “Programa de Reassentamento Voluntário” – que implicou no deslocamento compulsório da comunidade –, a maioria dos moradores foi contemplada, entretanto outros foram excluídos por não preencherem os requisitos do programa estabelecidos no Termo de Adesão (Figura 13), segundo a empresa. É o caso, entre outros, dos senhores Samuel de Moraes Sousa e José Rodrigues Sousa, pai e filho, trabalhadores rurais e antigos moradores da Demanda, que nos relataram tal situação a partir de uma conversa informal nas suas casas, quando realizávamos o trabalho de campo na área da antiga Demanda. Segundo os interlocutores, dez famílias não foram reassentadas pelo programa porque – conforme as explicações que receberam dos funcionários da empresa, responsáveis pelo cadastramento, – não preenchiam os requisitos exigidos.

O “Programa de Reassentamento Voluntário” teve início com o processo de cadastramento das famílias de Demanda (julho de 2011 a julho de 2012). O reassentamento das famílias na chamada *área anfitriã* (área designada para o reassentamento) estava previsto para ocorrer, inicialmente, em janeiro de 2014, segundo o cronograma da empresa, alterada para o final do primeiro semestre de 2014, conforme indicado à SEMA, órgão licenciador do empreendimento (COSTA, 2018).

Passados cinco anos de espera, com muitas indefinições, resistência e conflitos com a empresa, a comunidade Demanda começou a ser reassentadas. O reassentamento ocorreu de maneira gradativa, a partir de fevereiro de 2016. A empresa denominou área onde as famílias foram reassentadas de “Comunidade Nova Demanda” (Fig. 09).

Figura 14 - Vista aérea da Comunidade Nova Demanda.



Fonte: Site da ENEVA/MA. <https://eneva.com.br/nossos-negocios/geracao-de-energia/>. Acesso: 12/03/2020.

2.5.5 A “Nova Demanda” e o deslocamento compulsório

Comunidade que se constituiu no processo social que resultou na expropriação e deslocamento compulsório da comunidade Demanda para instalação da Usina Termoelétrica Parnaíba, “Nova Demanda”⁴⁰ situa-se à beira da BR-135, entre os municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes - MA, e, – segundo informações disponíveis no *site* da empresa (ENEVA) que gerencia o Complexo Parnaíba – é o maior Programa de Compensação Socioambiental do empreendimento na região. Conforme dados coligidos no sítio da empresa na internet, foram assentadas 65 famílias e um investimento na ordem de 50 milhões de reais.

⁴⁰ Nome escolhido e atribuído pela empresa sem consultar a comunidade deslocada.

Em seu sítio na internet, é dessa forma que a empresa se refere ao reassentamento da comunidade Demanda, que engendrou a comunidade Nova Demanda:

A ENEVA também conduziu, em 2016, o Programa de reassentamento da Demanda, comunidade de 65 famílias no interior do Maranhão. O projeto, que deu origem à Comunidade Nova Demanda, também foi realizado de forma participativa, conservando os laços de parentesco e vizinhança locais. No local foram construídos uma escola, posto de saúde, duas igrejas, uma praça com área de convivência e um campo de futebol. Cada família recebeu uma casa mobiliada, e um terreno com cerca de 3 hectares para o desenvolvimento de atividades agrícolas (Disponível em: <<https://www.eneva.com.br/sustentabilidade/projetos-socioambientais/nova-demanda>>. Acesso em: 23 de mar. de 2020).

Foram estruturados dois núcleos, de maneira arbitrária e à revelia da comunidade, tal qual o nome atribuído à esta pela empresa; já que nessa distribuição em dois acessos não foi respeitada a relação social construída ao longo do tempo na comunidade, nem os laços de parentesco e vizinhança. Os núcleos foram denominados pela ENEVA de “Nova Demanda” “Acesso A” (Fig.10) e Nova Demanda “Acesso B” (Fig. 11), separados pela BR-135.

Figuras 15 e 16 - Placas indicando o acesso à Nova Demanda “A” e Nova Demanda “B”



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Durante a realização do trabalho de campo na comunidade, mantive interlocução com os moradores, estabelecendo uma conversa inicial. Alguns, depois dessa primeira interação, concordaram em conceder entrevistas, e assim procedi, realizando-as nos dois núcleos que formam a “Nova Demanda”. O primeiro contato com os interlocutores ocorreu no núcleo denominado “Acesso B”.

Figura 17 - Casa na Nova Demanda “Acesso B”



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Moradores relataram que, depois de quatro anos como reassentados na nova comunidade, há opiniões divergentes quanto ao resultado do Programa de Reassentamento, qual seja, diferenças entre o que a empresa prometeu, gerando expectativas e anseios nas famílias assentadas, e a situação real vivida no presente.

Para a Sra. Suzete Ribeiro, moradora no lado “B” da Nova Demanda, que nos concedeu a entrevista abaixo, as terras que receberam são ruins para produzir. Uma parte é muito baixa e alaga no período chuvoso, não “prestando para plantar”. Já a outra parte é muito alta e a terra não é boa. No seu relato afirma, com um certo saudosismo, que no começo – quando a empresa chegou – “era muito bom”. Afirma que foram bem tratados, que tinha emprego para as pessoas da comunidade, e outros benefícios. Entretanto, “isso foi só no começo”, diz ela. Assim nos relatou:

P – Quais problemas a senhora enfrentou na Demanda antes do reassentamento e quais enfrenta hoje, aqui na Nova Demanda?

Suzete Ribeiro – Oh moço, é assim: Nos começo foi bom. Ah eles...**apareceu uma horta pra gente aprender muitas coisa. A gente aprendeu muitas coisa, mas aí a gente não tem condições de fazer o que eles ensinaram pra nós.** Muito bom! Quando nós morava lá [Demanda] todo mundo era empregado. Trabalhava. Aí nós se mudemos pra cá [Nova Demanda]. Pronto! Traz gente de fora e os da Demanda fico sem nada. Tem pai de família que num tem condições. Os aposentado ainda té que vai. E os que num é aposentado, vão comer o quê? E tem os terrenos, mas tem lugar que não dá de prantar, porque é lago. Aí a gente tem os filhos da gente... tão fora, aí chega, tem as sobras de terra, mas aí não pode fazer um rancho, e alvez o rancho do pai num dá de fazer uma casa porque é dentro de lago. Aí eu sou contra isso aí. Aí se vai um brocar nas sobra de terra, eles vem e... ameaça até poliça. Cuma teve um aqui, que brocou um pedacinho pra fazer um laste de feijão aí...ta lá, nem queimou porque eles não deixaram. Ameaçaram poliça. Aí sou contra isso, que alvez a terra não dá de prantar...feijão, aí vocês sabe que feijão só dá em terra alta, em baixo num dá; aí eles ameaça poliça. **Aí as coisas que eles deram num valeram de nada, se acabaram numa hora pra outra.** Ruim as coisas. Aí nós fica aqui nesse...

P – As coisas que a senhora fala, são os eletrodomésticos, os móveis, tudo isso?

Suzete Ribeiro – Nada prestou. As casas se quebrando tudim. Aí a gente vai preles vim ajeitar. Tem casa que precisa desmanchar pra fazer; cuma aqui teve uma, que foi desmanchada. A minha era pra ser desmanchada, não desmancharam. Fizeram só consertar. Aí deram cinco anos, disse que, se ela acontecesse quebrar, faziam. Ajeitava... de novo. Eu num aceito! Se ela quebrar de novo, eu num aceito! (Suzete Ribeiro da Silva, Nova Demanda núcleo “B”, 07/03/2020).

No relato da entrevistada fica explícita a transformação ocorrida na comunidade a partir do reassentamento em outro espaço. A comunidade foi alvo de uma expropriação, agora não mais pelo latifúndio, mas por outros agentes sociais, ora vinculados a setores empresariais; outrora por meio de políticas estatais e seus distintos aparatos. Ações essas, efetivadas por agentes dotados de uma autoridade simbólica, e seguidas de efeitos, concretizando assim, os chamados “atos de Estado” (BOURDIEU, 2014).

Dessa forma, a comunidade sofreu e sofre ainda as consequências de uma “acumulação por espoliação”, de uma “desposseção por acumulação” (HARVEY, 2020 [2014]). Mais adiante, no terceiro capítulo, desenvolveremos esses conceitos, que são de certa forma, uma atualização e complementação do conceito da “assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2020, p. 785)

No terceiro capítulo discutiremos também a implantação de megaprojetos na Amazônia e os efeitos sociais sobre povos e comunidades tradicionais, bem como o denominado “novo imperialismo” como uma das características dessa fase do capitalismo financeirizado contemporâneo, onde os mercados financeiros estão conectados com esses empreendimentos da natureza dos “complexos”, dos “corredores”, dos “megaprojetos”. Essa financeirização que perpassa também pela questão ambiental, leva em conta principalmente o seguro como um mecanismo de transferência de risco (KEUCHEYAN, 2016), como nos casos de Mariana e Brumadinho, onde as mineradoras tiveram lucro com os desastres (informação verbal)⁴¹.

Em uma conversa não gravada com a Sra. Suzete, ela nos relatou outros problemas enfrentados pelos moradores na nova comunidade. Entre eles: a falta de água assim que chegaram à nova área, esperaram mais de dois meses para a empresa solucionar o problema; dificuldades para produzir nas terras; falta de emprego para as pessoas da comunidade; proibição de roças nas sobras de terra, e, sobretudo, proibição da construção de novas casas – por parentes dos moradores de Demanda que não foram contemplados no programa porque

⁴¹ Informação fornecida pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida – do PPGCSPA/UEMA, UEA, UEMA. Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social, em agosto de 2020, no Seminário de Pesquisa da turma de mestrado 2019-2021 do PPGCSPA/UEMA.

estavam trabalhando em outras regiões do Estado do Maranhão e, em alguns casos, em outros Estados da região Sudeste e Nordeste –, nas proximidades dos terrenos fornecidos pelo denominado “Programa de Reassentamento Voluntário” estabelecido pela empresa.

Conversamos também com o Sr. Jaílson de Oliveira Sousa, que também nos relatou proibições impostas pela empresa, dentre essas, a impossibilidade de construir para seu filho uma pequena casa para moradia. Segue o relato:

É porque o meu terreno ali não dá pra ele fazer a casinha dele. Ele quer fazer aqui do outro lado...apegado ali no ladinho... na beira da BR. Aí eles ... tem um monte que são contra. Aí ele não tem onde fazer, aí vamos fazer lá mesmo. Já tiremo até a madeira pra fazer; que não pode construir, vai fazer de taipa mesmo [...] na beira da BR. Na sobra alí. Onde ele planta milho. Já tem uns três anos que ele planta milho lá. [...] uns diz que ela não permite [a empresa], mas nós vamos fazer, não tem onde fazer, é o jeito fazer lá mesmo. [...] é aberando um açude lá. É sobra de terra, sobra. Não é reserva não. [...] talvez dá uma linha [unidade de medida agrária no MA, PI e PE equivalente a 0,30 hectare] ...se muito arrastar é linha e meia. [...] só isso mesmo. Queria lhe dizer que não é pra ninguém ficar contra não que não tem onde fazer...é lá mesmo. Porque não tem outro jeito, né? Só isso mesmo (Jaílson de Oliveira Sousa, Nova Demanda “Acesso B”, 07/03/2020).

O empreendimento quando se instalou na região – cercado de muitas expectativas, e empregando um discurso, reforçado por entes públicos, que prometia progresso e desenvolvimento para os municípios e comunidades -, de início, gerou alguns postos de trabalho, sobretudo, nas empresas prestadoras de serviços, encarregadas de executarem as obras iniciais. Entretanto, depois de alguns meses, esses empregos se revelaram temporários. As empresas terminaram as obras de infraestrutura e partiram, deixando um rastro de desemprego, desalento, frustrações. Desestruturando o modo de vida local de dezenas de famílias. O Sr. Jaílson reclama que hoje não tem trabalho perto da Nova Demanda. Com a compra das propriedades próximas da comunidade pelo empreendedor, ficaram impossibilitados de trabalhar nas *quintas*, fazendo cercas e roçando *juquirá* em determinados períodos do ano. Relata agora que, ele e outros trabalhadores, têm que se deslocar mais de 40 km diários para trabalhar em outras propriedades, fora do município.

Na Nova Demanda – “Acesso A” – conversamos com o Sr. Dário Mota Sampaio – que se destacou como uma das lideranças da comunidade no processo de enfretamento ao empreendimento, desde o início da sua instalação, – não quis gravar entrevista. Segundo ele, todas as famílias da Demanda foram assentadas, sessenta e cinco ao todo. A única exceção foi o Sr. Zé do Obrigó, fazendeiro com propriedade na área, mas que não vendeu para empresa.

O Sr. Dário relata também os problemas que ocorreram com as casas – apresentaram várias rachaduras, logo após a construção –, e com os eletrodomésticos, muitos não funcionavam. As casas estão sendo reconstruídas por uma empresa contratada pelo ENEVA. Constatamos isso no local. Os eletrodomésticos foram trocados por outros novos. Relatou também que, mesmo com todas as dificuldades, desde a saída da Demanda até o reassentamento na Nova Demanda, hoje “*não tinha do que reclamar. A vida mudou pra melhor*”. Afirmou-nos que gosta muito da casa, a qual passou recentemente por uma reforma, e do terreno também. Nele, na parte baixa, tem conseguido produzir várias culturas, entre elas: arroz, macaxeira, milho, feijão e maracujá.

Figuras 18 e 19 - Casas na Nova Demanda “Acesso A”



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Contou-nos que tiveram muitos problemas com a primeira direção da ENEVA. Acusa de corruptos, sem nomear, alguns funcionários da empresa, e que os mesmos não cumpriam os acordos estabelecidos. Segundo ele, a nova direção, sobretudo o “setor de projetos socioambientais”, “é melhor que a primeira”. Para o Sr. Dário, essa nova diretoria tem um bom diálogo com a comunidade e apresentou vários projetos para melhoria dos assentados. Entre eles, projetos socioambientais, com uma oficina de produção de adubo e inseticida orgânicos. Técnicos agrícolas para orientar o cultivo de certas culturas nas três hectares de terra que receberam; entre elas: o arroz, o feijão, o milho e o maracujá (Fig. 15). A nova diretoria sinalizou também com a possibilidade de arranjar “empregos auxiliares” para as pessoas da comunidade que não possuem uma formação, afirma o Sr. Dário.

Figura 20 - Terreno onde Sr. Dário cultiva o maracujá



Fonte: Acervo da pesquisa. Registro feito em março de 2020.

Por fim, no decorrer de toda a conversa e nos seus relatos, o Sr. Dário se mostrou muito satisfeito com a situação em que vive atualmente no seu *pedaço* de terra na comunidade, embora tenha enfrentado também os mesmos problemas e dificuldades que outros moradores reassentados enfrentaram, e ainda enfrentam, desde o início do processo deslocamento compulsório, assim denominado, porque para os moradores da comunidade ele foram obrigados a sair, o que evidencia o caráter impositivo e coercitivo das práticas empresarias de deslocamento compulsório, culminando nesse caso no chamado Programa de Reassentamento Voluntário da Comunidade Demanda.

O que fica claro no relato do Sr. Dário são as estratégias atuais adotadas pela empresa. Esta vai modificando seu discurso e práticas de enfrentamento, e adotando uma política de “boa vizinhança” destinada a neutralizar possíveis reivindicações da comunidade, quando oferece empregos desqualificados, chamados de “empregos auxiliares”, para moradores da comunidade e implementa determinadas práticas de caráter paliativo, dentro de um suposto programa de “reparação socioambiental”. Uma espécie de “blindagem moral” (BARROS; MAIA, 2022, p. 167) do empreendimento.

Segundo informações obtidas no site da ENEVA S.A. o reassentamento voluntário das famílias de Demanda se deu nas seguintes condições:

Trata-se do deslocamento físico da Comunidade da Demanda, composta por 65 famílias, para um local escolhido por eles, com excelente localização e aptidão agrícola, facilidade de logística, mais distante do empreendimento e mais próximo da sede do município de Santo Antônio dos Lopes - MA. Possui efetiva reposição das condições reprodutivas do modo de vida local, garantindo-lhes meios de subsistência e melhoria das condições de vida. Disponível em:

<<https://www.eneva.com.br/sustentabilidade/projetos-socioambientais/nova-demanda>>. Acesso em: 23 de mar. de 2020).

O novo local foi denominado pela empresa de Nova Demanda e é dividido ao meio pela BR 135, construindo assim dois lados do mesmo espaço: “Acesso A” e “Acesso B”, termos que também foram cunhados pela empresa. Ao delimitar e nomear esse novo lugar, sem ouvir a comunidade, a ENEVA desconsidera o passado social de Demanda e passa a operar, a partir desses novos termos, na conformação de novas identidades.

Enfatiza Martins (2012) a importância de compreendermos que os deslocamentos de povos, grupos, populações humanas não se vinculam ao caráter espontâneo dos movimentos humanos. A autora problematiza ainda as abordagens que apresentavam os deslocamentos a partir do

acionamento das categorias *emigração* e *imigração*, dos quais derivariam outras, correlatas, como *emigrado*, *imigrado*, *imigrante*, que por si só não geravam conceitos derivados, esgotando-se em si mesmos. As análises centravam-se na identificação dos pontos de partida e de chegada e os autores não analisavam as causas e consequências das migrações (MARTINS, 2012, p. 119-120).

Dessa forma, a afluência e o movimento contínuo de alguns grupos sociais implica historicamente a expropriação, a deslocalização compulsória e a respectiva localização de outros (ZHOURI, 2010).

Assim, há uma contradição nos processos de deslocamento de povos e comunidades tradicionais, tendo em vista que esses processos são legitimados pelo discurso de promoção do progresso e para tanto é necessário excluir esses povos para então incluí-los no desenvolvimento.

CAPÍTULO 3: A IMPLANTAÇÃO DE MEGAPROJETOS NA AMAZÔNIA E OS EFEITOS SOCIAIS SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

3.1 Megaprojetos na Amazônia brasileira e o novo imperialismo

Os megaempreendimentos implantados na região amazônica brasileira nas últimas décadas estão em sintonia com o padrão de acumulação do capital no novo imperialismo. Fase do capitalismo que, dentro da sua lógica própria, não se atém a nenhum preceito moral, ambiental ou social, na busca pelo lucro. A maneira como esses megaprojetos chegam e se instalam na Amazônia, com efeito, se coaduna com a essência desse modo de produção e da maneira como ele opera neste espaço social. Nesse sentido, o capital representante desses empreendimentos está sempre realizando expropriações, intrusões e expulsões. Em tempos de capitalismo neoliberal e globalização, expulsão também é uma prática bem presente na lógica dos megaprojetos que chegam destruindo tudo (SASSEN, 2016).

Harvey (2014), considera as privatizações juntamente com a financeirização um dos mecanismos centrais dos processos contemporâneos de acumulação por despossessão no âmbito do capitalismo neoliberal. A financeirização, entendida por Harvey como aumento exponencial das transações financeiras desde os anos 1980, cria novos instrumentos de despossessão de famílias e indivíduos, promovendo uma redistribuição da riqueza de baixo para cima na pirâmide social.

Classificam-se aqui como megaempreendimentos, projetos mineralógicos, agroindustriais e de infraestrutura que causam grandes efeitos socioeconômico, ambientais e culturais nos modos de existência e relações de povos e comunidades tradicionais afetados, gerando transformações na organização e mobilização desses povos ocasionando conflitos em sua maioria violentos em diversos níveis (ARAÚJO *et al.*, 2020). Assim, sendo frutos da mundialização do capital, esses megaempreendimentos têm na globalização a expressão maior desse processo (SANTOS, 2008). Considerando que o capitalismo rompe fronteiras, subjuga espaços nacionais e determina como deverão funcionar as economias no mundo, o neoliberalismo é seu fundamento econômico, apresentando-se como doutrina antidemocrática e aniquiladora de direitos. Uma das facetas do neoliberalismo é o seu caráter autoritário. Em solo nacional, nas últimas décadas, políticas neoliberais autoritárias se robusteceram para proteger banqueiros, especuladores e rentistas.

A cognoscibilidade do planeta tem permitido cada vez mais a ocupação de diferentes áreas da superfície terrestre por meio de interesses das grandes empresas. Para Santos (2000, p. 33) “as empresas na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações”. Sendo assim, não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. O conhecimento do “planeta constituiu um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual” (SANTOS, 2000, p. 33).

Os megaempreendimentos quando se direcionam para a Amazônia têm interesses e objetivos muito bem definidos. Movidos pela sanha do lucro certo, vão se instalando e deixando um rastro de devastação. Terras tradicionalmente ocupadas são invadidas e reviradas, a floresta derrubada, os rios poluídos e, somando-se a isso, uma série de interdições que afetam e destroem modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, são múltiplos os processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2003, 2017), através dos quais ativos públicos e comuns são cercados, permitindo o uso privado, excludente e lucrativo desses recursos. Assim, afirma o autor:

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. (HARVEY, 2017, p. 130 - 131).

Megaprojetos voltados para o suposto desenvolvimento, envolvendo concessões, aquisições e arrendamentos de terras, em áreas muitas vezes já ocupadas, têm-se multiplicado recentemente. Observa-se um padrão dentro dessa acumulação capitalista, a partir da implementação de políticas que favorecem corporações privadas e extratos sociais de maior renda e estoque de riqueza, em detrimento de uma imensa maioria desprovida de recursos básicos. É um contínuo representado pelo imbricamento da acumulação do capital com o poder político.

3.2 Acumulação por espoliação na implantação dos megaprojetos na Amazônia

Marx, no Livro I de *O capital*, Capítulo XXIV, ao tratar do tema das expropriações, nos apresenta “A assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2020, p. 785). As suas análises mostram a acumulação primitiva como ponto de partida da sociedade capitalista, como um processo histórico que dissocia “trabalhadores e a propriedade das condições de realização de seu trabalho”, por meio de subjugação, roubos e violência.

Para Marx, o segredo da acumulação primitiva está na expropriação, que se manifesta em diferentes processos, mas “acima de tudo, nos momentos em que grandes massas são despojadas súbita e violentamente e seus meios de subsistência”. Tomando como referência a Inglaterra entre os séculos XIV e XIX, período de decomposição do modo de produção feudal concomitantemente ao erguimento da sociedade capitalista, quando ocorreu uma brutal expropriação de terras (MAURIEL, 2018): “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2020, p. 787).

Nesse sentido, a acumulação primitiva denominada por Marx (2020), irá configurar-se enquanto um processo de profunda violência de expropriação das terras dos camponeses, a fim de garantir o processo de acumulação do capital:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2020, p.786)

Desse modo, a separação do trabalhador dos meios de produção - como a terra - é uma condição indispensável para a constituição do capitalismo. Nesse sentido, a expropriação das terras dos camponeses é o primeiro momento que procede à incorporação da natureza ao processo de acumulação de capital. Assim sendo, segue-se a apropriação privada dos bens naturais até então coletivos.

Dessa maneira, ao conceber a terra como propriedade privada de alguns, esta passa a ser um elemento fundamental no processo de acumulação de riqueza, que por sua vez, gera igualmente a pobreza - com uma imensa parcela da população à margem do acesso à terra para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, Marx aponta que:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas acima de tudo, os momentos em que as grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. (MARX, 2013, p.787 - 788)

Portanto, é com o advento do capitalismo que ocorre de maneira violenta a desvinculação total do trabalhador da natureza. Assim, a terra se constitui enquanto propriedade privada e o trabalhador se torna um trabalhador livre – totalmente despossuído

dos meios de produção e reprodução da vida, possuindo apenas sua força de trabalho que precisa submeter à exploração capitalista mediante salário.

David Harvey retoma a discussão sobre acumulação primitiva acrescentando uma inovação conceitual - a noção de “acumulação via espoliação” ou “acumulação por acumulação”, (HARVEY, 2020 [2014]). Tomando como base as obras de Rosa Luxemburgo e Hanna Arendt, defende que os processos de expropriação e violência são elementos estruturantes da sociedade capitalista contemporânea. O autor enfatiza que o amplo universo de processos reunidos sob a chamada acumulação primitiva, na verdade, tem caráter de estratégias que se fazem presente na atualidade. Em *O novo imperialismo*, Harvey procura diferenciar a acumulação primitiva como aquela que abriu caminho a reprodução ampliada do capital, cujo papel foi descortinar novas fronteiras e arenas para acumulação, desbravando novos locais de rentabilidade, disponibilizando novos terrenos para o processo de valorização do capital, daquela que classifica como acumulação por espoliação (MAURIEL, 2018).

Assim, além das expropriações originárias, segundo Harvey (2017, p. 122) “alguns mecanismos da acumulação primitiva foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado”. O autor desenvolve o argumento que a acumulação baseada na violência não é uma “etapa originária” ou um ato passado, mas um processo que se repete permanentemente no curso do capitalismo. Por essa razão, ele passou a denominá-la “acumulação por despossessão”. Harvey (2017, p. 93) sustenta que “a sobreacumulação em um sistema territorial específico” é resultado tanto do excedente de trabalho, na forma de desemprego, como do excedente de capital, conforme materializado na abundância de mercadorias que não podem ser vendidas sem perdas, na inutilização da potencialidade produtiva e no excesso de capital desprovido de possibilidades de se tornar rentável. Segundo Harvey (2017, p. 94), esse excedente pode ser absorvido, quer por ajustes espaciais - “aberturas de novos mercados, capacidades produtivas, possibilidades de recursos e trabalhos em outros lugares -, quer por uma combinação de ambos”. Quando esses ajustes temporal-espaciais não se dão por meio da “reprodução ampliada sobre uma base sustentável”, Harvey afirma que a acumulação passa a recorrer a outros meios, a acumulação por despossessão (COSTA; GONÇALVES, 2020, p. 15).

Trata-se de um “capitalismo de rapina” que, conforme Harvey, retoma as práticas predatórias e a violência política da acumulação primitiva. Implicitamente, Harvey não reduz a acumulação por despossessão exclusivamente às práticas “canibalescas”, “fraudulentas” ou “de

rapinagem”, como descrito por Marx e Luxemburgo. Essas práticas podem ou não se realizar nas formas contemporâneas de expansão capitalista. O fator decisivo e específico é que a acumulação do capital sempre se dá por meio de diferentes estratégias de intervenções estatais (COSTA; GONÇALVES, 2020).

Os megaempreendimentos implantados na Amazônia brasileira, nos diferentes seguimentos, exaurem os recursos naturais e comprometem a sobrevivência de povos e comunidades tradicionais. A lógica do lucro é determinante na implantação e devastação dos lugares. Dessa forma, segundo Acevedo (2020), o megaprojeto/megaempreendimento, visto como instituição, ordem e discurso expõe as formas de poder econômico, financeiro, mas, sobretudo, constitui mecanismo de poder para reproduzir relações disciplinares exercidas mediante os deslocamentos de povos e comunidades tradicionais, as expropriações de recursos naturais, as restrições à produção da existência, o controle dos incluídos/excluídos e a escalada de conflitos sociais e ambientais.

Ao ocuparem vastos territórios, esses megaprojetos vão espoliando seus antigos moradores. Estes são deslocados compulsoriamente de suas áreas. Com implantação da indústria do gás no Médio Mearim Maranhense, comunidades tradicionais localizadas nos municípios de Lima Campos, Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, sofreram com efeitos sociais e ambientais em decorrência da extinção de babaçuais, de pesquisas sísmicas com perfuração poços, traçados de gasoduto por dentro do seu território (comunidade quilombola Bom Jesus dos Pretos), instalação de usinas termoelétricas e deslocamento compulsório como ocorreu com a comunidade Demanda, estudada por esta pesquisa.

A projeção das ações políticas por megaprojetos alcançou os agentes sociais, os que arcam com os custos e prejuízos, no contexto atual da Amazônia. Enquanto o espaço interdisciplinar do capital, elemento paulatinamente influencia as tomadas de decisões na Amazônia seja relativa aos megaprojetos ou as condições sociais dos agentes sociais.

A estratégia que o Estado formula é a de “preparar o terreno” ao megaprojeto e encontrar os alicerces de sua execução legal, desmobilizando os “atores sociais”. Em seguida, comprimi-los aos espaços físicos ou impedi-los de acessar seus antigos territórios. Nesse sentido, Acselrad e Silva (2011) argumentam que os eventos dos megaprojetos “alteram radicalmente” as dinâmicas sociais, além de reordenar o território, cujo movimento é de destruição.

Ferrovias, rodovias, represas, usinas hidrelétricas e linhas de transmissão alteram radicalmente espaços físicos regionais, seus respectivos ecossistemas terrestres e aquáticos, bem como as redes de relações sociais constituídas sobre as bases espaciais até então relevantes. Desencadeiam-se nessas áreas, por um lado, movimentos de destruição e criação diretas de relações sociais associadas aos propósitos explícitos dos referidos projetos. Dá-se início também, por outro lado, a processos generalizados de ruptura dos condicionantes espaciais das formas sociais vigentes nas áreas de influência desses empreendimentos governamentais (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 61)

O movimento destrutivo tal como referido acima, cria uma dinâmica das relações sociais e políticas que tendem a passar ao cotidiano urbano. Restrito à influência dos megaprojetos e condicionados na compressão das intervenções e compensações ínfimas das lutas que ainda serão travadas.

3.3 Investimentos públicos na implantação dos megaempreendimentos

A relação Estado e grandes projetos de investimento (capital) não é novidade na Amazônia, vem de longa data, segundo Mesquita (2015). No período colonial, afirma o autor, já estava lá com a economia da borracha, na época da República, com Fordlândia, Jari, Icomi (Grupo Antunes), Zona Franca de Manaus – ZFM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Programa grande Carajás – PGC e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Nesse sentido, a questão que se coloca é saber se essa estratégia de crescimento imposta, estada em megaprojetos de infraestrutura e outros, voltados à exportação de *commodities*, logrou em termos de bem-estar e melhorias as condições de vida da população local (MESQUITA, 2015).

Assim, nas últimas décadas no Brasil assistiu-se a confluências de interesses estatais e privados, de forma acelerada, na implementação de megaprojetos minerários, agropecuários, hidrelétricos, logísticos de transporte, da extração de gás natural etc, tendo como principais protagonistas empresas transnacionais, com apoio do Estado brasileiro. Nesse processo, foi crucial o papel do Estado no aporte de recursos públicos em infraestrutura, em renúncia fiscal, no relaxamento das legislações ambientais, na omissão frente às violações de direitos de povos e comunidades tradicionais e no uso de aparato judicial-militar para reprimir contestações (MAIA; BARROS, 2022).

Na atualidade o BNDES é um dos maiores financiadores dos megaprojetos de infraestrutura na Amazônia. A instituição exerce um protagonismo elevado quanto ao fato de usufruir dos resultados a ação do Estado, o protecionismo, além de sofrer denúncias com

situações de conflito e irregularidades de projetos e empresas financiados.

Na relação com o BASA que financiou parte da “considerada” primeira hidroelétrica da Amazônia, o BNDES na função de protagonista político-financeira, no exercício de protetor dos interesses do Estado, ampliou o alcance das áreas reservadas com financiamentos em infraestrutura. Refiro-me ao BNDES como instituição atuante nas últimas duas décadas na Amazônia. Essa atuação sofreu pressões externas relativas à Amazônia e projetaram, na forma de políticas públicas ambientais, argumentos da proteção internacional. Isso provocou uma disputa política nacional e internacional pela proposição de políticas públicas para a Amazônia. O Estado brasileiro, sob a pressão da proteção internacional, ao longo de processo político territorial, agiu principalmente com a criação de áreas protegidas/unidades de conservação em oposição ao desmatamento na Amazônia, em associação às agências multilaterais (LIMA, 2020).

Ao tratar do planejamento e implantação de megaempreendimentos, tudo é muito bem pensado e negociado. Segundo Scott (2009), megaprojetos de desenvolvimento mobilizam planejadores e administradores durante décadas em torno de objetivos hierarquizados bastante claros. Tudo é cuidadosamente planejado e permanentemente negociado ao longo de todas as operações, desde as primeiras inspirações de ideias até a concretização e implementação do planejado. Mas são negociações em muitos cenários e previamente marcadas como desiguais. Mais cedo ou mais tarde os planejadores e administradores implementarão os seus projetos mobilizando contingentes de aliados que se aglutinam em torno das muitas oportunidades que tais projetos oferecem. E, via de regra, mais cedo ou mais tarde as populações que se encontram no caminho dos projetos terão que ceder a eles, por mais que consigam impor certas condições para, como dizem os planejadores, “mitigare” os impactos. É uma cessão resistida, batalhada e negociada, pois a população não se ilude pelos discursos persuasivos dos idealizadores de planejamento e da administração dos projetos sobre a possibilidade de ela ser “beneficiária” e não vítima. Formam-se alianças de defensores de populações atingidas que usam a experiência acumulada local, nacional e internacionalmente para elaborar estratégias que convenham muito mais para minimizar os danos que para galgar benefícios. A arma maior é uma multiplicidade de meios de obstruir, adiar ou, pelo menos, reconfigurar projetos que não são elaborados de acordo com a ideia de “Pôr as pessoas primeiro” (SCOTT, 2009).

O Estado projeta, prepara e oferece a concessão e se retira deste cenário, mas deixa o alerta às empresas previstas no relatório final dos estudos.

Nesse caso, não foi apenas voltar ao passado das ações políticas do Estado de uma geopolítica marcada por financiamentos para proteção de áreas protegidas, mas uma estratégia de continuidade do Estado em acessar os recursos naturais. Dessa forma, revelar elementos políticos que vão além da pressão internacional, que

[...] instituíram novos critérios de intervenção, que flexibilizaram normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, fragilizando o instituto das terras tradicionalmente ocupadas, e objetivam atender às demandas progressistas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de *commodities* minerais e agrícolas (ALMEIDA, 2014, p. 352).

Esses “novos critérios de intervenção” se configuram nos dispositivos legislativos revistos oportunamente por políticas voltadas ainda à integração da Amazônia, sejam por hidroelétricas, mineradoras ou rodovias. Contudo, mais especificamente com o “zoneamento ecológico-econômico” e com os programas de “proteção da natureza” preconizados pelas agências multilaterais” (ALMEIDA, 2014, p. 352) e o Estado. Almeida (2014) considera que se trata de um

Ritual de passagem de projetos, programas e planos que não partem da intervenção do Estado e são engendrados sob o signo liberalizante da chamada “proteção” para uma política que está sendo considerada protecionista ao enfatizar a ação governamental e neutralizar aspectos liberalizantes do controle de determinados recursos naturais (ALMEIDA, 2014, p. 352).

Sobre o “ritual de passagem”, analisado por Almeida, é possível entendê-lo como a alternância de função entre as agências multilaterais e o Estado brasileiro que se inserem no processo político territorial da Amazônia. Essa alternância tem ocorrido ao longo desse processo, cujos efeitos da antecipação temporal mantêm operacional o território como norma política (LIMA, 2020).

A conjuntura amazônica atual, relativa aos megaprojetos de infraestrutura propostos pelo Estado, aponta para novas áreas. Nessas áreas estão terras indígenas, territórios quilombolas, territórios de pesca, ribeirinhos, que pareciam estar distantes dessa ótica de apropriação antecipada. As tendências das intervenções (impactos) da construção das hidroelétricas em terras indígenas dizem que as dinâmicas conflituosas não permanecerão restritas e já desequilibram antes mesmo das obras (PAZ, 2006)

Os impactos sociais da construção de usinas hidrelétricas ocorrem em grande medida pela modificação da estrutura socioeconômica e cultural regional e local, causando desequilíbrios em termos de mercado de trabalho, infraestrutura, organização social e economia em geral. O impacto já tem início ainda antes do

período de construção, com as especulações a respeito da obra, gerando incertezas e inseguranças (PAZ, 2006, p. 40).

Nos argumentos de Paz sobre os impactos, esses iniciam bem antes das obras, situam-se os efeitos da antecipação temporal. Algo que causa, traz o caos antes e depois, formata-se um território já em decadência nos/dos agentes sociais, um território do pessimismo em sua construção e dimensão (LIMA; COSTA SILVA, 2017). Nessa linha de análise, Cavalcante (2012) compreende relativo às UHE no rio Madeira, como impactos temporais.

Os impactos ocasionados por grandes hidrelétricas assumem intensidades e temporalidades diferenciadas, esse entendimento torna-se importante para o planejamento e pode ser sistematizado em três momentos: (I) anterior à construção da obra – impactos especulativos como o crescimento populacional, dados a expectativa de geração de empregos e especulação imobiliária entre outros; (II) durante sua construção – impactos imediatos ocasionados a partir da materialização das hidrelétricas, como pré-requisito para que elas ocorram, a exemplo do deslocamento populacional da área de influência do reservatório; por fim (III), com o término da construção – impactos processuais ou cumulativos são os desencadeados pela obra e que se somam às tensões já existentes (CAVALCANTE, 2012, p. 67-68).

A autora situa a existência de impactos antes das obras das usinas, em destaque os impactos especulativos que tratam de um contexto da concessão já adquirida pelos consórcios das usinas. Nessa questão, segundo Lima (2020) colabora a antecipação temporal, uma ação política do Estado, em que os seus efeitos, nesse caso, caracterizam-se por projetar um território de interesse político, a partir dos relatórios dos estudos de inventário hídrico. Na prática, envolvem as virtualidades políticas desse território que produzem dispositivos reforçando esses relatórios com interesses políticos.

Diante dessa apropriação, o Estado antecipa suas ações políticas com transição para as empresas. Estas, então, subscrevem e classificam o pescador, ribeirinho, quilombola, extrativista, agricultor, morador, comunitário entre outras categorias. Consoante ao exposto, a racional integração da Amazônia passa por implantação de megaprojetos, entre eles hidroelétricas, cujos dispositivos são acionados antecipadamente.

3.4 Povos e comunidades tradicionais sob efeitos dos megaempreendimentos

No Brasil, desde a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais em 2002, e a sua adoção como diretriz para normas jurídicas internas e políticas públicas, a expressão *povos e comunidades tradicionais* vem se consolidando na designação de grupos sociais culturalmente diferenciados que se

reconhecem e são reconhecidos como distintos de outros grupos, que vivem sob regramentos próprios, podendo ter formas particulares normas de organização social e de uso de recursos naturais (DOURADO, 2020). Sob essa categoria jurídica, se acomodam diversas categorias sociais, incluindo os povos indígenas, os quilombolas, os faxinalenses, as comunidades de fundo de pasto, as quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, entre tantas outras.

Os megaempreendimentos implantados na Amazônia nas últimas décadas desprezaram por completo a presença de povos e comunidades tradicionais na região. Esses megaprojetos são pensados dentro da lógica capitalista, tendo como pano de fundo o discurso do “desenvolvimento” e do “progresso”. Esses empreendimentos estão voltados para atender interesses econômicos que não são necessariamente compartilhados pelos povos e comunidades tradicionais. Essa é uma concepção de desenvolvimento que menospreza tais grupos, tomando-os como inexistente ou como obstáculos ao dito “desenvolvimento”.

Por intermédio de megaprojetos econômicos e de infraestrutura, o avanço do capital provoca a desterritorialização de comunidades de trabalhadores rurais e de povos e comunidades tradicionais. Moradores são expulsos das suas terras ou são obrigados a dar lugar a rodovias, ferrovias, gasodutos, minerodutos, termoelétricas, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, barragens e depósitos de rejeitos (DOURADO, 2020).

Na comunidade Demanda, onde desenvolvemos a pesquisa, é lugar comum o reconhecimento pelos moradores que a construção da UTE Parnaíba inaugura outro período em suas vidas. A rigor, suas histórias de vida são reportadas a dois períodos: antigamente e hoje. O antes da chegada da empresa e depois, pois o marco inicial se refere à construção da UTE Parnaíba. Na verdade, esse processo de instalação criou algumas temporalidades que têm em comum o fato da presença da empresa delimitar práticas e uma nova dinâmica no viver da comunidade (PAIVA, 2018).

A economia dessas famílias foi atingida duramente em todos os seus pilares – o extrativismo do babaçu, a venda de força de trabalho masculina a terceiros e também na implantação de roçados familiares, com repercussão extremamente negativa para a segurança alimentar desses grupos. Nesse sentido, “ao invés de funcionarem como focos difusores da modernidade e do progresso, como prometem coloridos prospectos, o reordenamento territorial resultante da construção destes grandes projetos tem sido acompanhado pela multiplicação de carências de toda ordem” (VAINER, 1993, p.184).

Nesse sentido, povos e comunidades tradicionais têm todos os seus direitos sociais e étnicos aviltados. Em nenhum momento os empreendimentos e as autoridades públicas levaram em consideração suas reivindicações, antes da implantação desses megaempreendimentos econômicos e de infraestrutura em terras tradicionalmente ocupadas. Isto aparece de maneira muito evidente na implantação dos últimos megaprojetos na região, sobretudo, na maneira como construíram as últimas hidrelétricas na Amazônia brasileira, exemplificados nos casos das usinas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

Há uma grande diferença na compreensão do que seja *desenvolvimento* para os investimentos públicos e privados, que operam na implantação dos megaempreendimentos, e a noção de *desenvolvimento* defendida por povos e comunidades tradicionais atingidos por esses megaprojetos, que vêm sofrendo ao longo do tempo todo tipo de interdição e efeitos sociais negativos e diretos. Não obstante a isso tudo, esses agentes sociais têm resistido e elaborado estratégias de enfrentamento à implantação de megaprojetos na Amazônia.

A desestruturação do modo de vida de povos e comunidades tradicionais, é um dos primeiros efeitos sociais da implantação dos megaprojetos econômicos e de infraestrutura. Na comunidade Demanda bem como em outras unidades sociais próximas, criou-se uma falsa ilusão de desenvolvimento socioeconômico com a implantação das UTEs Parnaíba. De imediato foram criados empregos temporários e precários, que não duraram mais que seis meses, conforme relatos de trabalhadores das comunidades. Repentinamente alterou-se o modo de vida e o padrão de consumo dessas famílias, que começaram a adquirir pequenos bens e eletrodomésticos, motivados pela ilusão dos empregos conseguidos, e que foram extintos precocemente no segundo momento. Com isso, muitos se endividaram com financiamentos e compras parceladas no comércio local, quando não puderam mais adimplir com contratos celebrados em virtude das perdas dos empregos.

Esses megaempreendimentos assumem um caráter impositivo quando se instalam em determinadas localidades, o que implica na imposição um modo de pensar e de perceber o mundo sobre os modos de ser, estar, pensar, perceber e viver desses povos e comunidades tradicionais (ARAÚJO *et al*, 2020). Esses megaprojetos são implantados à revelia das comunidades, que não participam de nenhum tipo de planejamento, e quando são instados a emitirem sua opinião, grande parte dos acordos já foi celebrada entre o poder estatal e os e os grupos empresariais.

Dessa forma, segundo Araújo *et al.*, (2020)

[...] as famílias ou grupos de moradores passam a ser vistos como um obstáculo a um futuro desenhado como **promissor**. Isto porque, com esses empreendimentos, vem o paradigma de **desenvolvimento**, construído no século das Luzes, que classifica tudo o que não se enquadra ao mundo organizado pela lógica e pela racionalidade da indústria como elementos do atraso, que precisa ser superado. De modo que o primeiro dano é o **dos estigmas acionados** nessa relação de forças. Esse modo de ser, de estar, de ver e compreender o mundo passa a ser classificado como **tradicional**, mas não no sentido da presencialidade compreendida pelos agentes sociais, mas associado a ideia de **atraso**, que precisa ser superado. É a mesma lógica dos processos de **colonização** do século XIX. O **moderno** que chega e o **atrasado** que precisa sair do caminho (ARAUJO *et al.*, 2020, p. 433).

Nesse sentido, para além dos danos sobre seu território, este tomado pelo poder econômico dos empreendimentos, e dos danos dos estigmas referidos às suas identidades, povos e comunidades tradicionais são vistos também como obstáculos pelo poder público, que não os insere no debate e tampouco os inclui no planejamento dessas questões que lhes dizem respeito diretamente. Mostrando-se assim, totalmente incapaz para perceber as formas de vida dessas comunidades tradicionais. Restando claro aí que é uma tomada de decisão política atrelada à uma dimensão econômica (ARAUJO *et al.*, 2020).

Um aspecto relevante na instalação desses megaempreendimentos é a sensação de incerteza que recai sobre as comunidades e a insegurança sobre o controle e domínio dos territórios, disputado agora por uma força maior de empreendimentos globalizados. As forças, digamos assim, anteriores, representadas pelas figuras do “fazendeiro”, do “comerciante”, do “capataz”, agentes sociais que por uma razão ou outra está mais vinculado ao “poder local” do que a seu grupo familiar, parentesco ou vizinhança, são substituídas. O antagonista agora tem esse caráter de uma grande organização empresarial, que chega com todo o aparato tecnológico e equipes de técnicos especializados e que coloca essas comunidades tradicionais no debate econômico de dimensão internacional, que conta com os atos de Estado e com o discurso midiático. Então, **a primeira dificuldade** é compreender o que está se passando; é compreender toda a engenharia que envolve uma empresa de exploração de minério, de gás ou uma empresa de produção de celulose, de álcool e a violência simbólica que tais empreendimentos implicam. (ARAUJO *et al.*, 2020).

O dano vinculado às tentativas de desmonte de toda a estrutura social pré-existente, **o sistema de produção** e, conseqüentemente, as relações de produção. Se antes aquela família que conseguia fazer sua roça na terra do fazendeiro, agora já não consegue, pois o fazendeiro já vendeu as terras para empresa, cujo dono é desconhecido; ou a quebradeira que antes coletava

livremente o coco no babaçual, agora é obrigada a submeter-se às condições de um contrato firmado com a empresa que a responsabiliza por todo o dano que ocorrer nessa dita reserva. A empresa passa a determinar, pelo que denomina de “parcerias”, que implicam treinamentos, doações, o que, como, quando e onde plantar. A área de produção se reduz e quem não está dentro dessa “parceria”, tem sua força de trabalho imobilizada (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Por fim, além do dano ambiental presente nas comunidades, poderíamos elencar outros conjuntos de danos, que afetam o psicológico das famílias e de suas lideranças que, nesse jogo de forças, não veem os direitos garantidos pelo Estado. Então, há um conjunto de danos econômicos, políticos, ambientais, psicológicos e simbólicos, porque essas comunidades são cotidianamente arrancadas de seus territórios e lançadas nas beiras das estradas ou empurradas para os bairros das cidades, por vezes, sem condições de organização política para a defesa dos seus direitos.

Assim, se na implantação de megaprojetos tem-se o discurso de desenvolvimento que fundamenta as estratégias de dominação social e cultural, que resulta na produção de práticas de pensar e de agir por meio das quais o mundo subdesenvolvido é pensado e construído; de outro lado estão as comunidades e organizações coletivas que estão cada vez mais sendo pensadas a partir dessa ótica desenvolvimentista e sendo forçadas a se reorganizarem em torno das imposições dos megaempreendimentos na região.

Nesse sentido, conforme Araújo *et al.* (2020), o embate pode ser analisado a partir de dois planos. Primeiro, a relação do imaginário desenvolvimentista e ambiental se confrontando com o saber local e as formas organizativas de povos e comunidades tradicionais que percebem o território como um bem coletivo e utilizado de forma comum pelas comunidades presentes na região. Essa forma específica de uso dos recursos naturais faz com que os grupos sociais vislumbrem formas diferentes de desenvolvimento construídas através das gerações a partir de suas práticas concretas e saberes na vivência com e no território, no processo de territorialização. Esses grupos resistem a essa forma de dominação, criando estratégias de resistência, politizando sua realidade social. Com o objetivo de reverter o estigma de atrasado resistem cotidianamente. Segundo, que esse discurso produzido pelos megaempreendimentos gera expectativas de vida e de trabalho dentro de um imaginário de desenvolvimento, que leva a conflito no âmbito do próprio grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia de maneira geral, e o Maranhão em especial, sempre foram laboratórios das estratégias comerciais e econômicas dos megaempreendimentos, resultado de ações comungadas entre o Estado e o capital. Esse processo se aprofunda a partir da década de 1970 em decorrência de uma política de desenvolvimento regional, onde a integração comercial e produtiva da Amazônia avança e se consolida, com os megainvestimentos da época de Carajás (1980/1990) e do PAC (2007), acarretando mudanças no perfil inter e intrarregional (MESQUITA, 2015).

Nesse sentido, com a implementação de políticas desenvolvimentistas a partir da década de 1960, reforçadas com criação das superintendências para o desenvolvimento como a SUDENE e SUDAM, e outras políticas econômicas dos governos militares pós-1964, ocorrendo uma combinação entre industrialização dependente do imperialismo com o latifúndio, aliado ao investimento estatal, teve-se a implantação de grandes empreendimentos econômicos vinculados aos setores do agronegócio, aeroespacial, energético, da mineração e siderurgia, consumados com capital privado ou com investimentos estatais.

O modelo de desenvolvimento adotado no passado, vinculados, sobretudo ao mercado externo e baseado em grandes projetos – em enclaves- intensivo de capital (minérios) e extensivo em área (soja eucalipto e pecuária), continua sendo apontado pela elite local como a panaceia dos eternos problemas; desemprego, subdesenvolvimento, exclusão social. Houve mudanças importantes na economia do Maranhão, é inquestionável. Mas também é inquestionável que o excedente gerado, que é produto deste crescimento econômico não foi apropriado pela população local, uma minoria é quem reteve o mesmo (MESQUITA, 2011).

A partir de 2006, com as políticas econômicas implementadas pelo governo federal tendo como base o PAC, tem-se uma onda neodesenvolvimentista no país. No Maranhão, depois de décadas de implementação de grandes projetos de desenvolvimento tem-se a descoberta do gás natural em 2010 na região do Médio Mearim Maranhense, onde são instaladas as termoelétricas do denominado “Complexo Parnaíba”, megaempreendimento gerenciado pela empresa ENEVA. Parques eólicos também são implantados nos lençóis maranhenses, entre outros empreendimentos no Estado.

Os megaprojetos implantados na Amazônia nas últimas décadas estão dentro dos marcos da chamada acumulação por espoliação, um novo padrão de acumulação do

capital na era neoliberal do novo imperialismo, levando à intensificação de formas de acumulação primitiva e à despossessão de bens comuns tornados mercadorias, onde, segundo Harvey (2004), estariam sujeitos os recursos naturais, a terra e os serviços públicos. Nesse sentido, o Estado, dentro da globalização neoliberal, exerce um papel fundamental na consolidação deste novo padrão de acumulação. Seja financiando diretamente os megaempreendimentos, bancando a infraestrutura; ou através da concessão de incentivos fiscais para as empresas, ou quando não, agindo de maneira violenta, reprimindo povos e comunidades tradicionais que se levantam contra a implantação desses megaprojetos para defenderem seus direitos.

A instalação desses megaprojetos e investimentos confronta-se com lógicas diferenciadas de apropriação do espaço e com a existência de formas fundiárias distintas. Ao passo que vem criando um processo de conformação do espaço econômico do Maranhão (CARNEIRO, 2013, p. 20), o Estado junto à propriedade privada vem colocando em segundo plano os direitos dessas comunidades, tornando-as beneficiárias de políticas de mitigação e responsabilidade ambiental de empresas.

Inicialmente se utilizando do discurso das benesses que poderiam ser trazidas com a implantação do denominado “Complexo Parnaíba”, a empresa joga com as necessidades advindas do não acesso a políticas públicas básicas pelos moradores das comunidades, e atribui a si o papel de desenvolver aquela localidade. Corroborando com essa estratégia está o processo de classificação social utilizado para pensar as relações sociais estabelecidas (oposição atrasado x moderno). Assim, aqueles e aquelas que não se adequam ao padrão branco-ocidental da modernidade e, por conseguinte, da civilização tornam-se potencialmente alvos de um processo benevolente de desenvolvimento, como no contexto estudado.

Após a instalação do empreendimento as comunidades foram submetidas a condições insalubres (pela presença do forte odor de gás e barulho das turbinas), além de começaram a viver sob um tempo orientado pelas normativas técnicas da empresa, que definiu, entre outras coisas, a paralisação da produção e reprodução social da comunidade Demanda. Tal situação remete às reflexões realizadas por Vainer (2008). Para ele, “há grupos sociais, famílias ou indivíduos, que sofrem os efeitos do empreendimento desde o anúncio da obra” (VAINER, 2008, p. 52). E este sofrimento, aponta o autor, se perpetua durante todo o ciclo do projeto e, por que não dizer, muitos anos após o fim das obras.

Com a implantação do megaempreendimento várias comunidades foram afetadas social e ambientalmente. Entre elas, Morada Nova e a comunidade Demanda, contexto deste trabalho de pesquisa. Localizada em Capinzal do Norte, esta última foi deslocada compulsoriamente em 2016, sendo reassentada com nome Nova Demanda e distribuída ao longo da BR-135, separada por esta, e dividida em dois núcleos denominados de “Acesso A” e “Acesso B”, próximos a sede do município de Santo Antônio dos Lopes. A nova comunidade enfrenta na atualidade problemas ligados ao reassentamento. Entre eles figuram a separação social em dois núcleos sem adotar critérios de proximidade e parentesco dos moradores no antigo território, perdendo-se assim, laços de vizinhança formados ao longo do tempo; para muitos as terras onde moram não servem para cultivo; as quebradeiras de coco perderam o babaçual onde realizavam suas atividades econômicas e sociais; os trabalhadores que viviam do *roço da juquirá* nas *quintas* têm que se deslocar muitos quilômetros diariamente atrás de trabalho em outras propriedades, falta de água nas residências e casas com as estruturas comprometidas por conta de rachaduras.

O processo de administração dos direitos daquela comunidade é levado a cabo quando a empresa estabelece uma nova identidade: a de beneficiário; para os moradores locais e institui uma nova relação com a terra, mediada pela tutela da empresa MPX/ENEVA. Assim, o contexto analisado evidencia um cenário no qual se apresentam contradições nas quais “as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante” (ZHOURI, 2008, p. 105).

Essa é uma realidade presente no cotidiano de povos e comunidades tradicionais, pois são considerados atrasados, porque ao defenderem suas terras e seu modo de vida, são acusados de impedirem o “o progresso”. Suas práticas tradicionais são postas em dúvida e questionadas quanto ao seu aproveitamento e adequação ao mundo capitalista e mecanizado. O conflito e a disputa pelo poder e dominação de territórios tradicionalmente ocupados assume esse discurso. Para Acselrad (2018) o interesse de tal bloco de poder, juntamente com aqueles de um setor mineiro – metalúrgico – empresário - energético – empreiteiro próprio ao chamado “neodesenvolvimento” brasileiro, vem estendendo sua vigência de forma acelerada sobre áreas que estiverem até aqui mais ou menos ao abrigo dos mecanismos de mercado. Tal movimento é perceptível em particular no que diz respeito às forças presentes no interior do Estado brasileiro (ACSELRAD, 2018).

Essa situação foi e ainda está sendo vivenciada nas comunidades Demanda (expropriada) e Nova Demanda, onde o deslocamento compulsório dificultou a manutenção e exercícios de atividades tradicionais, porque não possuem condições de manterem suas práticas tradicionais cotidianas. O lugar onde nasceram, cresceram e construíram suas famílias – Comunidade Demanda –, representava mais do que um lugar para morar, era na verdade um território em que eram construídas suas formas de vivência e ocupações tradicionais. Realidade transformada pelo deslocamento forçado, pois o pedaço de terras que lhes fora concedido não dá para praticar a agricultura familiar, criar animais de pequeno porte e, mais grave ainda, não tem coco para quebrar, já que muitas famílias sobreviviam da quebra do coco.

Dessa forma, conclui-se que os efeitos sobre as comunidades tradicionais com a implantação do “Complexo Parnaíba” vão muito além das modificações físicas em seus territórios. É todo um modo de vida das famílias que é alterado. São efeitos no sentido da vida dessas comunidades. As pessoas são lançadas em um tempo de espera, de incertezas. Tendo seus direitos desrespeitados, lhes tirando a possibilidade de uma crítica a tudo isso. Certamente o efeito mais danoso. Assim, as pessoas são afetadas e atiradas em outra realidade que não queriam, planejaram ou sonharam. É uma despossessão de tudo, dentro de uma situação que aponta para a falha completa e catastrófica do discurso que prega a ideia de desenvolvimento, que vai se intensificando cada vez mais nesse modelo desenvolvimentista neoextrativista, onde o Estado desempenha um papel central.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa E. e NOVAES, Jurandir S. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à Hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação. In: ACEVEDO MARIN, Rosa E.; NOVAES, Jurandir S. (Orgs.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015.

ACSELRAD, Henri e SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa (Orgs.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ACSELRAD, Henri. **O lugar e as possibilidades da política: sentido da cartografia social**. In: ALMEIDA, W. B. Alfredo et al (Orgs.). –Rio de Janeiro/ São Luís: Editora Casa 8, 2017

_____. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Políticas Territoriais, Empresas e Comunidades**. O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco babaçu: um século de mobilizações e lutas – Repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018) / Márcia Anita Sprandel (Coautora) – Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2019.**

_____. Nova Cartografia Social da Amazônia; Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B.; FARIAS JUNIOR, E. D. A. **Povos e Comunidades Tradicionais: nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157-173.

_____. Uma apresentação da Coleção “Documentos de Bolso, Nº I, PPGSCA – UFAM/ Fundação Ford”. In: **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Joaquim Shiraishi Neto (org.). Manaus: UEA, 2007.

_____. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia. Revista do migrante**, São Paulo, Ano IX, v. 20, n. 25, p. 30-35, 1996.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2008.

_____. **Carajás: A Guerra dos Mapas. Repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-consulta “Carajás: Desenvolvimento ou destruição?”** Belém: Seminário Consulta: 1995. 2. ed. revista e ampliada. 1995. 349 p, 1995.

_____. Megaprojetos: inconcludência não significa paralisação. Prefácio. In: FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: Quilombolas de Cachoeira Porteira**. São Luís: Editora UEMA, 2019. p. 11-23.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARTINS, Cynthia Carvalho; SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de *commodities* e aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA, 2005. São Luís: Balaios Typographia, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste, espaço e tempo**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1970.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Orgs.) **Margarida Alves – Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/PEPIGRE, p. 123-149, 2006.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/movimentos sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: UEA Edições, 2013.

_____. Helciane de Fátima Abreu et al. (2020). Ação política dos povos e comunidades tradicionais afetados por megaempreendimentos na Amazônia maranhense (Brasil): discursos, tragédias e enfrentamentos do cotidiano. In: Almeida, Alfredo Wagner Berno de Acevedo Marín, Rosa Elizabeth e Jesús Alfonso Flórez López. **Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais**. Primera edición. Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2020.

_____. Helciane de Fátima Abreu. Grandes projetos de devastação: interpretação das formas cotidianas de resistência no Maranhão. In: ACEVEDO MARIN, Rosa E.; NOVAES, Jurandir S. (Orgs.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da Terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 1987.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comeford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARROS, Juliana Neves e MAIA, Lais Jabace. Megaempreendimentos e resistências em contextos neoextrativistas: a perspectiva de atingidos. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: **Desvendando máscaras sociais**. Seleção de Alba Zaluar Guimarães. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

_____. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Espaço Social e espaço simbólico In **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª edição, Campinas: Papirus, 2008, p.15.

_____. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. Edição estabelecida por Patrick Champagne [et. al.]: tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRONZ, Déborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

CAVALCANTE, Maria Madalena de A. **Hidrelétricas do Rio Madeira – RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG - Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARVALHO, Silvanete Matos. **Remanescentes de quilombos - uma análise das relações de poder acionadas em torno de conflitos sociais de caráter étnico**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2001.

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. **Briga com poderosos – resistência camponesa face à expropriação por grandes projetos em Santo Antônio dos Lopes – MA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, 2015. 152p.

_____. **Tempo de espera: memória dividida e resistência camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2018.

DOURADO, Sheila Borges. Impactos ambientais e sociais nos corredores Carajás, Brasil e Lapsset, Quênia. In: Almeida, Alfredo Wagner Berno de Acevedo Marín, Rosa Elizabeth e Jesús Alfonso Flórez López. **Megaprojetos, atos de estado, povos e comunidades tradicionais**. Primera Edición. Cali: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente,

2020.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Territórios conquistados e megaprojetos inconcludentes: Quilombolas de Cachoeira Porteira**. São Luís: Editora UEMA, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. LTC, 2017.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

KEUCHEYAN, Razmig. **La naturaleza es un campo de batalla: ensayo de ecología política**. 1.ed. Madrid: Clave intelectual, 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. **Laudos periciais antropológicos em debate / Organizadora Ilka Boaventura Leite**. – Florianópolis: Co-edição NUER/ABA/2005.

LIMA, Luís Augusto P. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária: estudo da relação dinâmica de resistência e garantia do território em situações sociais referidas a quilombolas e indígenas**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCSPA – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2015.

_____. Luís Augusto P. **Território e os efeitos da antecipação temporal na Amazônia: pescadores e a instalação de UHE em Apuí (AM) e Colniza (MT) no rio Aripuanã**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG – Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2020.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UFPA - Belém. 2007.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; roça, onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. Grandes projetos de investimentos na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional. In: ACEVEDO MARIN, Rosa E.; NOVAES, Jurandir S. (Orgs.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus:UEA Edições, 2015.

_____. As mulheres agroextrativistas do babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 12, n. 1, jan./jun, p. 53-61, 2008.

_____. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: **as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. São Paulo: IPEA, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classe**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, L. R. C. de. Pesquisa em versus Pesquisas com seres humanos. In: OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. **Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44

PAIVA, Ravena Araújo. **(Des)envolvimento em questão: os descaminhos, discursos e práticas na implantação da Termelétrica Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes - MA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.3, n.7, sept/dec, p.87-108, 1989.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Gás fumaça e zoada: laudo antropológico sobre impactos das usinas termelétricas do Complexo Parnaíba para populações tradicionais**. São Luís: EDUFMA, 2017.

_____. et al. **LAUDO ANTROPOLÓGICO**. Impactos sociais e ambientais provocados pelo Complexo Parnaíba às populações tradicionais de Santo Antonio dos Lopes e Capinzal do Norte – Maranhão, 2014.

PAZ, Luciana R. da. **Hidrelétricas e terras indígenas na amazônia: desenvolvimento sustentável?** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1.ed. São Paulo: Boi Tempo, 2014.

_____. **O desentendimento**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCOTT, James. C. Formas cotidianas da resistência camponesa, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra) **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 11-31, jan./jun. 2002.

_____. **Exploração normal, resistência normal**. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

_____. **A Dominação e a Arte da Resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **O direito das minorias: passagem do “invisível” real para o “visível” formal?** Manaus: UEA Edições, 2013.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. Ano 7, No. 18, p. 18-29, fevereiro 1992.

SILVA, Alexandra M. **Megaprojetos, conflitos e processo decisório: a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte**. Coimbra : [s.n.], 2016. Tese de doutoramento. Disponível em: WWW: <http://hdl.handle.net/10316/29442>. Acesso em: 20 Out. 2022.

SILVA, Jéssica Maria Barros da. **Das estratégias aos danos: estudo dos efeitos socioambientais da instalação do gasoduto Gavião Branco na comunidade Bom Jesus dos Pretos**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 3.ed. Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p. – (Coleção Antropologia da Amazônia).

ZHOURI, Andrea. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VAINER, C. B.; F.G. ARAÚJO. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. C.B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). Vidas Alagadas. **Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV. 2008. p. 39 – 62.

_____. C. B. Fragmentação e projeto nacional: Desafios para o planejamento territorial. In: CAMPOLINA Diniz, Célio. (Org.) **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz da experiência da União Européia e do Brasil**. Brasília:Ministério da Integração Nacional, 2007, v.1. p. 103-130.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

<https://www.eneva.com.br/nossos-negocios/exploracao-e-producao/>. Acesso em 08 fev. 2020.

<http://novacartografiasocial.com.br/mapas/>. Acesso em: 10/04/2021.

<http://www.eneva.com.br/pt/sala-de-imprensa/empresa/Paginas/default.aspx#sthash.mhVo6b2s.dpuf>". Acesso em 08 fev.2020

<http://www.initec-energia.es>>. Acesso em 18.02.2020.

Disponível em <<http://www.eneva.com.br/pt/sala-de-imprensa/noticias/Paginas/MPX-alterar-nomepara-ENEVA.aspx>>. (Acesso em 18 fev 2020).

<http://www.eneva.com.br/pt/nossos-negocios/geracao-de-energia/usinas-em-operacao/Paginas/ute-parnaiba.aspx#sthash.cuoYXnG0.dpuf>)

<https://www.eneva.com.br/sustentabilidade/projetos-socioambientais/nova-demanda>>. Acesso em: 23 de mar. de 2020).